



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

**REMO CESAR DE OLIVEIRA MOURA**

**A VIABILIDADE DO AQUÁRIO DE FORTALEZA COMO PROPOSTA DE  
DINAMIZAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2017**

REMO CESAR DE OLIVEIRA MOURA

A VIABILIDADE DO AQUÁRIO DE FORTALEZA COMO PROPOSTA DE  
DINAMIZAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientação: Prof. Dr. Hildemar Silva Brasil.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Moura, Remo Cesar de Oliveira.

A viabilidade do Acquario de Fortaleza como proposta de dinamização do turismo no Ceará [recurso eletrônico] / Remo Cesar de Oliveira Moura. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 119 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.  
Orientação: Prof. Dr. Hildemar Silva Brasil.

1. Acquario. 2. Viabilidade. 3. Impactos Econômicos. I. Título.

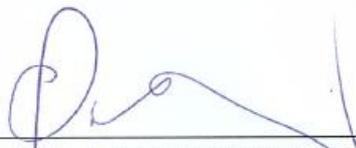
REMO CESAR DE OLIVEIRA MOURA

A VIABILIDADE DO AQUÁRIO DE FORTALEZA COMO PROPOSTA DE  
DINAMIZAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

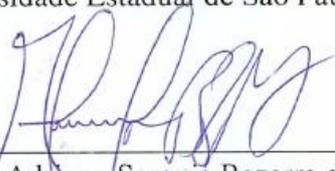
Aprovada em: 04 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



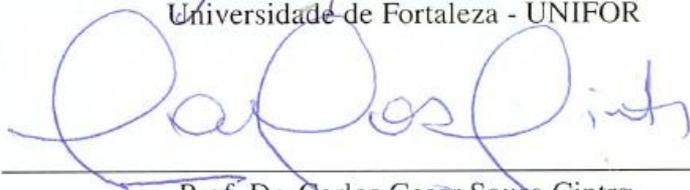
---

Prof. Dr. Hildemar Silva Brasil (Orientador)  
Universidade Estadual de São Paulo - USP



---

Prof. Dr. Adriano Sarquis Bezerra de Menezes  
Universidade de Fortaleza - UNIFOR



---

Prof. Dr. Carlos Cesar Sousa Cintra  
Universidade Federal do Ceará - UFC

À minha mãe, *in memoriam*.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará – SINTAF, pelo Convênio celebrado e oportunidade para seus filiados;

Ao Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará – UECE;

Ao Professor Doutor Hildemar Silva Brasil, pela orientação e estímulo na pesquisa;

Ao líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Evandro Leitão, pelos contatos feitos nos diversos órgãos públicos envolvidos na construção do Projeto Aquário Ceará;

À Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, pela receptividade e dedicação ao Projeto Aquário Ceará, em especial a Srta. Mariana Miranda, pela receptividade e dedicação ao Projeto Aquário Ceará;

À Unipace, pela estrutura;

À minha esposa, Kaylynne, pelo tempo que lhe tirei;

À Professora Doutora Fernanda Cláudia Araújo da Silva, por sempre contar com seus ensinamentos;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram do Projeto Aquário Ceará.

“Quanto mais perto do fim eu chego, mais tenho certeza de que a esperança é o meu melhor investimento”.

(Nietzsche)

## RESUMO

Esta pesquisa estabelece um estudo acerca da viabilidade do Aquário Ceará, proposta pelo Governo do Estado do Ceará, como sendo uma obra arquitetônica e de grande impacto para o turismo na terra da luz. Inicialmente, o estudo revela uma análise comparativa com outros aquários no Brasil e no exterior. São apresentadas as etapas elaborativas, como o procedimento licitatório e a demonstração dos impactos ocasionados no turismo cearense. Tais impactos são identificados como sociais, turísticos e econômico-tributários, e, nesse último caso, a apresentação de um diagnóstico tributário para o Ceará em decorrência do aquário no turismo cearense. A pesquisa é quantitativa ao avaliar o estudo, a projeção e o turismo no Estado em razão da construção do aquário, utilizando dados do IGP-M para os próximos 25 anos. Além da manutenção do intervalo previsto pelo Banco Central do Brasil para a variação do IPCA, para as importações são utilizadas taxas de câmbio, fixadas em consideração a desvalorização/valorização da moeda nacional. Já em relação aos custos financeiros, a taxa utilizada é de 5,37% ao mês sobre o preço do ingresso negociado. Assim, a pesquisa referente ao estudo, diagnóstico e projeções consubstanciam informações financeiras na construção do Aquário Ceará e seus efeitos tributários.

**Palavras-chave:** Aquário. Viabilidade. Impactos econômicos.

## **ABSTRACT**

This research establishes a study about the viability of the Ceará Aquarium, proposed by the Government of the State of Ceará, as an architectonic work and of great impact for tourism in the land of light. Initially, the study reveals a comparative analysis with other aquariums in Brazil and abroad. The preparatory stages, such as the bidding procedure and the demonstration of the impacts caused in the Ceará tourism, are presented. These impacts are identified as social, tourist and economic-tax, and, in the latter case, the presentation of a tax diagnosis for Ceará as a result of the aquarium in Ceará. The research is quantitative when evaluating the study, projection and tourism in the State due to the construction of the aquarium, using IGP-M data for the next 25 years. In addition to the maintenance of the interval established by the Brazilian Central Bank for the variation of the IPCA, for imports, exchange rates are used, based on the devaluation / appreciation of the national currency. Regarding financial costs, the rate used is 5.37% per month on the price of the negotiated ticket. Thus, the research related to the study, diagnosis and projections consubstantiate financial information in the construction of the Ceará Aquarium and its tax effects.

**Keywords:** Aquarium. Viability. Economic impacts.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Estrutura do Aquário Ceará.....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 2 – Localização dos maiores aquários no mundo.....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 3 – Oceanário de Lisboa .....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 4 – Painel de azulejo do oceanário .....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 5 – Cálculo de suposições.....</b>	<b>90</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB Ceará.....	41
Gráfico 2 – Demanda de visitação .....	42
Gráfico 3 – Gráfico comparativo entre o Aquário de Lisboa e o do Ceará.....	69
Gráfico 4 – Função consumo de viagens no Brasil: $C_i = f(Y_i, e_i)$ .....	84
Gráfico 5 – Relação turista x passageiro (aéreo) .....	89
Gráfico 6 – Evolução da demanda turística e oferta de ingressos do aquário ..	96

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Movimentos sazonais da visitação turística doméstica .....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 2 – Venda de bilheteria .....</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 3 – Ciclo de negócios brasileiros .....</b>	<b>91</b>
<b>Tabela 4 – Projeção dos turistas que viajam a lazer para Fortaleza/CE .....</b>	<b>92</b>
<b>Tabela 5 – Ciclos e população cearense com poder de compra dos ingressos</b>	<b>93</b>
<b>Tabela 6 – Matriz tarifária (ano referência - 2016).....</b>	<b>94</b>
<b>Tabela 7 – Resumo das receitas específicas do Aquário – 2016 .....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela 8 – Resultado operacional.....</b>	<b>97</b>
<b>Tabela 9 – Impactos fiscais .....</b>	<b>97</b>
<b>Tabela 10 – Balanço do governo estadual - Aquário .....</b>	<b>101</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AquaRio	Aquário Marinho do Rio de Janeiro
CCC	Comissão Central de Concorrência
CEC	Centro de Eventos do Ceará
CODACE	Comitê de Datação de Ciclos Econômicos
COMBRATUR	Companhia Brasileira de Turismo
COFINS	Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LABOMAR	Instituto de Ciências do Mar
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPP	Parceria Público-Privada
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
SETUR	Secretaria do Turismo
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAL ADOTADO</b> .....	<b>23</b>
2.1	O REFERENCIAL ESPACIAL .....	25
2.2	MODELO PROPOSTO PARA AVALIAÇÃO DO AQUÁRIO .....	36
<b>3</b>	<b>O PROJETO AQUÁRIO EM FORTALEZA: PERSPECTIVAS DE UM INVESTIMENTO</b> .....	<b>51</b>
3.1	ALGUNS AQUÁRIOS NA ORDEM TURÍSTICA MUNDIAL.....	52
3.2	O AQUÁRIO CEARÁ COMO INOVAÇÃO TURÍSTICA .....	54
<b>3.2.1</b>	<b>O procedimento licitatório do Aquário Ceará</b> .....	<b>55</b>
<b>3.2.2</b>	<b>O Aquário na multifuncionalidade para o Ceará</b> .....	<b>60</b>
3.3	COMPARAÇÃO AO AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO-BRASIL: DIVERGÊNCIAS AO AQUÁRIO DO CEARÁ .....	62
<b>3.3.1</b>	<b>O Rio de Janeiro e a nova zona portuária</b> .....	<b>63</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Projeto Aquário Marinho do Rio de Janeiro: da idealização ao funcionamento</b> .....	<b>63</b>
3.4	COMPARAÇÃO AO AQUÁRIO INTERNACIONAL DE LISBOA- PORTUGAL: PROJEÇÃO INTERNACIONAL .....	67
<b>3.4.1</b>	<b>O Aquário de Lisboa</b> .....	<b>71</b>
<b>4</b>	<b>AVALIAÇÃO DO AQUÁRIO NO TURISMO CEARENSE</b> .....	<b>74</b>
4.1	PROSPECÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO AQUÁRIO CEARÁ, SEGUNDO O IPECE .....	77
<b>4.1.1</b>	<b>Receitas segundo o projeto IPECE</b> .....	<b>78</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Despesas segundo o projeto IPECE</b> .....	<b>79</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Rentabilidade financeira do projeto Aquário</b> .....	<b>80</b>
4.2	PRECIFICAÇÃO E CUSTOS INDUTIVOS DO FUNCIONAMENTO DO AQUÁRIO CEARÁ: UMA NOVA ANÁLISE DIANTE DE NOVOS PARÂMETROS .....	80
<b>4.2.1</b>	<b>Metodologia de formação de preço</b> .....	<b>85</b>
4.2.1.1	Método baseado na concorrência .....	85
4.2.1.2	Método baseado no consumidor .....	86

4.2.1.3	Formação de preços baseado em custos.....	87
4.3	ESTIMATIVA DO TOTAL DE TURISTAS PARA O ANO TÍPICO DE 2016 .....	89
4.4	PROJEÇÕES DO TOTAL DE TURISTAS.....	90
4.5	PROJEÇÕES DOS RESIDENTES NO ESTADO DO CEARÁ VISITANDO O AQUÁRIO.....	93
4.6	PROJEÇÕES DAS RECEITAS DO AQUÁRIO COM BILHETERIA .....	94
4.8	O AQUÁRIO COMO ENQUADRAMENTO ESTATAL E DE PROTEÇÃO SOCIO-EDUCACIONAL.....	98
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>116</b>
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	117
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	119

## 1 INTRODUÇÃO

Os negócios turísticos no Ceará crescem em razão de diversos fatores exploratórios favoráveis à atividade, como clima, posição geográfica, acervo natural de praias e estruturas disponíveis para o acesso, proporcionando um aumento mercadológico nesse setor. Em razão disso e da proposta nacional de crescimento do turismo, o Governo do Estado do Ceará viabilizou a construção de um aquário localizado na cidade de Fortaleza, na perspectiva da melhoria socioeconômica e de proporcionar atrativos diferenciadores para o turismo local.

O projeto Aquário Ceará é considerado uma ação estratégica turística do governo cearense. A estrutura da construção do aquário atende aos padrões mundiais com um museu interativo<sup>1</sup>, ocupando uma área de 21.500,00m<sup>2</sup>, 04 (quatro) pavimentos, sendo 01 (um) subsolo, 01 (um) térreo e 02 (dois) andares de atrações, áreas de lazer, cinemas, simuladores de submarino, túneis submersos.

A atividade, além de proporcionar oportunidades de empregabilidade, movimentará a economia local, envolvendo o setor hoteleiro, os setores aéreo e o terrestre, além de prestação de serviço, de transporte, de locação de veículos, de circulação de mercadoria, dentre outras atividades que aquecem a economia turística. Essa movimentação econômica gerará para o Estado perspectivas na área arrecadatória<sup>2</sup>.

Para o turismo, a construção do aquário é investimento e tem o objetivo de revitalizar a Praia de Iracema e o centro da cidade de Fortaleza, em razão de sua localização, oferecendo espaços para o lazer e garantindo retorno econômico, que começa com a sua construção, pois serão investidos valores na geração de emprego e na compra de equipamentos (circulando mercadorias e gerando incidência tributária).

A fase de construção proporcionará a ampliação de oportunidades profissionais em diversos campos de trabalho (veterinários, biólogos, oceanógrafos, mergulhadores, turismólogos e pessoal administrativo), e em áreas que até então o mercado funcionava de forma tímida no Estado do Ceará.

---

<sup>1</sup> Considerado como um mecanismo educacional em que os visitantes experimentam o ato de tocar em objetos, até então tidos como intocáveis, bem como proporcionam uma relação com os acervos museológicos num processo de ensino-aprendizagem.

<sup>2</sup> A expressão refere-se ao auferimento de receitas dentro da tributação para um determinado ente. No caso, diz respeito à circulação de mercadorias, prestação de serviços e em qualquer outra atividade tipificada na legislação tributária capaz de gerar a arrecadação de tributos.

Por outro lado, a demanda turística deverá aumentar em razão da atividade que será oferecida.

O estudo econômico dos impactos gerados pela construção desse aquário vem sendo feita, sob algumas das seguintes óticas: a) no relatório de impacto realizado, o qual abrange várias áreas, inclusive na área das finanças públicas, que interessa ao Estado; b) no desenvolvimento para o setor privado, gerador de riqueza local; e c) na demanda turística a ser gerada para o Estado do Ceará.

Dessa forma, a pesquisa analisa o investimento e a demonstração dos efeitos financeiros capazes de dimensionar os benefícios arrecadatórios para os cofres do Estado, considerando os tributos de sua competência (tributos estaduais). Isso porque a incidência da tributação desse setor envolve todos os entes federados (União, Estados e Municípios), de forma que a atividade, ao movimentar a economia, como a aquisição de passagens, acomodações em hospedagem, aprimoramento profissional dos envolvidos na atividade turística, excursões, empresas transportadoras, ingressos de acesso a locais e espetáculos públicos, exposições, congressos, convenções e congêneres, seguros, venda de livros, revistas e manuais destinadas a viajantes são exemplos de atividades turísticas desenvolvidas.

No entanto, gera-se um ciclo tributário encontrado na atividade desenvolvida que surge da composição, criação e estruturação do próprio setor. É plausível, portanto, direcionar essa área, a qual beneficiará e fundamentará outros trabalhos comparativos. Além disso, não há nenhum estudo específico e limitado sobre essa comparação apresentado até o presente momento. A vertente da pesquisa é *sui generis*, pois envolve as áreas do turismo (nacional) e os impactos financeiros para o crescimento da economia.

O projeto Aquário Ceará tem como suporte o potencial turístico já existente no Estado. É considerado um atrativo turístico e também um local de educação ambiental, “associando assim o entretenimento, ao conhecimento relacionado à preservação dos mares e da biosfera, buscando o melhor entendimento da relação entre o homem com o meio ambiente aquático” (IPECE, 2014, p. 7), de forma que o referido projeto foi concebido também com o efeito educativo e não só de entretenimento.

Além de ser considerado um oceanário de classe mundial, o projeto se propõe a abrigar um museu. O investimento é de expectativa econômica para o

turismo. Nesse sentido, o relatório do IPECE afirma que ajudará sobremaneira o potencial turístico do Ceará, a intensificação dos negócios e a arrecadação dos tributos (IPECE, 2012, p. 18).

A cadeia produtiva do turismo e os resultados repercutem no sistema econômico-fiscal de forma evidente como instrumento de melhoria da arrecadação tributária cearense, por isso, a construção de um empreendimento o qual seja considerado um atrativo turístico e servirá também como um local de educação ambiental, “associando, assim, o entretenimento ao conhecimento relacionado à preservação dos mares e da biosfera, buscando o melhor entendimento da relação entre o homem com o meio ambiente aquático” (IPECE, 2014, p. 7).

Dessa forma, o projeto foi concebido também com o efeito educativo e não só de entretenimento (turismo cearense), elaborado com base em uma tecnologia interativa que alia educação ambiental e lazer. O local é de expectativa econômica para o turismo, por isso, no relatório do IPECE consta que,

A existência do Acuario vai aumentar sobremaneira o potencial turístico do Ceará, diversificando os atrativos existentes e ampliando o público turista em potencial. Com o maior número de turistas e a intensificação dos negócios, seus efeitos sobre a cadeia produtiva do turismo serão evidentes. Além desses resultados diretos, os efeitos positivos repercutirão por todo sistema econômico beneficiando um número maior de atividades produtivas (IPECE, 2012, p. 18).

Enfim, a decisão governamental em firmar um empreendimento dessa monta constitui uma ação inovadora e ousada dentro de tantas demandas da sociedade cearense.

Em razão do projeto se apresentar como uma intervenção espacial de paradigmas estruturais e tecnológicos modernos, estabelece axiologicamente uma revalorização de vários conceitos, como paisagismo, meio ambiente e principalmente para o setor do turismo.

Levando em consideração que o projeto arquitetônico alcança melhorias urbanas às áreas circunvizinhas, a construção do empreendimento vem gerar empregos e rendas, além de benefícios na ordem tributária.

Nessa seara, a presente pesquisa analisa a importância do empreendimento na economia do Estado e sua viabilidade financeira direta e indireta, principalmente no que se refere ao turismo e, principalmente, pela necessidade de uma investigação acadêmica.

Considerando-se a ausência de estudos direcionados do impacto econômico-arrecadatório do Aquário Ceará, a experiência internacional relativa ao projeto do oceanário português identifica traços comuns, além de discussões e críticas da decisão governamental em alocar os escassos recursos públicos em uma obra de tamanha envergadura.

A pesquisa está fundamentada em conhecimentos advindos de leituras acerca do assunto: o projeto de criação do aquário e os efeitos econômicos. Dessa forma, considera-se que os estudos comparativos de investimentos e resultados serão de suma importância para a análise da viabilidade arrecadatória, principalmente quando se realiza diante de uma confrontação entre este investimento de outros já existentes; a promoção do desenvolvimento turístico para fortalecer a economia do Estado, diante da identificação de fundamentos sobre o custo de oportunidade existente, considerando dados socioeconômicos reais do Estado do Ceará. Os impactos econômicos e a viabilidade arrecadatória são os pontos centrais dos investimentos turísticos.

Dessa forma, investiga-se o ciclo econômico do turismo no âmbito cearense, verificando a evolução turística e mercadológica, na comparação da arrecadação e os efeitos sobre a carga tributária no Estado do Ceará, respondendo aos seguintes questionamentos:

Como a atividade turística tem sido desenvolvida no Estado do Ceará diante da fragilidade econômico-financeira?

Quais serão as repercussões da construção do oceanário junto ao turismo cearense e as consequências socioeconômicas para o desenvolvimento do Estado?

Assim, o objetivo geral é analisar a importância econômica e social do aquário em Fortaleza.

Quanto aos objetivos específicos, são os seguintes:

- a) Avaliar o turismo do Estado do Ceará por meio das fontes financeiras; projetar os efeitos arrecadatórios advindos do projeto no Ceará e
- b) Explicar a importância financeira do aquário em Fortaleza sob o enfoque da viabilidade e da distribuição de renda a ser mostrado numa perspectiva comparativa a outros aquários.

No presente momento, serão descritas as etapas dos procedimentos metodológicos a serem utilizados na condução da pesquisa. Para a melhor

compreensão do exposto, é oportuno conhecer alguns conceitos sobre a pesquisa, método e técnica.

Segundo Barros e Lehfeld (1986, p. 1), “[...] consiste em estudar e avaliar vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não, em nível das utilizações e das suas implicações”. Assim, observa-se que a pesquisa científica propicia respostas às indagações, baseada no raciocínio lógico e utilizando métodos científicos (GIL, 1999). Por isso, a pesquisa é um procedimento sistematizado que busca responder aos problemas propostos (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Assim, são enumerados os métodos existentes para que os objetivos da investigação possam ser alcançados.

No que se refere à tipologia de pesquisa, aos procedimentos e à abordagem do problema, descreve-se um estudo comparativo sobre os efeitos financeiros entre o Aquário Ceará. Dessa forma,

O detalhamento dos procedimentos metodológicos inclui a indicação e justificção do paradigma que orienta o estudo, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados, os recursos utilizados para maximizar a confiabilidade dos resultados e o cronograma. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNJDER, 1998, p.159).

A pesquisa é quantitativa ao avaliar o estudo, a projeção e o turismo no Estado do Ceará em razão da construção do Aquário Ceará, sendo uma pesquisa quantitativa no que se refere ao estudo, diagnóstico e projeções referente às informações financeiras na construção do Aquário Ceará e seus efeitos financeiros.

O procedimento é realizado em três etapas: 1) Um estudo sobre os impactos da construção e viabilidade econômico-fiscal do Aquário Ceará; 2) Uma visitação *in loco* do centro turístico – Aquário Ceará ; 3) Uma verificação dos resultados dos estudos financeiros na area turística e arrecadatória existente; e 4) elaboração da dissertação.

São analisados textos e documentos que envolvem a matérias, de forma interdisciplinar, pois envolve assuntos relacionados ao turismo, economia, arrecadação tributária e projetos de desenvolvimento.

A pesquisa é realizada junto aos órgãos e entidades de turismo no Estado do Ceará (IPECE, SETUR, SEINFRA), além de uma consulta documental junto ao Ministério do Turismo, universidades e faculdades que que trabalham com projetos que envolvam o turismo no Ceará.

Assim, o trabalho analisa a efetividade da pesquisa, principalmente na área pública, a aferir em que medida os resultados de uma ação e trazem benefícios à população

Numa análise comparativa com outros aquários, é realizada uma entrevista com o diretor operacional do Aquário Marinho do Rio de Janeiro – AquaRio, para que se possa identificar semelhanças e diferenças com o Aquário de Fortaleza.

Na análise de políticas públicas, os cientistas políticos têm se preocupado, essencial e tradicionalmente, em estudar como as decisões são tomadas, que fatores influenciam o processo de tomada de decisões e as características desse processo. O desenvolvimento recente da subárea de avaliação de políticas sofre desse mesmo viés comportamental e neutralista. Estuda-se a eficácia das políticas, descartando a avaliação política dos princípios que os fundamentam e, em decorrência, o seu próprio conteúdo substantivo (DAHL, 1981). Em conseqüência, o processo de avaliação é definido como:

[...] a análise crítica do programa (política) com o objetivo de apreender, principalmente, em que medida as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais que estão sendo ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis) indicando novos cursos de ação mais eficazes" (LIMA JÚNIOR et. al., 1978, 4-5).

De maneira geral, a avaliação de políticas sociais usa os métodos próprios da pesquisa social, notadamente a pesquisa de populações por amostragem, a análise de dados agregados (também chamado de contabilidade social), análise de conteúdo e observação participante (GUTTENTAG; STRUENING, 1975). A escolha do método a ser utilizado decorre mais do objetivo da política ou programa sob observação e de seu escopo social do que da preferência intelectual do analista (DEUTSCHER, 1979). O mais importante nessa discussão é o estabelecimento das conexões lógicas entre os objetivos da avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos capazes de dar conta da pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: a política ou programa social sob observação foi um sucesso ou um fracasso?

Do lado dos propósitos das políticas, deve-se considerar que as políticas públicas - as decisões governamentais - têm geralmente dois aspectos:

a) gerar um produto físico, tangível e mensurável; e

b) gerar um impacto, que tanto pode ser físico, tangível e mensurável, quanto subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e/ou opiniões.

Na geração de um produto no tempo “t”, este não precisa necessariamente ser maior ou menor do que havia no momento anterior. Ou seja, a reprodução rotineira de serviços públicos e de programas é um produto de uma política, observável a qualquer tempo.

Deixando de lado a reprodução rotineira, pode-se dizer que os governantes sempre esperam algum impacto quando decidem por uma política. Os produtos (*policy Outputs*) são indicadores de que os governos estão fazendo, de suas prioridades, das demandas que estão sendo atendidas, dos interesses que estão sendo articulados e dos benefícios e objetivos que estão sendo perseguidos.

No entanto, como sugere Nachmias (1979, p.3) produtos de políticas não revelam necessariamente em que medida os objetivos desejados foram ou não atingidos, ou seja, não revelam os impactos de tais produtos nas condições de vida da população. Nesse sentido, o impacto de uma política é uma medida do desempenho da ação pública, ou seja, uma medida em que a política atingiu ou não os seus objetivos ou propósitos.

Ao considerarmos esses pontos preliminares, vemos que as pesquisas de avaliação se enquadram em dois tipos básicos: avaliação de processos e avaliação de impactos (NACHMIAS, 1979, p. 5).

A avaliação de processos visa a aferição da eficácia; se o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas. A importância desta linha de avaliação está no fato de que é impossível antever todos os tipos de entravas, problemas e conflitos possíveis durante a realização de um programa.

Embora a análise de experiências passadas sirva para aumentar o estoque de conhecimento, ela jamais será suficiente para prescindir-se da avaliação processual concomitante à implementação de qualquer programa. Se a avaliação processual não objetiva medir o tamanho ou a natureza do impacto do programa ela, entretanto, quando feita ao longo da implementação, representa a possibilidade de monitoração dos processos diretamente responsáveis pela produção do efeito esperado. Isto é, ela permite controlar com a devida antecipação o tamanho e a qualidade do efeito desejado.

A análise de impacto, por sua vez, tem uma ambição mais ampla e bem mais complexa (ROSSI et al., 1977). Ela diz respeito aos efeitos do programa sobre a população-alvo e tem, subjacente, a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.

Este é o caso que estaremos analisando, ou seja, qual o impacto econômico, social e político para o Estado do Ceará, e, principalmente, para o município de Fortaleza/CE, dentro de um cenário onde o turismo segue uma política governamental propositada, visando ao incremento da visitação por brasileiros e estrangeiros, além de proporcionar os residentes uma oportunidade de lazer e educação ambiental.

O impacto econômico e a viabilidade do projeto Aquário Ceará já foi vastamente pesquisado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE, 2015) e são tomados como referencial para a proposta abaixo descrita.

## 2 REFERÊNCIAL ADOTADO

Turismo é uma atividade que se concretiza quando as pessoas entram em contato com os lugares, as paisagens e territórios turísticos (CORIOLANO, 2014, p. 21-22). Essa atividade é considerada um produto de exportação, capaz de ser tratada como uma mercadoria do comércio exterior e de geração de riquezas e rendas. Por isso,

O turismo ocupa importante papel no conjunto de relações e políticas econômicas do Ceará e insere-se na dinâmica da mundialização do capital como atividade de expansão do capital industrial, concorrente do capital financeiro, que comanda cada vez mais os serviços e as formas de repartição e destinação das riquezas, apropriando-se de territórios de baixa valorização pelo capital. (CORIOLANO, 2014, p. 143)

A atividade turística nacional<sup>3</sup> é envolvida pela incidência de tributos municipais, uma vez que a gestão e prestação de serviços recaem, via de regra, sobre eles é o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, determinado pela Constituição Federal (Art.156, III) e disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003<sup>4</sup>.

Isso porque o único tributo utilizado de forma específica sobre a atividade turística é o da Medida Provisória nº 713/16, hoje convertida na Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016 (que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010) a qual dispõe sobre a alíquota de 6% (seis por cento) do imposto pago pelas operadoras brasileiras sobre pacotes internacionais de viagens, com limite global de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mas não diretamente cobrado sobre a atividade turística no território nacional, com prazo limitado, tanto é que a alíquota tem validade até 31 de dezembro de 2019. Apresente-se o Art. 6º, da Lei nº 12.249/2010, alterado:

Art. 6º - Até 31 de dezembro de 2019, fica reduzida a 6% (seis por cento) a alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à cobertura de

---

<sup>3</sup> Isso porque, no que se refere à atividade turística internacional, o Brasil é signatário de acordos internacionais que proíbem a tributação sobre o transporte aéreo internacional. Diante dessa situação, o combustível que abastece as aeronaves que partem para o exterior é isento das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS (que são respectivamente de 1,25% e 5,8%), bem como de ICMS (dependendo de cada Estado).

<sup>4</sup> No entanto, os impostos federais mais comuns para o setor são: Imposto Sobre a Renda; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Programa de Integração Social – PIS; e Contribuições ao INSS. Na Esfera estadual o tributo principal para as empresas em geral é o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; e no âmbito municipal o tributo principal é: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais, até o limite global de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, nos termos, limites e condições estabelecidos pelo Poder Executivo.

[....]

§ 2º - Salvo se atendidas as condições previstas no art. 26, a redução da alíquota prevista no **caput** não se aplica ao caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou de pessoa física ou jurídica submetida a regime fiscal privilegiado, de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 3º - As operadoras e agências de viagem, na hipótese de cumprimento da ressalva constante do § 2º, sujeitam-se ao limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês por passageiro, obedecida a regulamentação do Poder Executivo quanto a limites, quantidade de passageiros e condições para utilização da redução, conforme o tipo de gasto custeado.

§ 4º - Para fins de cumprimento das condições para utilização da alíquota reduzida de que trata este artigo, as operadoras e agências de viagem deverão ser cadastradas no Ministério do Turismo, e suas operações deverão ser realizadas por intermédio de instituição financeira domiciliada no País.

Percebe-se, pela transcrição *ipsis litteris*, que o fato gerador dessa alíquota não é a atividade turística propriamente dita, mas a transferência de valores que podem ser destinados a gastos de pessoas em viagens, negócios, serviços, treinamento ou em missões oficiais até o limite global de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por mês, tanto que não se aplicam em gastos no exterior quando a despesa tiver fins educacionais, científicos ou culturais, pagamento de taxas escolares, de taxas de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados e de taxas de exames de proficiência e para cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde, no exterior, do remetente ou de seus dependentes.

No entanto, sobre esses serviços faz-se necessário um aparato estrutural para a organização e funcionamento dos serviços turísticos e, conseqüentemente, geram efeitos também sobre a atividade aquisitiva, que são os impostos estaduais, como o ICMS e o IPVA. Tal tributação compõe os dois ciclos da tributação: o direto e o indireto.

A tributação indireta é o ICMS, como exemplo, sobre os combustíveis das aeronaves, chamada de ICMS da aviação, pois como há uma diferenciação do referido tributo estadual, isso torna o custo do combustível diferente o que afastam os destinos nacionais com acesso ao Estado do Ceará, incidindo sobre a atuação

turística. Já o ICMS é estabelecido de forma indireta, pois só não estariam diretamente previstos na atividade turística<sup>5</sup> direta, mas na indireta.

## 2.1 O REFERENCIAL ESPACIAL

O turismo no Ceará segue em constante expansão e contribui para o desenvolvimento econômico de regiões, pois possui diversos atrativos (naturais, históricos, culturais). Por outro lado, em alguns lugares ainda possui infraestrutura muito precária, mesmo ampliando sua capacidade hoteleira e organizacional. Por essa razão, considera-se prioridade de investimento. Assim, “A Secretaria do Turismo – SETUR – vem promovendo o Ceará como sentido turístico nas principais feiras e congressos turísticos no Brasil e no exterior, realizando e participando de *workshops* nos principais mercados emissores nacionais” (CORIOLANO, 2014, p. 159).

Isso acontece porque o Ceará é considerado um estado com vocação natural para o setor, tanto pelo sol como pelo vento que, mesclado ao mar cearense, dispõe de um diferencial turístico, sem contar com outras diversidades advindas do interior do estado traduzida em serras e sertão.

A localização da Terra da Luz<sup>6</sup> tem uma geografia presenteada pela estratégica posição geográfica, além da equidistância de outros países como Estados Unidos e Portugal, o que proporciona ao Estado um local de abertura de grande receptividade para o turismo. Situado na região Nordeste do país, sob a abertura do Oceano Atlântico, com uma área total de 148 920,472 km<sup>2</sup>, ocupando uma área de 9,37% da área do nordeste brasileiro e 1,74% da superfície brasileira<sup>7</sup>, e com um fluxo populacional muito grande (oitavo estado mais populoso do Brasil).

O Ceará, com seus 184 (cento e oitenta e quatro) municípios, possui algumas cidades importantes, além de Fortaleza, sua capital, e outras pertencentes à região metropolitana<sup>8</sup> como Juazeiro do Norte, Crato, Aracati, Jaguaribe.

---

<sup>5</sup> Mesmo sabendo que o setor, em alguns casos pode optar pelo regime simples, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares nº 127/07 e 128/09.

<sup>6</sup> A nomenclatura foi dada pelo Jornalista José do Patrocínio e por ter sido o primeiro Estado a abolir a escravidão, quatro antes da abolição pela Lei Áurea. Além disso, a grande quantidade de dias iluminados pelos raios solares.

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cear%C3%A1>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

<sup>8</sup> A Região metropolitana é regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 18, de 29.12.1999.

Além disso, tem no Ceará um dos maiores parques aquáticos da América Latina<sup>9</sup>, o quarto maior estádio de futebol do Brasil (Castelão<sup>10</sup>) e a pintura natural das jangadas no litoral cearense.

Esse cenário propõe ao Estado cearense um incentivo à preservação do turismo de forma relevante a partir dos anos 1980, momento em que houve um avanço na priorização desta atividade no Ceará. Por isso, Eustógio Dantas (2002, p. 53) assegura que:

No final dos anos 1980, o quadro simbólico hegemônico do nordeste, caracterizador de seu imaginário social, é abalado com a indicação de “olhar” diferenciado sobre o semiárido. Inicia-se, nesta época, conflito entre dois quadros simbólicos contraditórios, que permitem a compreensão do estabelecimento de novas relações da sociedade local com o meio, inclusive o litoral (espaço privilegiado de desenvolvimento da atividade turística contemporânea).

Isso quer dizer que, mesmo a situação social e climática do nordeste brasileiro, que reforçam uma situação negativa, se constrói um novo paradigma na área do turismo, buscando na natureza cearense um novo papel no imaginário sociopolítico, diferenciando o Ceará de outros Estados nordestinos, e até mesmo mais desenvolvidos que o estado alencarino.

A consubstanciação econômica no Ceará também toma ou outro referencial a partir dos anos de 1980 e tem um crescimento maior a partir dos anos 1990<sup>11</sup>. Nesse período, houve o seguimento a uma política de investimentos no setor público e privado, melhorando a atividade turística, com a participação do governo local, regional e nacional com a finalidade de potencializar o nordeste e o Ceará (DANTAS, 2002), no desenvolvimento eficiente e planejado, possibilitando uma melhor atuação no setor turístico do Ceará.

Portanto, o Ceará possui um direcionamento a ser acatado para a possibilidade de um alto investimento, diante das consolidações econômicas a partir dos anos 1990.

Para a análise da discussão do presente trabalho, necessita-se da indicação de diversos conceitos para a compreensão da criação do aquário no

---

<sup>9</sup> *Beach Park*, na praia do Porto das Dunas.

<sup>10</sup> Estádio Governador Plácido Castelo.

<sup>11</sup> Esse período referencial ocorre no pós-constituição de 1988 e face à nova Constituição cearense de 1989, trazendo uma nova modificação político-governamental de transformação estatal, diante de um modelo democrático e com uma importante distribuição de receitas tributárias, valorando o preceito federal, assegurando ao Estado do Ceará a inovação em políticas públicas desenvolvimentistas municipais, estadual e nacional, elevando a melhoria do Estado do Ceará, colocando-o em um escala internacional.

Ceará, pois a pesquisa realizada tem o intuito de analisar diversos aspectos da construção do Aquário Ceará, a investigar possíveis resultados, por isso, diversos elementos serão trazidos em conceitos e abordagens utilizados da investigação.

A atividade do turismo encontra respaldo nas atividades governamentais e econômicas mundiais e impõe uma discussão ampla com a sociedade para o desenvolvimento desse setor (TRIGO, 2004).

Arelada à essa discussão, surge a implementação da academia no setor turístico, para solidificar as reflexões do turismo, pois, se mal planejado, seus resultados são catastróficos, isso porque o turismo não é uma atividade somente econômica, mercadológica, mas um fenômeno que envolve questões sociais, culturais, políticas, geográficas e ambientais, dentro de um fenômeno complexo e dinâmico. Assim, o Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos propõe um estudo socioeconômico do Aquário Ceará.

Por isso, planejar o turismo requer uma maturidade na área e em seus efeitos, sob pena de levar a uma atuação fracassada e com vários efeitos.

Esse planejamento deve ser estratégico e formulado a longo prazo, com esteio em diversas instâncias envolvidas, dentro dos setores público e privado. Mesmo porque essa atividade dilui-se pela economia a qual movimenta o setor e as classes sociais<sup>12</sup>.

Assim, o turismo prescinde de um planejamento solidificado capaz de manter-se dentro de uma repercussão também internacional. Sendo assim,

Para assegurar um crescimento sustentado do turismo e minimização de seus custos, torna-se imprescindível que se cuide do planejamento das ações. A consecução dos objetivos esperados por esta atividade, tanto econômicos como sociais, culturais e de preservação do meio ambiente, dependem de um adequado processo de planejamento. Esse processo implica vincular aspectos relacionados com a oferta, a demanda e todos os demais subsistemas turísticos, em concordância com as orientações do resto dos sistemas do país. Assim, o processo de planejamento passa por um sistema composto por três elementos: a informação, a decisão e a ação. Além disso, o planejamento turístico compreende diversas etapas, resumidamente traduzidas em: diagnóstico, prognóstico, estabelecimento de objetivos e metas, estratégias de ação, recursos necessários; programas e instrumentos de ação, projetos e acompanhamento dos resultados. Entre as etapas que compõem o planejamento do turismo no País, destacam-se a análise do panorama do turismo internacional no mundo, a caracterização do turismo internacional no Brasil e a análise de impactos socioeconômicos, culturais e ambientais desta atividade. (RABAHY, 2009, p. 2).

---

<sup>12</sup> Na área do turismo todos os participantes serão beneficiados sem restrições, pois a atividade movimenta a economia, com a geração de renda e captador de divisas. Apesar da geração de renda não significar distribuição

Esse planejamento deve alcançar a diversificação dos produtos turísticos, como geração de emprego, preocupação com a proteção do meio ambiente, com o patrimônio histórico-cultural, dentre outros, que muitas vezes encontram imposições advindas de instituições internacionais como o Banco Mundial. E, funda-se também em diretrizes que alcançam o setor privado (RODRIGUES, 2004).

Portanto, essas destinações, pública e privada, envolvem duas questões principais: uma financeiro-organizacional, por parte do Estado, e outra, de empreendimento-atuacional, por parte do setor privado.

O planejamento estatal<sup>13</sup> tem que ser conciso, bem elaborado e deve atingir seus objetivos previamente traçados segundo o próprio dever institucional do Estado (ARAÚJO et. al, *online*). Em uma consequência lógica, que atinja o setor privado e possibilite que empreendedores possam fechar o ciclo alavancado pelo Estado no setor do turismo.

Portanto, a indexação dos objetivos a ser alcançada para o desenvolvimento turístico é necessária essa avaliação de todos os aspectos sobre os que o desenvolvimento da atividade e alcance podem impactar não só no setor, mas no campo social, econômico, cultural e ambiental.

Com o objetivo de adequar o planejamento do turismo, Beni (2001, p. 177) afirma que:

[...] a política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e resignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Esses conceitos de turismo e de políticas de turismo se articulam a outros segmentos que, conectados, possibilitam um turismo sustentável. Dentro de uma elaboração de uma política de turismo, a qual deve estar vinculada a realidade da localidade, da região e a da comunidade, pois esta última participará direta ou indiretamente<sup>14</sup> mais ativamente como ator dessa atividade. Essa estruturação proposta tem base constitucional prevista no Art. 180, *in verbis*:

<sup>13</sup> Esse momento surge posterior ao ato de planejar e anterior à estratégia e a operacionalização.

<sup>14</sup> No Brasil, essas trajetórias de políticas públicas voltadas ao turismo passam por três períodos: o primeiro compreendido entre os anos 30 até a edição do Decreto-lei nº 55/1966; o segundo período entre o Decreto-lei nº 55/66 até a reestruturação da Embratur, em 1991; e a terceira fase, de 1991 até os dias atuais.

Art. 180 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Assim, não é possível olvidar que o turismo foi guindado à condição de norma constitucional, de modo que esta condição privilegiada enseja um dever estatal de atenção para com a atividade.

Essa previsão constitucional propôs o turismo como uma atividade capaz de gerar o desenvolvimento social e econômico, induzindo a administração pública a promover o turismo e incentivá-lo, com um direcionamento e uma regulamentação infraconstitucional os quais coloquem a estrutura administrativa na atuação oficial de regulamentação e controle da atividade das pessoas jurídicas de direito privado<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Por isso, a Embratur funciona como uma agência reguladora, dada a sua natureza jurídica de pessoal de direito público com a função de controlar, regular e normatizar o setor, detendo um poder regulatório e capacidade para executar o Plano Nacional do Turismo, de forma ampla, sem retirar as competências dos entes da federação, especialmente dos municípios. As competências da EMBRATUR, estipuladas por sua lei criadora, Lei nº 8181/91, foram posteriormente alteradas pela Lei nº10683/03 eram:

- I - propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas;
- II- estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e do exterior para o Brasil;
- III - promover e divulgar o turismo nacional, no País e no Exterior, de modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos, no território brasileiro;
- IV- analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;
- V- fomentar e financiar, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria de turismo, controlando e coordenando a execução de projetos considerados como de interesse para a indústria do turismo;
- VI- estimular e fomentar a ampliação, diversificação reforma e, melhoria da qualidade da infraestrutura turística nacional;
- VII- definir critérios, analisar, aprovar e acompanhar os projetos de empreendimentos turísticos que sejam financiados ou incentivados pelo Estado.
- VIII - inventariar, hierarquizar e ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua preservação, de acordo com a Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977;
- IX - estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes;
- X - cadastrar as empresas, classificar os empreendimentos dedicados às atividades turísticas e exercer função fiscalizadora, nos termos da Legislação vigente;
- XI - promover, junto às autoridades competentes, os atos e medidas necessários ao desenvolvimento das atividades turísticas, à melhoria ou ao aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas e à facilitação do deslocamento de pessoas no território nacional, com finalidade turística;
- XII - celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com organizações e entidades públicas ou privadas nacionais, estrangeiras e internacionais, para a realização dos seus objetivos;
- XIII - realizar serviços de consultoria e de promoções destinados ao fomento da atividade turística;
- XIV - patrocinar eventos turísticos;
- XV - conceder prêmios e outros incentivos ao turismo;
- XV- participar de entidades nacionais e internacionais de turismo. Outras espécies legislativas também alteraram a atuação da Embratur como a Medida Provisória nº 2.216-37 (ainda em vigor) e pela Lei nº 11.771/2008.

Em razão disso, há planos voltados para o turismo, como Plano Nacional de Turismo – PNT (Lei nº 11.711/2008<sup>16</sup>). Este plano não constitui uma atuação fixa, ao contrário, constitui um planejamento estratégico temporal do Ministério do Turismo em conjunto com diversos segmentos a fim de orientar, gerir e garantir o turismo como uma atuação geradora de renda e de desenvolvimento<sup>17</sup>, se fazendo necessária a alteração de suas metas e programas a cada quatro anos, com as diretrizes de acelerar o crescimento do turismo, demonstrar um diagnóstico do setor, propor uma gestão descentralizada, cumprir as metas e programas propostos.

Dentre suas ações, apresentam-se o estímulo ao turismo sustentável, a elaboração de programas e campanhas institucionais, como, por exemplo, para o turista idoso e o turista com necessidades especiais, além de fortalecer a política de crédito para o setor e a promoção dos produtos turísticos em nível internacional.

A atuação do Ministério do Turismo compreende essa formulação de uma política pública e, conjuntamente com sua agência que regula o setor, EMBRATUR, tenta atingir seus objetivos. Nesse sentido,

[...] uma pasta específica faz com que o setor não seja alcançado pela competência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para definir a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços. Contudo, haverá competência concorrente no que se refere à metrologia, normalização e qualidade empresarial, políticas de comércio exterior, regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior e formulação da política de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato. Finalmente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mesmo em relação ao turismo, manterá competência exclusiva para cuidar de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, aplicação dos mecanismos de defesa comercial e execução das atividades de registro do comércio – obviamente, sem alcançar o cadastramento específico de empresas e empreendimentos turísticos junto ao Ministério do Turismo (MAMEDE, 2003, p. 30-31).

A exploração do turismo é livre no Brasil, como se observa desde o Decreto-lei nº 2294/86 e também da própria Constituição de 1988, que instituem o princípio da liberdade de agir economicamente no setor dentro da livre concorrência.

Ele se enquadra no terceiro setor (da prestação de serviço) e alancava o a empregabilidade e concretiza os eixos estruturais no âmbito governamental.

---

<sup>16</sup>“Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos”.

<sup>17</sup> Inclusive o Plano Nacional do Turismo 2007/2010 foi adicionado no Programa de Aceleração do Crescimento desse período.

Em uma perspectiva administrativa, observam-se as regras de direito administrativo e aplicam-se seus princípios gerais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) em sua atuação. Sem esquecer, evidentemente, da compatibilização com a política mundial do turismo global e da política mercadológica.

Por outro lado, a atuação do setor privado apresenta-se também como grande instrumento dessa atuação cíclica, alcançando principalmente a economia<sup>18</sup>. O envolvimento socioeconômico da atividade turística promove o deslocamento e a interação das pessoas, movimentando organismos públicos e privados pelos atrativos, estruturas, receptivos e inovações. Assim, a essencialidade dessas organizações tornam a condução das estratégias privadas muito importantes para superar a prestação da atividade turística, pois há um desenvolvimento que mobiliza a sociedade e o empreendedorismo. As políticas públicas são nesse sentido e precisam, cada vez mais, serem fortalecidas.

Referente ao Aquário Ceará, as organizações privadas tornam-se parceiras na condução dessa estratégia turística, pois, mesmo a iniciativa sendo do Governo do Estado do Ceará, a manutenção tem que existir, de forma que a parceria privada cooperará na manutenção do setor, representando uma excelente alternativa à gestão e ao desenvolvimento do empreendimento.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) dizem que a organização da atividade turística envolve unidades que são analisadas da seguinte forma:

- (a) como uma **função** ou tipo de atividade, como regulamentadoras, comerciais, prestadoras de serviços, pesquisadoras, fomentadoras, editoras, educadoras;
- (b) **geograficamente**, podendo ser internacionais, nacionais, regionais, estaduais e locais;
- (c) **de propriedade**, como governamentais, não-governamentais e privadas;
- (d) por **segmentos**, como transportes, meios de hospedagem, agentes de viagens;
- (e) de **motivação**, sendo com ou sem fins lucrativos.

---

<sup>18</sup> Por isso, Chiavenato (2004, p. 4) diz que os empreendedores são verdadeiros heróis no mundo dos negócios uma vez que geram empregos, introduzem inovação e participam do progresso da nação.

A função turística tem uma multifuncionalidade de atuação regulamentadora na relação sociedade-cultura-educação, além de outros envolvimento que podem ser descolados para o setor econômico, como a própria movimentação da economia.

Na perspectiva geográfica, a atividade turística tem um alcance regional, local, nacional ou supranacional. Nessa transcendência, o Aquário Ceará tem um alcance internacional, mesmo porque quando da sua elaboração com uma relevância internacional<sup>19</sup>.

A propriedade é pública, mas a manutenção ainda não foi definida, uma vez que não está em funcionamento. Esse investimento origina-se de uma orçamentação pública e sua manutenção apresenta-se numa provável atuação de parceria público-privada (Lei nº 11.079/2004<sup>20</sup>).

Outros segmentos corroboram para a manutenção da atividade, como transportes, manutenção da estrutura, agência de viagens, além da atividade comercial a ser estabelecida dentro do empreendimento.

O investimento gerado no empreendimento do Aquário Ceará terá grandes efeitos financeiros futuros, como acontecem com todos os outros empreendimentos do mesmo âmbito.

Toda essa atividade imposta no cenário Aquário Ceará tem sido bem planejada por causa da participação do setor privado e da comunidade em uma responsabilidade conjunta de diversos setores. Por isso, pode-se observar que:

---

<sup>19</sup> No projeto arquitetônico, um dos quadros comparativos, do Estado do Ceará analisou com diversos grandes empreendimentos mundiais, comparou e analisou projetos arquitetônicos de outros aquários, como aquário lusitano (Lisboa-Portugal), dos Estados Unidos e de outros aquários no Brasil, como o de São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro (IPECE, 2015). Por isso, a proposta é estabelecer um empreendimento de ordem internacional.

<sup>20</sup> Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

[...] o processo de planejamento, decisão e implantação de um cenário favorável ao desenvolvimento do turismo deve estar mais próximo possível das comunidades que diretamente dele se beneficiam, para que através da participação e corresponsabilidade possam assegurar a perenidade de suas inúmeras vantagens sociais, econômicas e ambientais (BRASIL, 1994, p. 20).

Mesmo o Estado concentrando toda a sua atuação de coordenação e efetivação de política pública no turismo, a função empresarial também responde pela atuação, cabendo ao Estado também a função de fomento, incentivo, divulgação e promoção (DIAS, 2005).

A atividade turística nacional<sup>21</sup> encontra-se envolvida pela incidência de tributos municipais, uma vez que a gestão e prestação de serviços que recaem, via de regra, sobre eles é o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, determinado pela Constituição Federal (Art.156, III) e disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003<sup>22</sup>. Essa definição também toma por base a descrição da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que em seu Art. 2º, diz que: "Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras". A lei diferencia turismo, de agências de turismo e de transportadora turística, a colocar esses conceitos em uma cadeia produtiva relacionada à área.

Isso quer dizer que a tributação que incide sobre a contraprestação recebida pela prestadora de serviços turísticos deve ser descontado o valor a ser remetido para o não-residente, de conformidade com o § 2º<sup>23</sup>, da Lei nº 11.771/2008. Essa lei já era aplicada pela Resolução Normativa CNTUR nº 04/1983, a qual já admitia a remessa tributária para o exterior a título de pagamento de serviços turísticos, desde que realizado o serviço por agência de viagens e turismo. Ou seja,

---

<sup>21</sup> Isso porque, no que se refere à atividade turística internacional, o Brasil é signatário de acordos internacionais que proíbem a tributação sobre o transporte aéreo internacional. Diante dessa situação, o combustível que abastece as aeronaves que partem para o exterior é isento das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS (que são respectivamente de 1,25% e 5,8%), bem como de ICMS (dependendo de cada Estado).

<sup>22</sup> No entanto, os impostos federais mais comuns para o setor são: Imposto Sobre a Renda; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Programa de Integração Social – PIS; e Contribuições ao INSS. Na Esfera estadual o tributo principal para as empresas em geral é o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; e no âmbito municipal o tributo principal é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

<sup>23</sup> § 2º O preço do serviço de intermediação é a comissão recebida dos fornecedores ou o valor que agregar ao preço de custo desses fornecedores, facultando-se à agência de turismo cobrar taxa de serviço do consumidor pelos serviços prestados.

já havia um indicativo do responsável tributário e da hipótese de incidência da ocorrência da tributação pelo entendimento do Conselho Nacional de Turismo.

Depois que a lei seu tratamento de tributação ao não residente, a gerar uma conexão territorial e outra do contribuinte. Mesmo não se discutindo elementos da tributação nacional, a atividade turística tem que ser identificada na ordem da incidência tributária, a gerar em uma mesma situação fática uma diferenciação de identificação de residente e responsável tributário inclusive.

No entanto, sobre esses serviços há todo um aparato estrutural para a organização e funcionamento dos serviços turísticos, retirando a situação acima descrita de se identificar quando o turista não é residente. Fora essa situação, o turismo gera efeitos também sobre a atividade aquisitiva, que são os impostos estaduais, como o ICMS e o IPVA. Tal tributação compõe os dois ciclos da tributação: o direto e o indireto.

O direto é o ICMS, como exemplo, sobre os combustíveis das aeronaves, chamada de ICMS da aviação, pois como há uma diferenciação do referido tributo estadual, isso torna o custo do combustível diferente o que afastam os destinos nacionais com acesso ao Estado do Ceará, incidindo sobre a atuação turística. Por outro lado, o ICMS acaba sendo estabelecido de forma indireta, pois só não estariam diretamente previstos na atividade turística<sup>24</sup> direta, mas na indireta.

Além desses efeitos tributários, as atividades conexas que acompanham as atividades turísticas, formais ou informais, mas principalmente as atividades informais<sup>25</sup>, ou seja, as atividades à margem do mercado e das relações formais de trabalho que sobrevivem nas frestas do sistema econômico nacional e que desempenham um importante papel na movimentação da economia turística.

A estruturação é imprescindível dada a competitividade para o setor. Tanto é que em 2013<sup>26</sup> saiu o relatório nacional do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (MINISTERIO DO TURISMO, 2013, p.29), constando que:

---

<sup>24</sup> Mesmo sabendo que o setor, em alguns casos pode optar pelo regime simples, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares nº 127/07 e 128/09.

<sup>25</sup> Sem trazer, no presente momento nenhuma discussão a cerca do trabalho informal, mas também não se pode deixar de descrever que o trabalho formal surge de da situação social de parte da população brasileira, por isso a menção de Loiola e Miguel no sentido de que: "Com efeito, as atividades informais ainda primam pelo caráter errático da renda que originam, pela relativa mobilidade entre as distintas atividades e pela precariedade das condições de vida e trabalho dos agentes que lhe dão corpo" (LOIOLA e MIGUEZ, 1996, p. 27).

<sup>26</sup> O relatório foi estabelecido para o período 2013-2016.

[...] a competitividade é um fenômeno dinâmico, ou seja, um recurso estratégico que pode tornar-se obsoleto com o passar do tempo. O ambiente está em permanente evolução e requer o constante desenvolvimento de novos recursos. Nesse sentido, é crucial que os destinos turísticos desenvolvam continuamente capacidades e recursos. Quebrar a situação de inércia, inovar, torna-se um desafio para os destinos turísticos.

Ora, a competitividade é algo que exige uma constante atualização, o que induz a uma aquisição de produtos para atender essa atualidade, o qual leva a aquisições constantes de produtos e a consequente incidência do ICMS.

Um grande exemplo que temos é a renovação da frota de uma locadora de veículos, em que a incidência indireta favorece a arrecadação do imposto estadual em consequência o aumento da arrecadação do IPVA sobre os veículos automotores e sobre o combustível<sup>27</sup>.

Nesse sentido, verifica-se que a tributação recai como benefício indireto para o Estado do Ceará, uma vez que esse setor deve estar sempre atualizado e pronto a competir com os demais Estados Brasileiros.

A atuação tributária reflete exatamente o que Misabel Derzi, atualizando o pensamento de Baleeiro (2010, p. 865) diz: “no Direito Tributário, o grande critério de comparação, que direciona as normas, especialmente aquelas relativas a impostos, é a capacidade econômica, expressamente adotado no art. 145, § 1º”.

Quanto mais veículos são adquiridos, maior o aumento do ICMS sobre o produto adquirido, como do combustível.

Outro setor que acaba beneficiando o cofre público estadual é o mercado turístico (formal) e de forma ricochete o mercado informal. O formal, com a emissão da nota fiscal e o informal gera uma arrecadação pela aquisição de produtos para elaboração do artesanato.

Há todo um envolvimento estatal que também contribui para a geração de renda e a efetivação de políticas públicas no setor. Nesse sentido, observa-se que o tributo hoje não tem só a finalidade de manutenção do Estado, mas de regulamentação e fomento Estatal (HARK, 2012, *online*), apesar de Paulo de Barros Carvalho (1999, p. 186) dizer que:

---

<sup>27</sup> A alíquota do ICMS sobre gasolina, querosene de aviação, óleo diesel, álcool anidro e hidratado para fins combustíveis é de 25% (vinte e cinco por cento) - Decreto nº 24.569/97- acrescido de 2%.

Fala-se, assim, em fiscalidade sempre que a organização jurídica do tributo denuncie que os objetivos que presidiram sua instituição, ou que governam certos aspectos da sua estrutura, estejam voltados ao fim exclusivo de abastecer os cofres públicos, sem que outros interesses – sociais, políticos ou econômicos – interfiram no direcionamento da atividade impositiva.

Bem, essa visão está ultrapassada, porém pode-se analisar a contribuição da tributação do setor turístico. Além disso, há uma repercussão importantíssima que deve ser levada em consideração, é a própria movimentação da riqueza na economia local, nacional e internacional.

A demanda turística é compreendida como um conjunto de pessoas que saem de suas residências para desfrutar de atrativos e serviços turísticos. Dias (2005) considera as principais demandas turísticas da seguinte forma: o desconhecimento do destino, o preço do produto oferecido, e a dificuldade de acesso à oferta.

Numa observância histórica, pauta-se na identificação do turismo leva-se em consideração demandas passadas e futuras, a partir da análise da demanda histórica e das tendências hodiernas.

Esse conceito também será utilizado para a identificação da viabilidade do Aquário Ceará.

## 2.2 MODELO PROPOSTO PARA AVALIAÇÃO DO AQUÁRIO

Seguem as etapas para o procedimento de avaliação dos elementos do Aquário:

### 1. Etapas do Processo Avaliativo:

- a. Verificar a capacidade de carga diária para visitação;
- b. Atualizar os custos operacionais apresentados pelo IPECE;
- c. Inserir a sazonalidade no modelo de projeção da demanda turística e local;
- d. Utilizar o estudo do CODACE sobre ciclos para projetar os 20 anos de uso;
- e. Construir a nova precificação inserindo a tarifa social;
- f. Redefinir o papel do governo na geração da receita do Aquário;

g. Avaliar a efetividade social dos resultados obtidos pelo aquário a partir da receita de impostos estaduais gerados na cadeia produtiva. Modelo de Inércia Social -  $Y_t = f(y_{t-1}) + f(V) + f(x_t)$ ;

h. Calcular os parâmetros de viabilidade do novo modelo de análise econômica;

i. Avaliar os efeitos de atração, substituição, permanência dos turistas em relação ao aquário e seus impactos sobre a população cearense.

### **Capacidade de Carga**

Entende-se por capacidade de carga a quantidade máxima de visitantes ao aquário diariamente sem que esse processo venha a ameaçar a estrutura instalada, bem como o ambiente eco marítimo criado artificialmente para dar à fauna e à flora ali existentes condições de equilíbrio e sustentabilidade ao ambiente.

Em princípio, toma-se como referencial a capacidade proposta no modelo desenvolvido pelo IPECE (2012) que estimou o número máximo de 1,2 milhões de visitantes por ano típico (3.333 visitantes/dia).

Este parâmetro será utilizado como balizador da avaliação da efetividade substantiva no contexto da viabilidade econômica do empreendimento na ótica tributária e sócio-educacional a ser proposta pela pesquisa.

### **Custos operacionais**

Os custos operacionais e financeiros do empreendimento apresentados pelo IPECE (2014) são atualizados para o ano de 2016, para que se tenha uma maior aproximação monetária dos valores em tempo real. Tais valores servirão para determinar o “preço de custo” e o “preço final de venda” tendo como parâmetros: custos, retorno do investimento, correção monetária, risco associados às previsões para os anos vindouros.

Serão incluídos também os “preços sociais”, que terão uma função de estimular a visita pelas famílias carentes, além das proposições sócio-educativas que surgirão através do modelo de gestão do Aquário de Fortaleza.

Uma das variáveis que deverá ter importância no vetor de formação dos preços sociais será a “sazonalidade” da visitação turística, pois se sabe de sua flutuação ao longo dos meses do ano típico, como será demonstrado a seguir.

### **Sazonalidade do turismo receptivo no Ceará**

Para qualquer pesquisador da área da economia do turismo, a questão da sazonalidade da visitação receptiva é de fundamental importância para avaliação do desempenho da cadeia produtiva dos serviços primários e secundários ofertados no mercado.

No tema em questão, faz-se uma projeção dos valores futuros, utilizando modelos de séries temporais estacionárias, levando em consideração os picos e quedas da variável “total de visitantes mensal” a partir do ano 2002, quando o Ministério do Turismo enfatiza o turismo como vetor de desenvolvimento para o país, em decorrência o volume de investimento em infraestrutura e equipamentos de apoio recebidos pelo Brasil.

Vale ainda acrescentar que o nordeste brasileiro responde, em média, por 40% do movimento doméstico receptivo e o Estado do Ceará recebe 5%, anualmente, deste contingente.

Outro fator relevante diz respeito aos movimentos cíclicos da economia brasileira que afetam sobremaneira a intenção de viajar dos brasileiros e sua efetividade, influenciando os resultados econômicos das empresas partícipes desta cadeia de valor.

Estas flutuações estão representadas na série histórica produzida pela Fundação Getúlio Vargas na sondagem sobre a intenção de viagem dos brasileiros pelo Brasil.

### **Viagens domésticas no Brasil por nível de renda**

A Tabela 1 apresenta os movimentos sazonais da visitação turística doméstica a partir da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, juntamente com o Ministério do Turismo para o ano de 2012.

Pode-se perceber os meses de maior movimento (chamado de “alta estação”) representados por janeiro (11,8%), fevereiro (8,0%), julho (12,1%) e dezembro (18,8%), respectivamente, com total de 51,7% do total de movimentos por via aérea, terrestre, ferroviária e marítima. Os meses de abril (5,5%), maio (5,1%) e agosto (5,9%) podem representar a “baixa estação”, tendo os demais meses apresentado uma média de 6,2% na composição da demanda anual receptiva.

Este comportamento se repete independente do nível de renda observado, ou seja, as famílias de menor renda concentram suas viagens durante o mês de dezembro, janeiro, fevereiro e julho, semelhante às famílias de maior renda. A explicação para tal fato se dá em decorrência dos ganhos extras no final do ano, bem como das férias escolares que fomentam a procura pelo “lazer” e “visitação de amigos e parentes”, que são responsáveis por 70% do total de visitantes.

**Tabela 1 – Movimentos sazonais da visitação turística doméstica**

Mês de Realização da Principal Viagem Doméstica, por Renda (em %)				
Mês	Classe de Renda Mensal Familiar			
	De 0 a 4 SM	De 4 a 15 SM	Acima de 15 SM	Total
Janeiro	10,5	12,7	12,7	11,8
Fevereiro	8,3	7,8	7,8	8,0
Março	5,9	7,3	6,3	6,6
Abril	5,6	5,3	5,7	5,5
Mai	5,5	4,5	4,8	5,1
Junho	6,4	6,6	7,0	6,5
Julho	11,7	12,3	12,6	12,1
Agosto	5,5	6,2	6,6	5,9
Setembro	6,5	5,8	6,6	6,2
Outubro	6,4	7,3	6,7	6,8
Novembro	6,9	6,4	6,6	6,7
Dezembro	20,6	17,8	16,7	18,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIPE (2012).

O segundo segmento que merece atenção do estudo refere-se ao receptivo internacional, que, apesar do fraco desempenho do Estado do Ceará refletindo na baixa visitação à Fortaleza e demais municípios turísticos, faz-se presente na composição da demanda em questão.

Em relação aos residentes em Fortaleza/CE, utiliza-se como parâmetro para composição da demanda as famílias com renda mensal superior a 2 salários mínimos como potenciais consumidores (pagarão tarifa normal) ao Aquário a ser instalado.

A partir das projeções do Censo Econômico realizado em 2010 e a taxa de crescimento da população e da distribuição da renda entre as famílias obtêm-se o número anual de visitantes, aplicando o percentual de 40,0% para os 5 primeiros anos, 30% para o período entre o sexto e o décimo ano, 20% até o décimo quinto ano e 10% para os últimos 5 anos, do total estimado durante os 20 anos projetados. Esta demanda representava 1,48 milhões de fortalezenses.

Já os que residem nos municípios do interior serão aplicados o mesmo procedimento acima detalhado (1,96 milhões). Vale salientar que, segundo o estudo da Fipe/USP sobre a caracterização da demanda doméstica, 70% do fluxo no Estado em questão é representado por cearenses viajando dentro do Ceará.

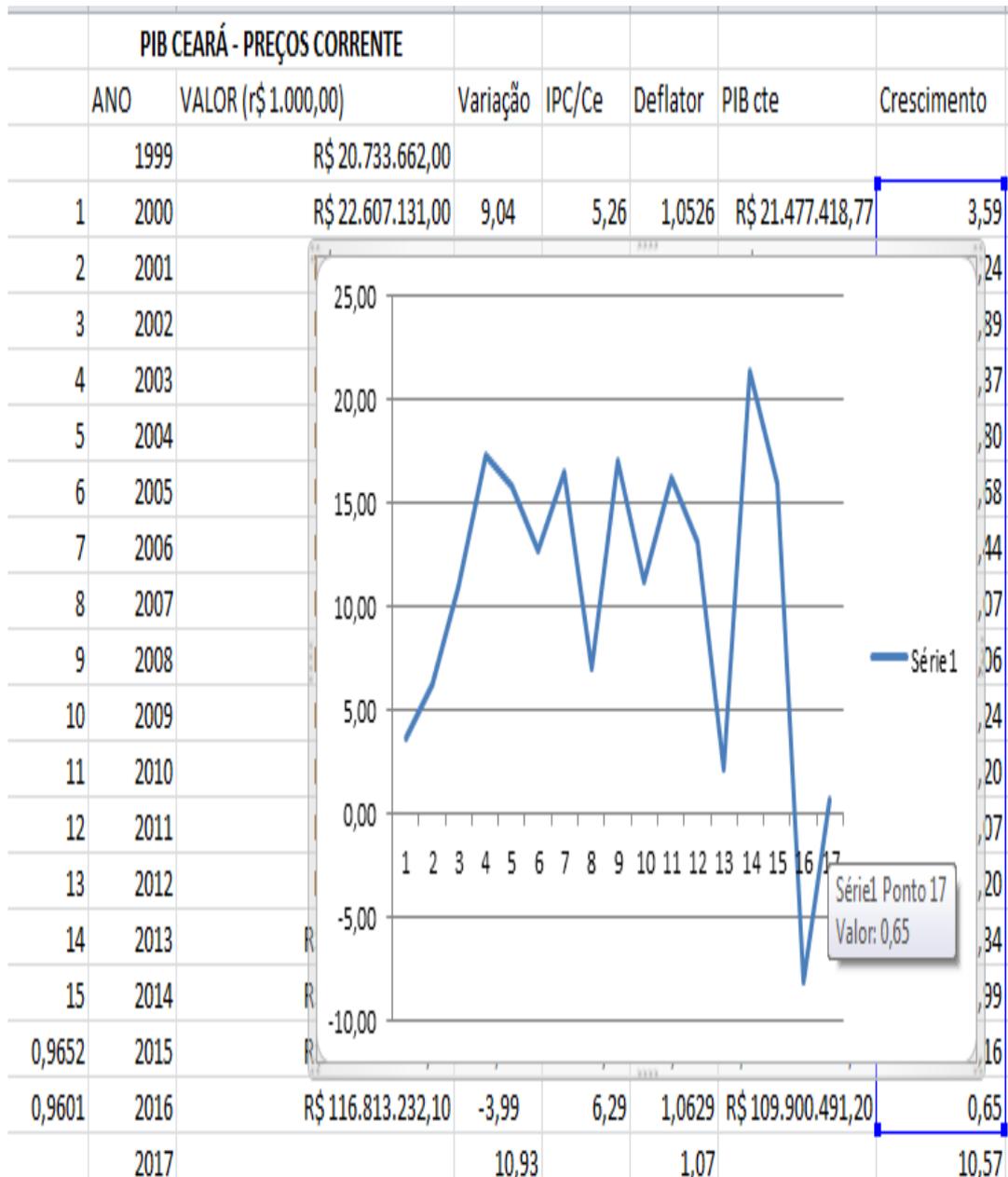
Para o caso em questão, ou seja, o total de residentes no Estado do Ceará, representará aproximadamente uma venda de ingressos equivalente a 17,80% da oferta neste período de tempo, ou seja, 4,30 milhões de cearenses visitando o Aquário durante o período de 20 anos (2018 a 2038).

### **Ciclos Econômicos no Estado do Ceará**

Outro fator que será levado em consideração no estudo da sazonalidade diz respeito aos ciclos de crescimento real da economia cearense. O gráfico seguinte aponta os períodos de crescimento acelerado, moderado e atualmente reporta-se crise econômica do país refletindo-se na visitação turística ao estado do Ceará.

O Gráfico 1 sugere um momento numa estação cíclica depressiva, ou seja, o corte nas despesas das famílias e das empresas reflete-se sobre o consumo de viagens e turismo no país e atinge o destino Ceará, cujo portão principal de entrada é Fortaleza.

Gráfico 1 – PIB Ceará



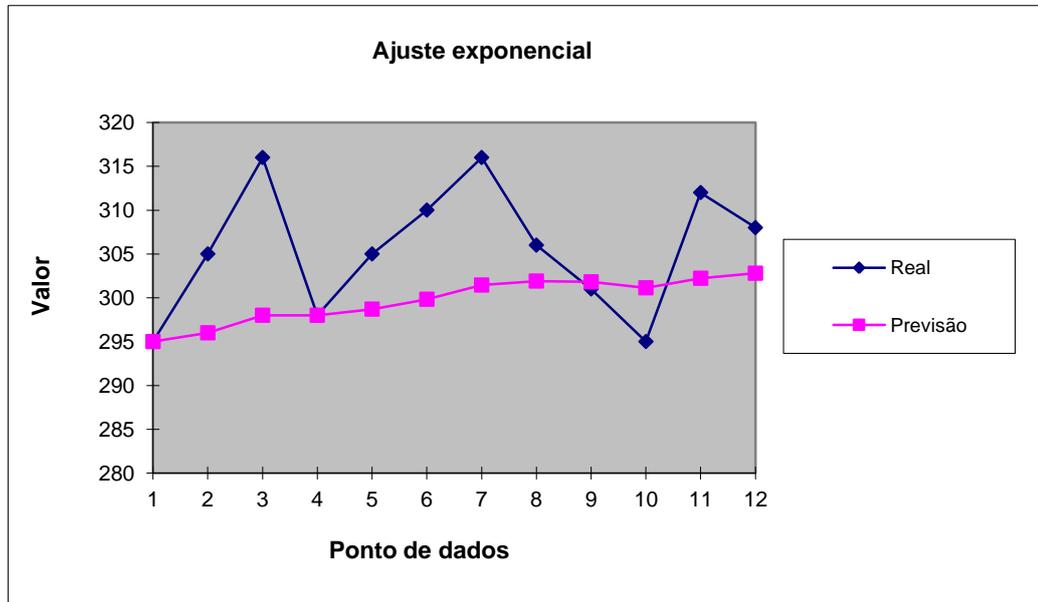
Fonte: IPECE e projeções do autor.

### Modelo Matemático para Projeção

A projeção dos dados relativos ao número de ingressos vendidos no futuro será feita através de modelo de séries temporais e seus componentes, quais sejam: tendência (linear ou não linear) e sazonalidade (componente cíclico baseado na evolução do PIB brasileiro segundo os estudos da CODACE/FGV e das probabilidades de “viajar” das famílias brasileiras e componentes aleatórios).

Serão examinados os modelos através da estimação dos polinômios (com ajuste exponencial) e a escolha para projetar os dados em decorrência do melhor “coeficiente de determinação –  $R^2$ ” apontado após estimativas preliminares.

**Gráfico 2 – Demanda de visitação**



Fonte: Lapponi (2004).

A demanda potencial pela visitação ao Aquário será estimada tendo como base residentes e visitantes (brasileiros e estrangeiros) distribuídos ao longo do ano (mensalmente) e utilizando como referência passada o período compreendido entre o ano 2002 e 2016, perfazendo uma série com (12 meses\*15 anos) as características dos períodos de crescimento e recessão da economia brasileira e cearense.

Nos segmentos abaixo são considerados:

Residentes: Na Capital: renda superior a 2 salários mínimos.

No Interior: mesmo critério acima.

Visitantes: Nacionais: 30% da demanda efetiva no primeiro ano, e visitas pela primeira vez ao Estado do Ceará nos anos seguintes.

### **Construir a precificação inserindo a tarifa social**

A formação de preços dá-se em função das características da atividade econômica em estudo e precisa levar em consideração: custos operacionais diretos e indiretos; custos financeiros e risco do financiamento; riscos de ociosidade

(sazonalidade) e acirramento competitivo, e remetem a busca por alternativas eficazes de controle de custos e estabelecimento dos preços de modo competitivo. No presente, o método de formação de preços tem como base o exame do custeio e um estudo comparativo de mercado nacional e internacional, envolvendo os preços possíveis com a aplicação dos custos identificados, tendo em vista os preços praticados no mercado concorrente. Ambas as situações são consideradas também sob o prisma da rentabilidade e da ociosidade do investimento.

Com base nesses elementos, apresenta-se uma estrutura de preços diferenciados compatíveis com o poder aquisitivo dos residentes e dos turistas, tendo em conta a necessidade da inserção da “tarifa social” para os cearenses de baixa renda.

Vale ainda salientar a presença de operadoras turísticas e seus pacotes de viagens que podem inserir os ingressos do Aquário, a exemplo do Beach Park, tornando-os mais baratos ao consumidor e contribuindo para um maior volume de venda alcançado pelo setor comercial da gestão do equipamento.

A presença de turistas utilizando pacotes das operadoras é cada vez mais usual no mercado de viagens no Brasil. A exemplo das diárias cobradas na hotelaria, a estrutura de preços ao consumidor, ofertada pela gestão comercial do equipamento em questão, deve levar em consideração os movimentos sazonais da demanda a preços diferenciados e a utilização de tarifas sociais no período de baixa estação, quando a visitação de brasileiros e estrangeiros torna-se reduzida.

Na presente pesquisa quali-quantitativa, aplicada e descritiva, a formação de preços com seus desafios de manutenção financeira, competitividade e rentabilidade, norteia o estudo através da metodologia de custeio por atividades.

Ching (2006, p. 123) apresenta um roteiro de cinco etapas para uma precificação adequada:

- a. Objetivos que o empreendimento pretende alcançar com o preço, quais sejam, o retorno sobre o investimento, a expectativa de *market share*, a competitividade frente à concorrência ou a própria sobrevivência no mercado;
- b. Conhecer os fatores determinantes da demanda pelos serviços ofertados através de elementos como o valor percebido pelo cliente e a elasticidade da demanda;

- c. Elencar os determinantes de custos durante o ciclo de vida do produto/serviço para passar à análise da concorrência;
- d. Escolha de um método de precificação que envolva os 3C's: custos, concorrência e clientes;
- e. Formação do preço final, tendo como referência o valor do produto/serviço prestado; a comunicação intrínseca deste valor para os clientes (não vendermos preço e sim qualidade) e que preço o cliente está disposto a pagar.

Na perspectiva atual, “a margem de lucro é uma função entre o preço praticado pelo mercado e os custos incorridos”, o custo alvo (*target costing*) se apresenta como uma necessidade gerencial para o alcance das expectativas de rentabilidade (KATO, 2012).

As questões econômicas sobre a estrutura de mercado vigente também influenciam a formação do preço final do serviço. Neste caso específico, o “monopólio puro” em nível local ou a “concorrência monopolística” em nível nacional e mundial terão seu viés representado pelo preço de mercado praticado. Sabe-se que a oferta de aquários no Brasil limita-se a poucos concorrentes com características estruturais e ecológicas diferenciadas em função de seus objetivos educativos e comerciais.

O método baseado em custos que considera informações internas é chamado de precificação de dentro para fora (MARTINS, 2010). Formar preços baseados em custos parte do pressuposto que o mercado está disposto a absorver os preços propostos e calculados em cima dos custos e dos investimentos realizados (ROCHA JÚNIOR, 2012).

O método a ser utilizado neste estudo será o conhecido “ABC” em que as “atividades consomem recursos, gerando custos, e que os produtos usam tais atividades, absorvendo os custos” (BORNIA, 2010, p.112). Além disto, será incluído também o “custo social de oportunidade” que será mensurado pelo valor do investimento necessário em detrimento de ações sociais como educação, saúde e segurança no Estado do Ceará.

Segundo o mesmo autor, o método de custeio por absorção é o único sistema de custos que atende aos princípios contábeis e é aceito pela legislação fiscal para apuração dos custos dos produtos e, por consequência, do lucro tributável, uma vez que todos os gastos devem ser distribuídos em custos e

despesas, atribuindo-se todos os custos aos produtos fabricados, enquanto as despesas são levadas diretamente para o resultado do período. Não obstante, acaba sendo o método mais utilizado pelas empresas.

A projeção dos custos operacionais seguirá a trajetória do IGP-M para os próximos 20 anos, tendo como meta a manutenção da mesma no intervalo previsto pelo Banco Central do Brasil para a variação do IPCA. No caso das importações, a taxa de câmbio a ser fixada levará em consideração a desvalorização/valorização da moeda nacional em relação ao dólar americano no mesmo período. Em relação aos custos financeiros, a taxa de retorno real utilizada será de 5,37% ao mês sobre o preço do ingresso vendido. Este procedimento visa a manutenção do preço do ingresso ao Aquário em termos reais no período referente ao ciclo de vida do produto, estimado em 20 anos pelo IPECE.

Redefinir **o papel do governo** na geração da receita do Aquário e avaliar a efetividade social dos resultados obtidos pelo aquário a partir da receita de impostos estaduais gerados na cadeia produtiva. Modelo de Inércia Social -  $Y_t = f(y_{t-1}) + f(V) + f(x_t)$ ;

### **Políticas com propósitos de produção de bens ou serviços públicos**

Encontram-se nesta vertente as políticas ou programas cujos objetivos não vão além da própria distribuição de bens e serviços, sem preocupação específica com mudanças. É óbvio que qualquer produto governamental pode ser visto como pretendendo algum impacto. A própria reprodução rotineira de alguma coisa pode ser interpretada como um propósito efetivo de evitar a deterioração de prestação dos serviços públicos, o que não deixa de ser um impacto.

No entanto, para efeito de classificação conceitual, é perfeitamente plausível incluir-se nesta categoria aquelas políticas que não visam uma mudança ou uma alteração em determinada condição social. Políticas de emprego, de absorção escolar, em suma, de atendimento ao público nos mais variados setores, que buscam atender apenas ao crescimento vegetativo de demandas decorrentes do crescimento demográfico, não visam em si nenhuma mudança entre o presente e o futuro.

A avaliação de políticas dessa natureza enquadra-se perfeitamente no que se chama de avaliação de processo. O objetivo avaliativo aqui é acompanhar e

aferir se os propósitos, estratégias e execução do programa estão sendo realizados segundo as definições previamente estabelecidas. Na linha de avaliação de processos, a literatura destaca os seguintes tipos de pesquisa: a) avaliação de metas ou resultados; b) avaliação de meios - metodologia de implantação; c) avaliação de relação custo/benefício e/ou custo/resultado.

### **Avaliação da relação custo-benefício e custo-resultado: eficiência**

Os estudos de avaliação que visam estabelecer relação ótima entre os custos da implantação de uma política e os benefícios derivados de seus resultados são efetivamente os menos utilizados na avaliação de políticas sociais.

O conceito de eficiência - custo mínimo possível para o máximo de benefício possível - é largamente utilizado em estudos econômicos, notadamente na microeconomia (BOOMS, 1976; WITTLDAWSKI, 1968).

Oriundo da noção de otimização dos recursos disponíveis, o conceito de eficiência ganha uma elasticidade enorme quando transferido da avaliação do desempenho econômico de empresas para a avaliação política e para a avaliação de políticas.

Certos críticos das ações governamentais usam fartamente este conceito, "debitando" nos custos de implantação dos programas "custos" que não são tangíveis e mensuráveis, tais como o tempo perdido em virtude de práticas burocráticas pouco flexíveis, os compromissos das negociações, as alterações processuais decorrentes de conflitos políticos, e outros. Decorre daí o preconceito de que toda ação governamental é ineficiente quando comparada com a iniciativa privada, em qualquer setor da vida social.

Nesse sentido, o conceito de eficiência, ao ser transplantado como critério de avaliação de políticas, especialmente de políticas sociais, ganha uma nova dimensão: ao lado da noção estritamente econômica de custo-benefício, agrega-se à noção de custos e benefícios políticos.

O conceito de eficiência na esfera pública é bidimensional. Observa-se, de um lado, a eficiência instrumental, definida pela relação estrita entre custos econômicos e benefícios que são, em geral, tangíveis e divisíveis; de outro, têm-se a eficiência política, definida pela relação entre os "custos" sociais ou políticos, e os benefícios deles derivados.

Isto posto o uso de critérios de eficiência para a aferição do sucesso de políticas sociais não deve ficar restrito a sua dimensão instrumental, econômica. Deve-se que introduzir o nível de satisfação da população, pelo menos da população-alvo.

Em outras palavras, não basta que políticas públicas sejam instrumentalmente eficientes, elas devem ser também politicamente eficientes.

**Políticas com propósito de mudanças e avaliação de impactos: efetividade objetiva, subjetiva e substantiva.**

Esta segunda vertente da ação pública e, conseqüentemente, a sua avaliação, toma por objeto essencial de análise as mudanças pretendidas nas condições sociais. Políticas com estes propósitos reservam a si a importância de causarem um efeito esperado, o que condiciona a avaliação ao uso de um critério de aferição de mudanças e de modelos analíticos causais. Diz-se que essas políticas ou programas obtiveram sucesso quando se pode imputar a eles a condição de causa necessária, quando não suficiente, de uma mudança observada. Ou seja, a constatação de que ocorreram mudanças não é suficiente para concluir-se pelo sucesso do programa; *é necessário demonstrar que elas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem o programa.*

Em outros termos, é necessário demonstrar que a atuação do programa é empiricamente relevante na determinação da *mudança observada* (BENNETT; LUMSDAINE, 1975; CAMPBELL, 1969, 1972).

Essa possibilidade empírica de mudanças é, por sua vez, função de dois fatores: de um lado, a mudança tem que ser economicamente sustentável e, por outro, ela precisa ser ideológica ou culturalmente viável. A ausência de um desses fatores inviabiliza, ou na melhor das hipóteses, posterga a mudança (ELSTER, 1978).

Com esta lógica experimental de funcionamento, políticas com propósitos de mudança estão sujeitas aos seguintes resultados:

- a) o resultado esperado é alcançado;
- b) um resultado não esperado é produzido, sendo, porém positivo;
- c) resultados do tipo (a) e/ou (b) ocorrem e são bons no ciclo de vida imediato, porém, negativo no médio ou longo prazo;

d) o resultado esperado é produzido no que diz respeito a cada membro da população-alvo, isto é, cada indivíduo melhora sua situação social; a médio prazo, a categoria social a que estes indivíduos passam a pertencer piora".

e) o resultado esperado não é alcançado, e nenhum outro resultado é produzido;

f) um resultado não esperado ocorre, sendo, porém negativo.

Cabe ainda ressaltar que esses resultados não são excludentes quando se considera a natureza do impacto que a política implementada pode causar. Uma mesma política pode *causar impactos objetivos, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo*, pode ainda gerar *impactos subjetivos alterando o "estado de espírito" da população*, e, finalmente, pode causar um impacto substantivo mudando qualitativamente as condições de vida da população. *Essas são as três dimensões de mudanças percebidas pelo pesquisador.*

Este caráter experimental das políticas de impactos tem por critérios a aferição do sucesso/fracasso e efetividade, a qual, por decorrência da natureza do impacto pretendido, pode ser também objetiva, subjetiva e/ou substantiva.

A *efetividade objetiva* é o critério de aferição da mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução do programa.

O critério de avaliação efetividade subjetiva tem sido cada vez mais usado na medida em que o conceito de bem-estar social tem sido desdobrado em suas dimensões materiais, psicológicas e culturais. Nesse sentido, a efetividade subjetiva torna-se o critério de aferição de mudanças psicológicas, de mudanças nos sistemas de crenças e valores e, notadamente, tem a função de aferir a percepção da população sobre a adequação dos resultados objetivos dos programas aos seus desejos, aspirações e demandas. Ou seja, o nível de bem-estar social tem de ser julgado por esta dimensão subjetiva também.

A *efetividade substantiva* é, por sua vez, o critério de aferição de mudanças qualitativas nas condições sociais de vida da população-alvo.

Pela lei da inércia social, o futuro imediato tende a se reproduzir, podendo apresentar variações marginais decorrentes da interação entre as variáveis ambientais e as trajetórias de vida com mudanças "predeterminadas" pela história social.

Formalmente, a inércia social tem o seguinte modelo:

<b>Inércia Social:</b> $Y_{i+1} = f(Y_{t_0}) + f(V)$ <span style="float: right;">(1)</span>
---

A decisão de intervir nesse processo para alterar o futuro implica introduzir um conjunto de variáveis exógenas no sistema (1), o qual passa a ser:

<b>Intervenção Social:</b> $Y'_{i+1} = f(Y_{t_0}) + f(V) + f(X_{t_0})$ <span style="float: right;">(2)</span>
---

Os estudos de natureza mais operacional e tecnicista classificam a avaliação de políticas e programas sociais de acordo com seu objetivo (efetividade, eficácia, eficiência), em função do momento em que se realizam (avaliação *ex-ante* e *ex-post*, que se desdobra em avaliação de impacto ou de processo), da posição de quem realiza a pesquisa (interna ou externa), da escala de projetos (grandes e pequenos projetos) e dos seus destinatários (COHEN; FRANCO, 1994; ARRETCHE, 1998; SILVA, 2000).

Para o pesquisador, a mudança social prevista na sociedade local, com a política pública de incremento do turismo no Estado do Ceará, com a implantação do Aquário, irá referir-se aos seguintes patamares:

1. Educação ambiental;
2. Promoção do lazer educativo;
3. A melhoria da saúde social do grupo local;
4. Interação com outras culturas advindas dos visitantes;
5. Geração de novas oportunidades de trabalho e renda;
6. Distribuição de renda via serviços públicos ofertados pelo governo

local.

As fontes de financiamento para produzir as mudanças acima projetadas virão das receitas apropriadas pela população com a “tarifa social”, que representa um modelo de inserção social, os tributos governamentais que reforçarão os ganhos nas áreas de educação/segurança e saúde, as receitas privadas que pagarão os salários dos trabalhadores e, no caso da “economia informal”, os rendimentos obtidos nas “franjas” da cadeia produtiva dos serviços produzidos pelo processo de prestação de serviços e demais componentes da mesma.

Muitos dos estudos não consideram que a relação custo-benefício não pode se aplicar às políticas sociais públicas com o rigor e intencionalidade com que

se aplica ao mercado, visto que seu objetivo não é (nem deve ser) o de atender o maior número de pessoas com o menor dispêndio e recursos.

Ao contrário, a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade.

### 3 O PROJETO AQUÁRIO EM FORTALEZA: PERSPECTIVAS DE UM INVESTIMENTO

Turismo é uma atividade que se concretiza quando as pessoas entram em contato com os lugares, as paisagens e territórios turísticos (CORIOLANO, 2014, p. 21-22). Essa atividade é considerada como um produto de exportação, capaz de ser tratada como uma mercadoria do comércio exterior e gerar riquezas. Por isso,

O turismo ocupa importante papel no conjunto de relações e políticas econômicas do Ceará e insere-se na dinâmica da mundialização do capital como atividade de expansão do capital industrial, concorrente do capital financeiro, que comanda cada vez mais os serviços e as formas de repartição e destinação das riquezas, apropriando-se de territórios de baixa valorização pelo capital. (CORIOLANO, 2014, p. 143).

Há uma inclusão expansionista nesse setor<sup>28</sup> a partir dos anos 90, após a estabilidade econômica e a abertura do mercado na economia mundial. Porém, com uma recepção do setor ainda muito amadora<sup>29</sup>.

Somente por volta de 1996, há um retorno da abertura do turismo nacional por causa da EMBRATUR<sup>30</sup> e de uma política nacional de estruturação que permearam uma nova fase de investimentos turísticos.

Mesmo assim, esse setor cresceu e agregou bastante valor. Senão vejamos:

[...] o turismo no Brasil se destaca como uma atividade bastante importante na geração de valor adicionado, posicionando-se dentre os 15 maiores setores geradores de renda. De acordo com dados do Sistema de contas nacionais do IBGE e da Conta Satélite do Turismo para o ano de 2001, o setor estaria à frente de setores importantes como Siderurgia, Metalurgia, Fabricação de Automóveis e Indústria de Vestuário. Dados comparativos detalhados da formação de renda pelo turismo e demais atividades [...] (OLIVEIRA; VASSALLO, *online*).

---

<sup>28</sup> Trata-se, na verdade de uma segunda fase, pois a primeira fase teve início nos anos 70 quando ficou decidido pela organização do turismo nacional, porém sem sucesso, por razões econômicas (estruturais) e conjunturais (TRIGO, 2004, p. 95).

<sup>29</sup> Esse referencial (anos 90) é tomado como elemento temporal para o trabalho, pois a referência administrativa existente no Estado brasileiro é de 1958, quando da criação da Combratur – Companhia Brasileira de Turismo. Mais tarde (anos 60), o turismo adquire maior importância econômica daquele período. Nos anos 70, transformações atingem a política, a economia, a sociedade e a cultura, acompanhada da industrialização são constitutivas de mudanças básicas da atividade turística (RODRIGUES, 2004).

<sup>30</sup> A Embratur foi criada em 1966 pelo Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro de 1966 como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. Depois, transforma-se em uma autarquia especial, vinculada ao Ministério do Turismo, cuja função é executar a Política Nacional de Turismo, na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado estrangeiro.

Esse valor adicionado envolve o crescimento e desenvolvimento tecnológico contemporâneo aplicado ao turismo que incentiva a manutenção e desenvolvimento de propostas para novos investimentos (públicos e privados) no setor, trazendo inovações turísticas para afetar a percepção e uma reflexão ao público visitante.

### 3.1 ALGUNS AQUÁRIOS NA ORDEM TURÍSTICA MUNDIAL

A nomenclatura aquário foi utilizada como forma de manter um reservatório de animais marinhos ainda do século XIX e somente foi popularizada por Henry Gosse em seu livro *Aquatium: an unveiling of the wonders of the deep sea* (1854), quando a terminologia passou a ser utilizada tanto no contexto científico como forma de manutenção de animais marinhos.

A conotação toma uma base científica em razão da existência de estudos das espécies e da manutenção da qualidade da água e formas de viabilização desses aquários como o próprio arejamento, por isso que universidades e centros de estudos europeus publicaram vários ensaios e divulgaram a existência de novas técnicas e materiais, como motores que mantinham o suprimento de água do mar.

Essa atividade não era popular, pois poucas pessoas mantinham aquários, ou como forma de investigação científica ou para pesquisa (BOULENGER, 1925).

Em 1853, o Jardim Zoológico de Regent's Park, em Londres, abriu suas portas com catorze aquários, sendo oito marinhos, representando na época o maior sucesso de visitantes (BRUNNER, 2005).

A partir de então, foram inaugurados diversos aquários pela Europa, com construções mais arrojadas e, principalmente, com o intuito de melhorar as construções, iluminações, colocação de museus tudo para permitir melhor visualização das espécies de animais.

Em termos de inovação, em 1861 foi inaugurado o aquário de Paris, *Jardin d'Acclimatation*. Este aquário não possuía janelas, pois sua iluminação era dentro dos tanques. Depois deste, novos aquários começaram a ser inaugurados, pois eram lugares populares.

O sucesso era tanto que em 1871, surge em Londres um outro aquário, Aquário do Palácio de Cristal, com sessenta tanques, sendo trinta e oito para

exposição e os demais utilizados para pesquisa e experimentos cientistas. Na época, considerava-se a única forma de realizar pesquisas marinhas por esses aquários, no entanto, muito onerosa a manutenção dos tanques e principalmente a água salinizada, a qual era, muitas vezes, transportada de trem para abastecer os aquários (BRUNNER, 2005). Porém, esse modelo de aquário foi se modificando com os avanços das pesquisas em biologia marinha, tanto é que em 1874, em Nápoles, foi construído um zoológico à costa italiana, com modernos equipamentos de mergulho da época, mas com o intuito muito mais científico que cultural, pois ficou aberto poucas vezes durante o ano.

A partir de meados do século XIX, com a melhoria dos motores à vapor e um maior apoio tecnológico às pesquisas marinhas, os aquários ficaram sendo apenas uma alternativa de pesquisa e não o único meio de se estudar a vida marinha, e principalmente no habitat natural dos animais marinhos. Com isso, faz-se com que os aquários comecem a se solidificar com seu papel de entretenimento, vindo a se consolidar ao longo do século XX, como também assumindo seu papel educativo.

Com isso, os aquários passaram a ser instituições que se dedicavam ao estudo do mar, com um papel importante e denominados de oceanário, representando fidedignamente os ecossistemas marinho (KISLING JR., 2001, p.40).

No Brasil, esses aquários surgem em 1904, no Rio de Janeiro. Um deles apresentou-se com exposições de aquários de águas salgadas, enquanto o outro, inaugurado em 1910, ligado a um laboratório de piscicultura da Boa Vista, com animais de água doce. O primeiro aquário tinha onze tanques, mas foi demolido entre os anos de 1937 a 1945.

Em São Paulo, no ano de 1945, em Santos, inaugura-se no Brasil um aquário de grande porte, até então não existente, com tanques de manutenção de animais gigantes, como tubarão-lixia, tartarugas e pinguins. Esse foi o maior aquário já construído no Brasil e continua sendo hoje um dos maiores, com tanques de mais de oitocentos mil litros de água, chegando a receber quinhentos mil visitantes anualmente.

A partir de então, os aquários passaram a pertencer à atividade turística, mesmo se sabendo que no início era a criação de animais aquáticos para fins científicos, como hoje também o são, mas com maior diversidade, além da pesquisa marinha, com fins educacionais e de lazer, pois esses aquários ou foram construídos

em zoológicos ou em instituições de pesquisas com fins de estudos, sempre com o intuito de se manter as condições hidrobiológicas e que disseminam conhecimento. Assim, os aquários modernos devem atender,

A tradição dos aquários como espaços de lazer para o visitante se mantém evidente nos dias de hoje, sendo que muitos deles possuem música ambiente e cenários dedicados a promover uma visita agradável, além das necessidades de manutenção dos tanques e circulação dos visitantes. Do seu surgimento aos dias atuais, os aquários sempre se dedicaram a promover uma relação prazerosa do visitante com o ambiente marinho, e cada vez mais as dimensões de lazer e de educação vêm sendo assumidas por essas instituições. (SALGADO; MARANDINO, 2014, p. 875).

Além dos aquários, a existência de museus é importante local para divulgação do conhecimento e da história da biologia aquática, comunicação e lazer.

### 3.2 O AQUÁRIO CEARÁ COMO INOVAÇÃO TURÍSTICA

A projeção de um atrativo para o Ceará é algo inovador e capaz de melhorar a internacionalização do turismo cearense, considerando-o desde o seu projeto inicial como atração multifocal e de alcance em diversos setores, não só para o turismo, mas para a educação, pesquisa, conservação, lazer, entretenimento e cultura para o Estado Alencarino. Assim, o estudo dos aspectos econômicos do Aquário estabelece:

Foi com essa percepção que o projeto do *Acquario Ceará* foi inserido como uma das ações estratégicas do Governo do Estado, tendo como base o grande potencial turístico já existente em nosso Estado. Na realidade, esse empreendimento, além de se constituir em mais um atrativo turístico, servirá também como uma mostra permanente e renovável de educação ambiental, associando assim o entretenimento, ao conhecimento relacionado à preservação dos mares e da biosfera, buscando o melhor entendimento da relação entre o homem com o meio ambiente aquático. (IPECE, 2012, p.4).

Isso significa que para a viabilização do funcionamento do setor turístico a inovação é requisito preliminar com a combinação de belezas naturais e inovação tecnológica. Por essa razão, Oliveira (2001) diz que é preciso compreender que os atrativos ultrapassam as belezas naturais e patrimônio histórico-cultural, mas melhoras inovações são essenciais.

Nesse panorama, a proposta foi na concepção de se construir o Aquário Ceará arraigado a equipamentos mais modernos. O Governo do Estado do Ceará contratou a empresa ICM Reynolds, com uma equipe de especialistas em aquários no mundo para o acompanhamento diário da obra.

O projeto com características públicas (toda a sua estrutura e financiamento públicos), sob a responsabilidade da Secretaria do Turismo (Setur-CE). A primeira fase consistiu na conclusão da estrutura de sustentação e do subsolo, em dezembro de 2013, em seguida deve começar a instalação de estruturas subterrâneas.

O fornecimento da tecnologia e a supervisão da construção foram da empresa ICM Reynolds, bem como a função de periciar a estrutura já feita. Esta empresa foi necessária face à complexidade do projeto e de sua inovação.

A proposta inicial era a conclusão do prédio principal até 2015 e em pleno funcionamento tornaria o Ceará num universo de grandes obras. Além disso, tratá-lo como uma estrutura que englobasse educação, já que é um local de estudo da vida marinha.

### **3.2.1 O procedimento licitatório do Aquário Ceará**

Como qualquer obra a ser realizada pela administração pública, o aquário se sujeitou também a um procedimento licitatório.

Uma das normas regulamentadoras do procedimento licitatório é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, isso porque existe o estatuto do pregão, o qual também regulamenta uma outra modalidade de licitação.

A lei geral (Lei nº 8.666/93) prevê cinco modalidades de licitação diferentes, e a escolha varia de acordo com o valor da compra e com o tipo de produto ou serviço adquirido pela administração pública.

Outro estatuto complementar está na a Lei nº 10.520/2002, a qual prevê o pregão, e no âmbito da União institui a obrigatoriedade do pregão eletrônico pelo decreto nº 5450/2005.

A concorrência é uma modalidade de licitação destinada a contratações de obras e serviços de engenharia em que o valor estimado esteja acima de R\$ 1,5 milhão e/ou a aquisição de materiais e outros serviços em que o valor estimado esteja acima de R\$ 650 mil. Essa modalidade é utilizada, independentemente do valor estimado, para a compra ou alienação de imóveis, para as concessões de direito real de uso, de serviços ou de obras públicas, para as contratações de parcerias público-privadas, para as licitações internacionais, para os registros de preços e para as contratações em que seja adotado o regime de empreitada integral.

Embora a legislação defina valores mínimos para a concorrência, essa modalidade pode ser usada para qualquer valor de contratação, desde que o objeto a ser licitado seja complexo e demande uma análise mais criteriosa do administrador.

Para participar desta modalidade o fornecedor não necessita de um cadastro prévio, bastando que este atenda às exigências do edital.

Concurso é a modalidade usada para selecionar prestadores de serviços de trabalhos técnicos, científicos, projetos arquitetônicos ou artísticos, mediante o pagamento de um prêmio. O valor é definido previamente em edital, ou seja, não é negociável. Qualquer interessado pode participar dessa modalidade de licitação, sem a necessidade de prévio cadastro, e o único critério é atender às exigências do edital.

O convite é uma modalidade mais simples de licitação, realizada para a aquisição de obras e serviços de engenharia que custem até R\$ 150 mil, e para a compra de bens e outros serviços de valor estimado de até R\$ 80 mil. Nesse caso, a unidade administrativa escolhe e convida pelo menos três fornecedores do segmento do serviço ou mercadoria licitada por meio de uma carta-convite, que substitui o edital.

Não é necessário que os licitantes estejam cadastradas, mas é obrigatório que o órgão público divulgue cópia do instrumento convocatório em local apropriado e que o convite seja estendido a outras empresas que estejam cadastradas.

As empresas não cadastradas deverão manifestar seu interesse em participar do processo até 24 horas antes da data de apresentação da proposta.

O leilão é outra modalidade de licitação usada para a venda de bens que não são mais úteis para a administração pública, em que qualquer pessoa pode participar do processo. Os interessados deverão apresentar seus lances e ofertas em local e horário predefinidos em edital convocatório.

O objeto licitado será entregue a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor de avaliação. No entanto, a modalidade de licitação leilão só poderá ser utilizada para a venda de bens no valor de R\$ 650 mil, segundo avaliações prévias de mercado. Bens acima desse valor devem ser por meio da modalidade concorrência.

A tomada de preços é modalidade é subdividida em duas fases. Na primeira fase, os licitantes são previamente cadastrados após verificação de

habilitação jurídica, de regularidade fiscal, de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica. Na segunda fase, o licitante fornece sua proposta de preço. Essa modalidade de licitação é usada para contratações cujo valor estimado varie entre R\$ 150 mil a R\$ 1,5 milhão para execução de obras e serviços de engenharia, e entre R\$ 80 mil a R\$ 650 mil para aquisição de materiais e outros serviços.

Já o pregão, instituído em uma legislação extravagante, é uma modalidade de licitação do tipo menor preço para aquisição de bens e serviços ou serviços comuns, ou seja, as propostas e os lances realizados pelos fornecedores antecedem a análise da documentação, o que torna o processo de compra mais fácil. O pregão presencial em que é marcada uma data para que os fornecedores apresentem suas propostas e, sucessivamente, deem seus lances verbais e o pregão pode ser eletrônico.

Para o Aquário Ceará foram realizados alguns procedimentos, tendo em vista a complexidade do empreendimento, além de hipóteses de inexigibilidade de licitação.

A primeira foi a concorrência pública de nº 004/2009<sup>31</sup>/SETUR/CCC - PROCESSO Nº. 08569374-0 - com a espécie menor preço, por empreitada por preço unitário<sup>32</sup>, destinada à construção da estrutura de concreto da edificação principal do Aquário Ceará e a praça das águas, com valor de R\$18.834.653,80<sup>33</sup>.

Em 2011, houve a inexigibilidade de licitação nº 05/2011 para o contrato Nº 017/SETUR/2011, pelas razões abaixo descritas:

DECLARO INEXIGÍVEL a Licitação para a contratação da EMPRESA INTERNATIONAL MANAGEMENT INC. (ICM), que tem por objeto o fornecimento de todos os bens, serviços e materiais para os equipamentos e a Construção do Aquário Ceará, pelo período de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, no valor global de R\$ 244.335.000,00 (Duzentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta mil reais, equivalente a US\$ 150.000.000,00(cento e cinquenta milhões de dólares americanos), conforme valor do PTAX 800 para compra, de 25/05/2011, de acordo com a informação do site do Banco Central do

<sup>31</sup> Disponível em: <http://licita.seplag.ce.gov.br/pub/114617/EDITAL%20CP%20004-2009-SETUR-AQU%C3%81RIO%20DO%20CEAR%C3%81.pdf>. Acesso em: 16 de dez de 2016.

<sup>32</sup> Segundo a lei de licitação, a empreitada por preço global a Administração contrata o todo e não as unidades que compõe as partes da obra.

<sup>33</sup> Fonte de Recurso, segundo o item 2.1 do edital convocatório:” 2.1. O objeto desta Concorrência Pública será pago com recursos orçamentários do Tesouro Estadual, no valor global estimado de R\$ 18.834.653,87 (dezoito milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos), com a seguinte dotação orçamentária: 36100003.23.695.034.10645.22.44905100.00.0.00”. Disponível em: <http://licita.seplag.ce.gov.br/pub/114617/EDITAL%20CP%20004-2009-SETUR-AQU%C3%81RIO%20DO%20CEAR%C3%81.pdf>. Acesso em: 16 de dez de 2016.

Brasil, [http: www.bacen.gov.br.](http://www.bacen.gov.br)), com fundamento no art. 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666/1993 (CEARÁ, 2011).

Em 2012 foi realizado o pregão presencial nº20110017 – SETUR, para aquisição de pranchas metálicas para uso na obra de contenção do terreno onde será construído o prédio principal do Aquário Ceara, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no ANEXO I - Termo de Referência do referido edital<sup>34</sup>.

Por último, o edital de concorrência pública nº 011/2012/SEINFRA/CCC-licitação do tipo menor preço para execução das obras complementares das estruturas de concreto da edificação principal do Aquário do Ceará, no valor estimado de R\$ 20.137.502.52 (vinte milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), com a classificação funcional: 08100001.15.451.005.14895.22 e intenção de gastos IG n.º 755789. Ainda faltam várias outras edificações para a conclusão do empreendimento.

Não se pode deixar de falar nas Parcerias Público-Privadas - PPP<sup>35</sup> como mecanismos perfeitamente possíveis e admissíveis na implantação do Aquário Ceará. Isso porque o a PPP permite a integração do setor público com o setor privado, adequado à atividade turística.

Na análise das PPPs, observa-se que elas são realizadas para suprir a carência de investimentos públicos e os necessários empreendimentos privados. Eles surgem exatamente por causa da impossibilidade financeira estatal, bem como a impossibilidade de arrecadação tributária na área da infraestrutura.

Na definição legal, PPP (Art. 2º, da Lei nº 11.079/2004) é uma espécie de contrato administrativo de concessão, o qual possui duas modalidades, patrocinada<sup>36</sup> ou administrativa<sup>3738</sup>, e nas palavras de Marçal Justen Filho:

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://licita.seplag.ce.gov.br/pub/163763/PP20110017SETUR.pdf>. Acesso em: 16 de dez de 2016.

<sup>35</sup> Em países como Países como a Inglaterra, a parceria público-privada é denominada Private Finance Initiative.

<sup>36</sup> §1º. Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

<sup>37</sup> §2º. "Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens."

<sup>38</sup> Não se confunde com a concessão comum, a qual está disciplinada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

[...] parceria público-privada é um contrato organizacional, de longo prazo de duração, por meio do qual se atribui a um sujeito privado o dever de executar obra pública e (ou) prestar serviço público, com ou sem direito à remuneração, por meio da exploração da infraestrutura, mas mediante uma garantia especial e reforçada prestada pelo Poder Público, utilizável para a obtenção de recursos no mercado financeiro. (JUSTEN FILHO, 2005, p. 595)

As PPPs estabelecem um vínculo obrigacional entre a administração pública e o setor privado com o intuito de implementar a gestão, total ou parcial, de obras, serviços ou atividades de interesse público, em que o parceiro privado acaba por assumir a responsabilidade pelo financiamento, investimento e exploração do serviço, observando, além dos princípios administrativos gerais, os princípios específicos desse tipo de parceria.

Assim, estabelece-se uma importante forma de contratação para o Aquário Ceará, com a utilização da PPP, adequando também a existência de novos investimentos, limitando a assunção de encargos pelo poder público, ou ainda dar com tenuidade aos investimentos do Aquário Ceará diante da previsão legal da repartição objetiva dos riscos entre as partes (Art. 5º, III, da Lei da PPP) com o objetivo principal de sua constituição. Além disso, a eficiência econômica na prestação da atividade, claramente explicitado na lei e que, com certeza, estará previsto no edital que antecede a contratação da PPP, e, ainda, respeitadas as condições objetivas do particular de se responsabilizar por tais riscos, não há de se falar em quebra do equilíbrio econômico-financeiro, muito menos em desvirtuamento das condições efetivas da proposta.

O contrato de PPP é uma espécie de contrato público, com todas as suas características, com um lastro temporal extenso, com a previsão de garantias de adimplemento das obrigações pecuniárias da concedente e a exigência de constituição de sociedade de propósito específico.

Nesse sentido, o contrato administrativo de parcerias público-privadas é considerado um meio bastante positivo na obtenção de recursos da iniciativa privada destinados a serviços públicos e setores de pouca viabilidade econômica, como é o caso de um investimento dessa monta para um Estado do nordeste brasileiro, pois a experiência internacional comprova a eficácia da atuação da iniciativa privada nas políticas públicas, com vantagens não somente econômicas como também práticas para todos os envolvidos.

### 3.2.2 O Aquário na multifuncionalidade para o Ceará

A multifuncionalidade da proposta do aquário é alcançar ultra turismo com relação à educação, a fim de atender às escolas públicas, uma vez que a proposta inicial visa receber alunos de escolas públicas para conhecimento e propagação da biologia marinha<sup>39</sup>.

Com relação ao incentivo para a pesquisa, o Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR, órgão pertencente à Universidade Federal do Ceará - UFC, autarquia federal, com dois importantes cursos de graduação: ciências ambientais<sup>40</sup> e oceanografia, além do curso de pós-graduação<sup>41</sup> (doutorado e mestrado) em ciências marinhas tropicais, com área de concentração em utilização e manejo de ecossistemas marinhos e estuário, manterá uma forte relação com o aquário.

A Universidade Federal do Ceará mantém outros cursos com importante função na atividade desenvolvida no Aquário, como biotecnologia, ciências biológicas, engenharia ambiental, engenharia de energias renováveis e zootecnia.

Todos esses cursos lançam no mercado profissionais capacitados para exercer atividades no Aquário Ceará, além de poderem utilizar o aquário como fonte de capacitação e cooperação, demonstrando a importância de um local inovador e com grande prospecção profissional, uma vez que vai atender o mercado do setor, além da atividade turística.

Na área do entretenimento e lazer, a proposta é apresentar um ambiente de visitação pública, com cinemas interativos (3D e 4D), diversão e conhecimento para os visitantes<sup>42</sup>, além dos aspectos culturais que serão proporcionados.

Estruturalmente, o Aquário irá dispor de um auditório com capacidade para trezentas pessoas e realização de eventos nacionais e internacionais que envolvam matérias relacionadas à atividade turística e científica.

<sup>39</sup> Há uma conotação muito mais social que educacional, com a perspectiva de induzir crianças e adolescentes de escolas públicas (estaduais e municipais) ao conhecimento, proporcionando além do conhecimento a integração, vivência, estímulo, além contribuir para o desenvolvimento social desses menores.

<sup>40</sup> A proposta do Curso é formar profissionais preparados para lidar com questões relativas ao meio ambiente, à sustentabilidade, à biodiversidade, à geodiversidade e à bioeconomia, com competência técnico-científica, ética e política, para lidarem com a diversidade de questões concernentes ao meio ambiente, além de estudos de impacto ambiental, manejo e a gestão de unidades de conservação.

<sup>41</sup> Disponível em: [http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=category&sectionid=8&id=31&Itemid=49](http://www.labomar.ufc.br/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=8&id=31&Itemid=49). O programa de pós-graduação, com as seguintes linhas de pesquisas: Manejo de Ecossistemas para a Produção Biológica, Prospecção de Recursos Marinhos e Análise de Impactos Ambientais das Regiões Oceânicas e Costeiras.

<sup>42</sup> Locais e turistas.

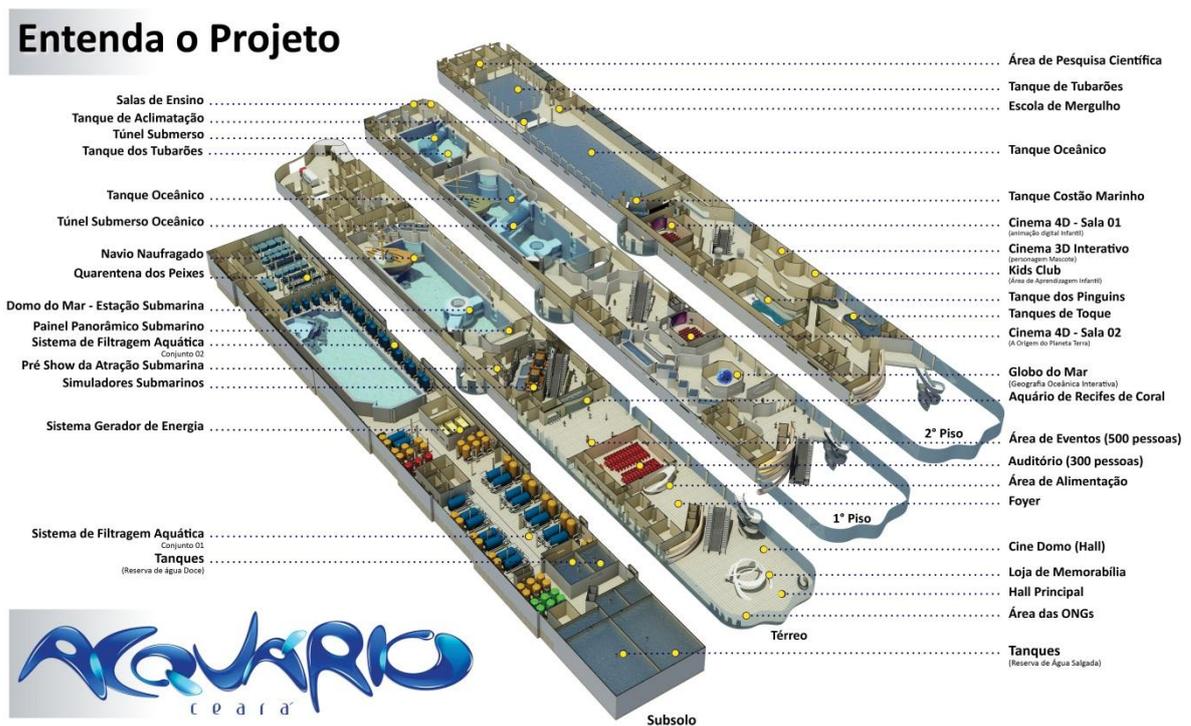
Essa estrutura vem a complementar o Centro de Eventos do Ceará – CEC, mesmo sendo considerado um dos centros de convenções mais modernos e bem equipados da América Latina, por abrigar eventos, palestras, feiras, shows, congressos, *workshops*, exposições, seminários, eventos esportivos.

Entretanto, o grande diferencial é que o Aquário possui uma interação biotecnológica e educacional, não proporcionada pelo CEC e, ao mesmo tempo, lazer e cultura voltado para o aprendizado de quem faz a visitação.

Não se propõe uma concorrência de locais culturais, mas uma complementação, trazendo para o Estado do Ceará um indicativo internacional de recebimento de turistas e eventos de grande porte.

Numa observação do projeto estrutural podem ser identificadas todas essas multifuncionalidades do aquário.

**Figura 1 – Estrutura do Aquário Ceará**



Fonte: IPECE (2015).

Outro importante alcance do aquário é colocar a participação de organizações não governamentais – ONGs - na área ambiental como atuação estratégica dos sujeitos políticos contemporâneos, no sentido de atender ao marco

regulatório<sup>43</sup> das Organizações da Sociedade Civil – OSCs - e contribuir para decisões presentes e futuras relacionadas à atuação da preservação ambiental, ligando à sustentabilidade e ambientalismo às dinâmicas globais do turismo.

A proposta é inovadora e com uma perspectiva de projeção da movimentação econômica para o Ceará.

### 3.3 COMPARAÇÃO AO AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO-BRASIL: DIVERGÊNCIAS AO AQUÁRIO DO CEARÁ

Ao analisar o Aquário Marinho do Rio de Janeiro é necessário identificar a funcionalidade da cidade maravilhosa, apesar da atual conjuntura econômica que o governo estadual está passando e as dificuldades econômicas que comprometem a governabilidade e os investimentos gerados pelo governo.

Desde longas datas a cidade do Rio de Janeiro passa por reestruturações e recebe um grande número de eventos<sup>44</sup>, inclusive internacionais, mobilizando todo o setor turístico, pois o Rio de Janeiro por si só apresenta um cenário como um lugar que reúne belezas<sup>45</sup> naturais incomparáveis, o que turisticamente muda o perfil da exploração de praias, shoppings ou centros históricos.

O potencial turístico do Rio de Janeiro passou pelo processo de gentrificação<sup>46</sup> e tendeu a um momento de revitalização da zona portuária<sup>47</sup> urbanizando a área, local onde surgiu o projeto do aquário marinho do Rio de Janeiro e propor na localidade a produção de um espaço na cidade o qual transformasse o lugar em um estado de coisa atual.

---

<sup>43</sup> O marco regulatório das OSCs, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o qual definiu três eixos orientadores: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação com a finalidade de dá dimensão do conhecimento na área específica, através de estudos e pesquisas, seminários, publicações, cursos de capacitação e disseminação de informações sobre o universo das organizações da sociedade civil, o que Acquário Ceará poderá proporcionar.

<sup>44</sup> Jogos Pan-Americanos 2007, Copa do Mundo de Futebol 2014, Olimpíadas 2016.

<sup>45</sup> O Rio de Janeiro é e continua lindo!

<sup>46</sup> A gentrificação é uma maneira de alterar espaços urbanos, apresentando uma mudança imobiliária com novos perfis residenciais e padrões culturais numa determinada localidade.

<sup>47</sup> Projeto de Revitalização do Porto Maravilha.

### 3.3.1 O Rio de Janeiro e a nova zona portuária<sup>48</sup>

A cidade do Rio de Janeiro tem uma especificidade que a diferencia das demais cidades brasileiras, pois foi a capital da colônia no império, depois capital da república, com grande acervo cultural em todos esses períodos e estendendo-se até os dias de hoje.

Culturalmente sai do Rio de 60% da produção cinematográfica, 75% do conteúdo audiovisual independente, sem falar da indústria fonográfica, pois a Sony Music-BMG, Universal Music, Warner Music, EMI têm sua sede na cidade, além de aproximadamente 80 museus, a Biblioteca Nacional<sup>49</sup>, o Real Gabinete Português de Leitura<sup>50</sup>, o Museu do Amanhã e o Aquário Marinho do Rio.

### 3.3.2 Projeto Aquário Marinho do Rio de Janeiro<sup>51</sup>: da idealização ao funcionamento

O projeto Aquário do Rio de Janeiro, AquaRio, é um aquário marinho de visitação pública de natureza privada<sup>52</sup>, sem participação financeira do poder público, com uma proposta moderna e multifuncional de educação, pesquisa, conservação, lazer, entretenimento e cultura que oportuniza a visitação com atrações e tecnologias inovadoras.

A primeira e principal divergência do Aquário Marinho do Rio de Janeiro com o Aquário Ceará é que aquário do Rio de Janeiro é privado construído por um grupo já com experiência na área: Grupo Cataratas<sup>53</sup> (administra as Cataratas do

---

<sup>48</sup> “A Zona Portuária do Rio de Janeiro é composta pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, durante todo o processo de adensamento e urbanização da cidade do Rio de Janeiro esta área foi de extrema importância estratégica, visto que até o início do século XVIII a cidade se restringia a área envolvida pelo chamado “Centro do Rio” e sua zona periférica” (SILVA, 2013, p.)

<sup>49</sup> Maior biblioteca da América latina.

<sup>50</sup> O maior acervo português fora de Portugal.

<sup>51</sup> O projeto sempre foi no intuito de ser o maior aquário marinho da América do Sul.

<sup>52</sup> Localizado na Praça Mhammad Ali, Gamboa – Rio de Janeiro - RJ/BRASIL CEP: 20220-360.

<sup>53</sup> O grupo Cataratas atua desde 1998 na gestão de serviços voltados ao ecoturismo. Administra o Parque Nacional Marinho em Fernando de Noronha, o Aquário do Pantanal, o Marco das Três Fronteiras e o Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, o Parque Nacional da Tijuca e o AquaRio.

Iguaçu – lado brasileiro<sup>54</sup>) e outras empresas que administram a Paineiras-Corcovado.

O investimento do grupo partiu desse consórcio de três grandes empresas do setor, sem nenhum investimento do poder público. A proposta inicial foi tomada através da acessibilidade mundial do turismo na região, poder aquisitivo do turista na localidade e diante disso, uma prospecção de retorno financeiro para aproximadamente vinte anos. Mas já se fala em um retorno de sete anos.

Por um ingresso é cobrado um montante de R\$ 80,00 por pessoa. Para idosos, o acesso é livre<sup>55</sup>, nos termos do estatuto do idoso, ou seja, ingresso não pagante. O valor da metade da entrada para estudantes.

Em uma entrevista estruturada<sup>56</sup> ao diretor operacional foram realizadas onze perguntas.

A primeira pergunta<sup>57</sup> foi acerca da existência de obstáculos para a construção do aquário. Na resposta o diretor operacional afirmou que a idealização e construção do aquário não teve nenhum obstáculo, desde o projeto, passando pela execução da obra. Além disso, a construção do empreendimento recebeu receptividade política (não financeira) do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro.

A segunda questão<sup>58</sup> foi acerca da viabilidade econômica. Segundo o diretor, é da essência da atividade privada, já que o aquário é constituído com 100% do capital privado. Na apresentação do projeto já constava o retorno do pagamento, de até vinte anos, mas com poucos dias de funcionamento, acreditavam que o tempo de retorno financeiro seria de 7 sete anos, pois desde a inauguração, prevista para 05/11/2016 até 19/11/2016<sup>59</sup> o público terá alcançado quase 50.000 (cinquenta mil) pessoas, com uma projeção inicial é de 800.000 (oitocentas mil) pessoas por ano.

---

<sup>54</sup> Em 2014 a Advent Internacional passou a compor 50% da empresa, acrescentando ao Grupo conceitos de gestão e inovação. Foi então que se formou a Holding, hoje centrada no Rio de Janeiro, responsável pelas ações corporativas do Grupo, além do Aquário do Pantanal.

<sup>55</sup> Segundo o Art. 20, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”. Considera-se idoso, para os fins legais pessoas maiores de 60 (sessenta) anos.

<sup>56</sup> Foram realizadas 11 (onze) perguntas que se relacionam a questões de viabilidades econômicas, ambientais e de funcionamento.

<sup>57</sup> 01 – Para a construção do Aquário do Rio de Janeiro foram enfrentados obstáculos judiciais para a construção do empreendimento?

<sup>58</sup> 02 - Foi realizado um estudo de viabilidade econômica do Aquário do Rio de Janeiro?

<sup>59</sup> Data da realização da entrevista.

A terceira pergunta<sup>60</sup> foi acerca dos impactos sociais esperados pelo aquário, que mantém uma função social de receber crianças de escolas públicas para assistir filmes e estudar sobre a vida marinha. Desse modo, às crianças terão conhecimento sobre a realidade da vivência dos animais no aquário. A proposta social ainda visa o enriquecimento na área da biologia marinha.

O alcance de inclusão tem sido satisfatório para essa parte da população, equiparando a proposta como uma verdadeira política pública setorial para a cultura e educação inclusiva implementada pelo setor privado, promovendo uma reflexão de importância fundamental e um processo voltado para a construção de uma sociedade mais justa na cidade do Rio de Janeiro, cheia de contradições e inviabilidades sociais, garantindo o reconhecimento de acesso à cultura e à participação de crianças e adolescentes hipossuficientes que estão colocados em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e econômicas. Esse ponto foi destacado pelo diretor como um dos elementos fundamentais no processo de dominação, entendendo que as ações do aparelho cultural, como ação do próprio aquário, levando a um “alargamento cultural e científico”, necessário à sociedade carioca.

A quarta pergunta<sup>61</sup>, envolve perspectivas econômico-sociais em torno da empregabilidade. O investimento colocado inicialmente no projeto envolve a geração de emprego e renda em vários setores, em especial o setor formal, ligado a profissionais que trabalhem no aquário, como biólogos, químicos, administradores, contadores, publicitários, turismólogos, profissionais do setor audiovisual e cinema, além de funcionários técnicos especializados e de apoio administrativo. No entanto, não pode informar, naquele momento, qual o impacto gerado sobre a economia local e/ou sobre o PIB nacional.

Ainda quanto ao período sazonal, o diretor que a Cidade do Rio de Janeiro mantém um fluxo contínuo de turista o ano todo, com o acréscimo de quase 50% (cinquenta por cento) em períodos de carnaval e de 30% (trinta por cento) nas férias de janeiro e julho.

---

<sup>60</sup> 03 – Quais os impactos sociais esperados pelo Aquário?

<sup>61</sup> 04 – Há algum programa de empregabilidade gerado pelo Aquário? Se positiva a resposta, qual o alcance da rotatividade de empregos diante de períodos sazonais como férias e carnaval?

A quinta pergunta<sup>62</sup>, que envolve a proteção ambiental, é acerca de possíveis dificuldades enfrentadas. O diretor de operações afirmou que o projeto seguiu todas as regras ambientais para a concessão da licença, sem nenhum enfrentamento de obstáculos jurídicos ou administrativos para o funcionamento do empreendimento.

Na sexta questão<sup>63</sup> analisou-se um diagnóstico de viabilidade econômico-turística para o aquário. Nessa visão, ele reafirmou a quantificação do acesso em curto período de funcionamento (em poucos dias aproximadamente 50.000 pessoas), o que atendia acerca da viabilidade financeiro do negócio turístico e a confirmação da projeção da renda de autossustentação financeira.

Já na sétima pergunta<sup>64</sup>, sobre a prospecção fiscal do aquário, o diretor mencionou que a tributação existente sobre a atividade é, basicamente, tributo sobre os serviços (ISSQN), da competência municipal, e o ICMS sobre produtos adquiridos. No entanto, muitos maquinários foram importados, o que incidiu o Imposto de Importação, de competência federal. Outras contribuições são advindas da atividade, principalmente na órbita federal, pois são contribuições da previdência social.

Em seguida, no oitava questão<sup>65</sup>, o diretor fez menção à resposta da pergunta anterior e reafirmou que o maior beneficiário fiscal era o município do Rio de Janeiro.

Na pergunta seguinte<sup>66</sup>, o diretor afirmou a existência de uma projeção financeira de custos iniciais e retorno financeiro, além do lastro temporal estimado e já especificado na pesquisa, em no máximo 20 anos, com provável diminuição.

Como resposta à décima questão<sup>67</sup>, foi dito que o consórcio de empresas já tinha uma larga experiência no negócio turístico como as Cataratas do Iguaçu e o próprio Corcovado, pois se sentia em casa com realização de mais um empreendimento turístico no Rio.

---

<sup>62</sup> 05 - A atividade do Aquário atende às regras de proteção ambiental. Diante disso, quais as dificuldades enfrentadas pela administração inicial de atos liberatórios nos órgãos de proteção ambiental?

<sup>63</sup> 06 – Há estudos prévios de alcance turístico e sua viabilidade de renda para o Aquário?

<sup>64</sup> 07 – Há alguma prospecção fiscal e arrecadatória para o Estado do Rio de Janeiro com o funcionamento do Aquário?

<sup>65</sup> 08 – E para o município do Rio de Janeiro? Há prospecção fiscal arrecadatória?

<sup>66</sup> 09 – Existem estudos de análise de custos e benefícios para o funcionamento do Aquário do Rio de Janeiro?

<sup>67</sup> 10 – Foram utilizados outros estudos de aquários existentes no Brasil ou no exterior para a projeção desse aquário e realizado um quadro comparativo?

Finalmente, na última pergunta<sup>68</sup>, segundo afirmou o diretor, é que primeiro quem havia idealizado o projeto era o setor privado, sem nenhuma colaboração pública, o que levaria a existência de projeção temporal, considerada a de médio em longo prazo os investimentos.

O Aquário Marinho do Rio de Janeiro tem uma área de 26 mil m<sup>2</sup> de área construída e com capacidade para até 8 mil animais de 350 espécies diferentes. A maior atração do AquaRio é o tanque principal com o Recinto Oceânico e de Mergulho, com 3,5 milhões de litros de água, sete metros de pé-direito e um túnel passando por seu interior, a combinação da massa d'água com a interações com os animais.

O AquaRio também tem um excelente componente tecnológico, que pelo Aquário Marinho Virtual com informações sobre as espécies, segurança no contato, direcionamentos relativos à saúde pública e *modus vivendi* dos animais.

Há também um forte componente museológico com exposições permanentes e temporárias de temas relacionados ao ambiente marinho e aquático.

O Aquário do Rio de Janeiro dá suporte ao Centro de Educação ambiental que promove programas de eventos, festivais, cursos e um Centro de Pesquisa Científica a partir do manejo e manutenção dos animais em cativeiro, áreas biológicas e atuação veterinária direta com universidades e centros de pesquisas relacionadas à área. Além disso, há uma parceria científica com o Departamento de Biologia Marinha da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

#### 3.4 COMPARAÇÃO AO AQUÁRIO INTERNACIONAL DE LISBOA-PORTUGAL: PROJEÇÃO INTERNACIONAL

No projeto publicado pelo IPECE (2012) a proposta expõe uma confrontação com vários aquários pelo mundo, demonstrado em diversos lugares, como sendo um elemento de desenvolvimento e aprimoramento dos serviços existentes nesses aquários, com a melhoria na área do turismo, inclusive a utilização

---

<sup>68</sup> 11 - Os investimentos e benefícios do Aquário do Rio de Janeiro têm sido analisados sob a ótica temporal? Se afirmativo, quais os investimentos e benefícios identificados a longo e em curto prazo?

análoga de equipamentos utilizados em outros Aquários/Oceanários, com volumes de água, investimentos, forma de gestão<sup>69</sup>.

Em todos os lugares de instalação de aquários, tanto em outros países, como no próprio Estado brasileiro, esses empreendimentos têm dado certo, de forma que as informações serviram para embasar o projeto e projetar diversas possibilidades de inserção do aquário do Ceará no contexto internacional.

Dentre as justificativas, o projeto diz:

Um importante indicador usado para se medir o tamanho e a complexidade de um aquário é o volume total de litros de água utilizado nos tanques, como também os atrativos periféricos envolvidos no empreendimento. Como cada país ou região tem suas próprias características, sejam culturais, econômicas e históricas, isso leva a se ter uma visão própria em relação ao tamanho e à complexidade da estrutura a serem adotadas, bem como às fontes de financiamento envolvidas, possibilitando o desenho de gestão mais adequado para o empreendimento. Outro aspecto importante é que, atualmente, a maioria dos aquários pesquisados opera por meio de gestão privada ou mista, fugindo a regra, entretanto, os oceanários de Valência e de Lisboa que adotam o modelo de gestão pública. (IPECE, 2012, p. 16).

O primeiro aquário utilizado pelo Projeto é o Georgia Aquarium, como o maior aquário fechado do mundo, tanto em volume de água<sup>70</sup>, como de área construída<sup>71</sup>. Além de ser o mais visitado do mundo com aproximadamente 2,1 milhões de visitantes no ano de 2012.

O outro oceanário trazido no projeto é o oceanário de Lisboa-Portugal, construído em uma região nova de Lisboa, no Parque das Nações<sup>72</sup>, na Antiga Doca dos Olivais, nas proximidades do Rio Tejo.

---

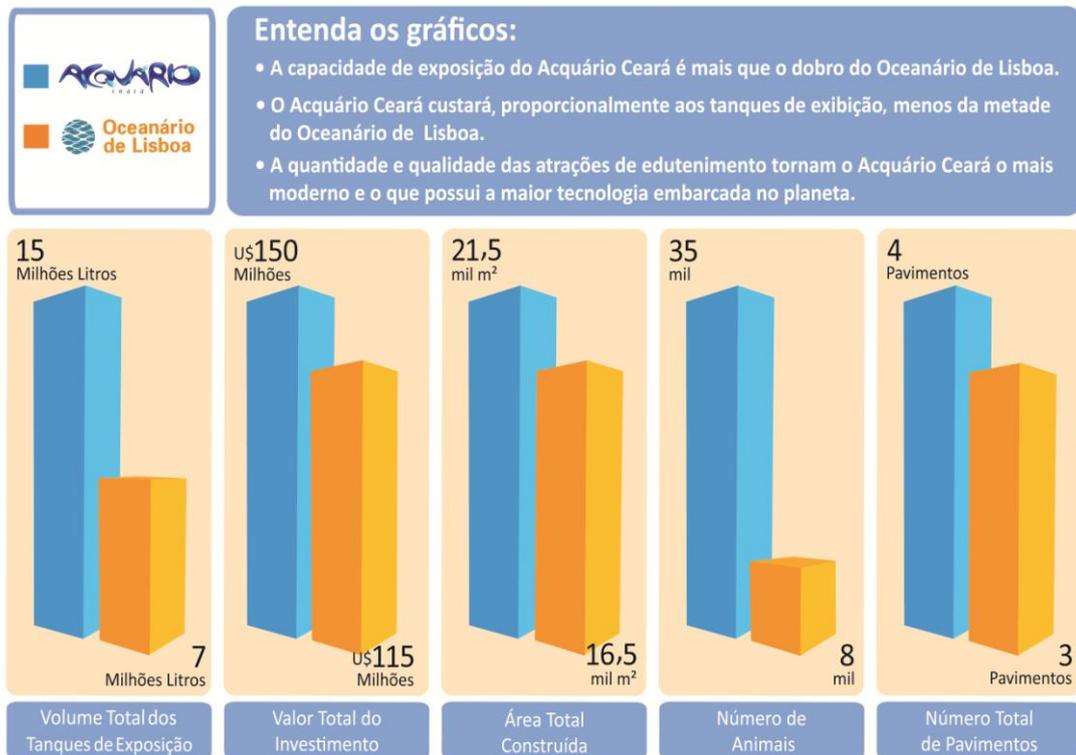
<sup>69</sup> Sendo essa a sugestão de um modelo de gestão misto de gestão, com a participação pública e privada, portanto, com a utilização da PPP.

<sup>70</sup> Em torno de 40 milhões de litros de água armazenados.

<sup>71</sup> Com área construída de 56.000 m<sup>2</sup>, com aproximadamente 10.000 animais, e com mais de 500 diferentes espécies marinhas.

<sup>72</sup> O Parque é a designação atual da antiga Zona de Intervenção da Expo, onde foi realizada a Exposição mundial de 1998 (a última exposição mundial do século XX) e que, em seguida, foi transformado em um centro de atividades culturais que inclui uma série de atrações (o Oceanário de Lisboa, o Pavilhão Atlântico, o Casino de Lisboa, o Centro Comercial Vasco da Gama, o Teatro Camões etc.) e um novo bairro com cerca de 15 mil habitantes.

**Gráfico 3 – Gráfico comparativo entre o Aquário de Lisboa e o do Ceará**



Fonte: IPECE (2015).

Em termos de estrutura, o aquário no Ceará é de alcance superior tanto no volume dos tanques, como em área construída, número de animais e total de pavimentos, com um custo proporcionalmente inferior ao aquário lusitano<sup>73</sup>.

Em seguida, o projeto é o Aquário Nacional de Baltimore, nos Estados Unidos, em funcionamento desde 1981. Esse aquário é público (sem fins lucrativos) localizado no estado americano de Maryland.

O outro é o Aquário do Pacífico, Long Beach, também nos EUA No início da década de 1990, é também um aquário público.

Já o Aquário de Veracruz, no México foi uma estratégia do governo mexicano para impulsionar o setor turístico e funciona desde 1992.

<sup>73</sup> Os dados quantitativos foram em dólares, apesar da moeda europeia ser o euro e a moeda brasileira o real.

**Figura 2 – Localização dos maiores aquários no mundo**



Fonte: IPECE (2015).

Todos esses aquários analisados ou indicados trouxeram para suas localidades um poder de renovação urbana, com diretrizes que alcancem a sustentabilidade local diante de um crescimento urbano-social equilibrado. Também conseguem demonstrar que essa valoração dos espaços urbanos torna como um bem axiologicamente econômico e conseqüentemente, uma valoração da área da cidade (ou da localidade) que muitas vezes estava esquecido ou seria inviável a construção (o que ocorreu com o aquário no Rio de Janeiro). Ao mesmo tempo, consegue contribuir para o crescimento da cidade, com a ampliação da malha urbana, do perímetro urbano, ocasionando a especulação imobiliária.

Além disso, esse processo de renovação urbana transformações as relações sociais, além da alteração da paisagem. Por isso, valorizam-se elementos humanos, no sentido de que, o

[...] processo de ordenação e previsão para conseguir, mediante fixação de objetivo e por meio de uma ação reacional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada. É, portanto, um processo de pensamento, um método de trabalho e um meio para proporcionar o

melhor uso das capacidades potenciais do homem para benefício próprio e comum. (FERRARI, 1977, p. 42).

Assim, esses aquários converteram-se em espaços capazes de estreitar a relação entre o turismo, o lazer e outros setores econômico-sociais.

### 3.4.1 O Aquário de Lisboa

O Aquário de Lisboa, ou Oceanário de Lisboa, foi inaugurado em 1998 e é uma instituição com objetivos educacionais e com diversas outras funções através dos oceanos ali representados, é também local para realização de várias pesquisas científicas, principalmente para a preservação da biodiversidade marinha (OCEANÁRIO DE LISBOA).

A localização, estrutura, equipamentos e o momento da construção do Oceanário são singulares à época de sua construção, no âmbito de uma exposição mundial, cujo tema “OS Oceanos, um Patrimônio para o Futuro” ligando a cidade de Lisboa ao oceano. A construção proposta é uma referência na cidade lusitana, com equipamentos de última geração e recebe anualmente cerca de 1 milhão de pessoas que visitam o local, sendo a exposição mais visitada de Portugal.

**Figura 3 – Oceanário de Lisboa**



Fonte: Oceanário de Lisboa (2015).

A excelência da exposição juntamente com a arquitetura interna e externa do prédio está conectada a um painel de 55 mil azulejos.

**Figura 4 – Painel de azulejo do oceanário**



Fonte: Oceanário de Lisboa (2015).

Desde a criação, o aquário tinha como função a relação educação e preservação do meio marinho, além da realização de pesquisas, a divulgação da biodiversidade marinha, ações de conservação ambiental e no campo da pesquisa científica da zoologia de espécies marinhas e dulcícolas. Partindo-se, portanto, de que o Oceanário de Lisboa é um espaço de interação ensino e aprendizagem, percebe-se o relevante papel sócio-educacional desempenhado, como unidade educativa, com a disponibilização de conhecimento científico tecnológico e ambiental, com espaços expositivos sobre o mar, ecossistemas marinhos e seus organismos (SALGADO, 2011).

O Oceanário de Lisboa assume uma tendência evolutiva de um aquário moderno com atividades educativas e de sustentabilidade como missões intrínsecas à sua função, principalmente para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, de biodiversidade e proteção aos oceanos, com o apoio de biólogos,

engenharias específicas, de consultoria a vários aquários e instituições similares, assumindo uma estratégia de desenvolvimentos e implementação de sistema de gestão e de certificação da qualidade ambiental.

#### 4 AVALIAÇÃO DO AQUÁRIO NO TURISMO CEARENSE

Os projetos voltados para o fortalecimento do setor turístico cearense que contribuem para atrair visitantes ao Estado do Ceará afetam o setor econômico-turístico e arrecadatário, pois há um impacto na relação emprego e renda em toda a cadeia produtiva do setor. Com isso, qualquer alteração de produtos ou disponibilização de serviços sujeita-se a um planejamento governamental para que seja dado um embasamento político-econômico, uma vez que repercute na expansão de diversas áreas do setor turístico, como hotelaria, alimentação, transporte, serviços, empregabilidade, arrecadação e até mesmo o setor industrial.

Nesse contexto, o Estado do Ceará procurou estabelecer em dois projetos uma análise da viabilidade do Aquário Ceará<sup>74</sup>. No primeiro, discutem-se os aspectos gerais e de planejamento de negócios do empreendimento e no segundo, uma revisão dos impactos econômicos<sup>75</sup>.

Essas prospecções de estruturação econômica e de uma revisão findam ainda em planejamentos, pois o projeto do Aquário ainda não foi efetivamente concretizado, ao contrário, encontra-se quase que parado, o que não impede um estudo favorável à sua efetividade e a apresentação de propostas capazes de ensejam uma real realização e arrecadação de recursos para o Estado do Ceará.

Não se pode esquecer que esse empreendimento é de suma importância para o turismo da região, principalmente como atrativo turístico e gerador de riquezas diretas e indiretas. O IPECE, em suas análises, tratou da viabilidade financeira e com a possibilidade de geração de lucros.

Por isso, Rezende apresenta uma complexa relação entre turismo e economia e assevera:

É importante lembrar, desde logo, que as complexas relações que se estabelecem entre o Estado, o Turismo e a Economia não se resumem a fatores facilmente quantificáveis do ponto de vista financeiro. Não é, portanto, a busca de um coeficiente do tipo custo-benefício que deve orientar o curso do debate. Este deve ter como referencial maior a contribuição que o desenvolvimento das atividades turísticas poderá trazer

---

<sup>74</sup> “O setor do turismo no estado do Ceará tem sido considerado como um eminente fator de desenvolvimento econômico, dada a capacidade de impulsionar a atividade econômica e de contribuir também para melhoria dos indicadores sociais. A importância dessa atividade é reconhecida mundialmente, uma vez que está preconizada nos Objetivos do Milênio das Nações Unidas como um instrumento de fundamental importância para a moderna economia, merecendo, inclusive, um tratamento diferenciado por meio de ações globais coordenadas pela Organização Mundial do Turismo”. (IPECE, 2015, p. 7).

<sup>75</sup> Os dos projetos foram elaborados em julho de 2015.

para assegurar um melhor equilíbrio no mercado de trabalho urbano na década de noventa, tendo em vista as perspectivas de agravamento das dificuldades de absorção de mão de obra no setor secundário, provocadas pelas exigências de modernização tecnológica e de integração competitiva à economia internacional. (REZENDE, 1991, p.76).

Os investimentos na área turística não correspondem igualmente à relação custo-benefício, de forma que não pode estabelecer taxativamente um padrão quantitativo absoluto no investimento, pois a atividade turística está diretamente ligada ao setor econômico-estatal. Isso quer dizer que o crescimento turístico traduz-se em outras bases como a identificação arrecadatária (tributária) e social (políticas públicas sociais do Estado Democrático de Direito).

Nesses parâmetros, não se pode analisar o investimento Aquário somente sob a ótica financeira, mas também por ela, como elemento de suma importância do planejamento econômico<sup>76</sup>.

Dessa forma, a expansão turística não pode ser determinada de pronta execução financeira, a entender, por outro lado, as atividades sociais do Estado se perfazem dentro de diretrizes constitucionais, pois a Constituição de 1988 traz uma gama de princípios constitucionais sociais que devem ser cumpridos dentro de seus direcionamentos e planejamento em políticas públicas, o que, conseqüentemente, estaria dentro de diretrizes culturais e de lazer a serem alcançadas pelo turismo.

Além desse paradigma, observa-se a necessária inclusão do Estado do Ceará em um dimensionamento nacional e estratégico, como em levado essa condição pelos fatores naturais proporcionados pelo turismo regional.

Propor a existência desse Aquário é colocar o Estado numa situação de estratégica nacional e de competitividade com outros estados<sup>77</sup>.

Assim, a construção do Aquário como sendo uma decisão governamental ousada e inovadora em razão de sua construção ser considerado um investimento público de grande porte. É claro que nesse projeto de investimento, o IPECE (2015) cita o afronta às condições e demandas outras da sociedade cearense, mas que o setor merece atenção para melhor com o setor turístico, educacional, de

---

<sup>76</sup> As diretrizes constitucionais impõem regras aos gastos públicos (despesas) e condicionado à Lei nº 4320/64 e a outras espécies legislativas como Lei de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais e o Plano Plurianual, que incluem receitas, despesas, planejamento orçamentários e investimentos.

<sup>77</sup> Com exemplo, o Estado do Rio Grande do Norte que trouxe o Aquário de Natal, como maior aquário do nordeste, o qual sendo um investimento privado consegue se manter na cobrança de preços módicos de seus ingressos, preservando ainda as regras legais de pagamento parcial de estudantes e idosos.

empregabilidade, de pesquisas científicas, além da requalificação do espaço urbano e principalmente na revitalização da área de localização do empreendimento.

Isso mostra o alcance econômico do investimento, o qual é analisado diante de sua viabilidade financeira, e em um quadro comparativo face outros investimentos existentes<sup>78</sup>.

O diferencial desse projeto é demonstrar somente o paralelo do Estado para com as perspectivas econômico-sociais, sem mensurar os problemas e adversidades que o projeto não trouxe à baila, mas também não poderia levantar fragilidades econômicas geradas pelo Estado brasileiro (a economia brasileira que entrou em crise, além de problemas políticos que ensejaram a instabilidade e o alcance dos Estados da Federação), a partir dessa época.

Mesmo assim, o projeto apresentou potenciais do empreendimento e viabilidades financeiras que foram analisados, mas sem um modelo externo de gestão e manutenção financeira, pois a diretriz adotada foi dentro de uma manutenção exclusiva do governo cearense, o que não suportaria, já diante de simples análise, pois há uma grande sobrecarga financeira (principalmente social e de manutenção da máquina administrativa), o que inviabilizaria mais cedo ou mais tarde a manutenção desse Aquário.

A demonstração foi com base em níveis expressivos da época<sup>79</sup>, voltados para os setores de serviços, infraestrutura e as diversas atividades que movimentavam a economia do Estado do Ceará, dentro de uma cadeia produtiva definida em vários negócios os quais estavam vinculados aos setor do turismo.

O projeto foi lançado também diante dos programas de aceleração do crescimento – PAC, o qual demonstrou que o período entre dezembro de 2013 e abril de 2014, houve um crescimento demonstrado em 10 (dez) balanços no período<sup>80</sup>.

Outro elemento de consideração à existência do Aquário foi o aumento da demanda turística no período, baseado em dados oficiais fornecidos pela SETUR,

---

<sup>78</sup> Não se pode deixar de afirmar que o Estado do Ceará deve manter um planejamento a médio e longo prazo para as ações de desenvolvimento do Estado e correlacionar ao seu PIB a manter relações com os outros Estados da Federação.

<sup>79</sup> Tais dados não se sujeitaram à situação de crise que passou a enfrentar a partir de 2015, sendo os dados de períodos até 2013. O declínio financeiro gerou retração para o setor turístico

<sup>80</sup> Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6a5111908c598b772852d9f8d0341435.pdf>. Acesso em 24 de jun de 2017. Esse era o PAC 2, ou seja, uma segunda onda de aceleração nacional advinda do governo federal.

numa prospecção de gastos que foram realizados pelos turistas nacionais e estrangeiros que mantinham o Ceará como destino turístico.

Tudo isso veio a revelar que a evolução da atividade no setor seria plausível com a existência do empreendimento e a existência do Aquário, principalmente em razão de experiências exitosas de aquários pelo mundo<sup>81</sup>.

#### 4.1 PROSPECÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO AQUÁRIO CEARÁ, SEGUNDO O IPECE

O Projeto IPECE traz uma análise da viabilidade financeira e tenta demonstrar o elemento da sustentabilidade e seu alcance com a requalificação do espaço urbano da cidade de Fortaleza.

A demonstração do desempenho financeiro trazia estimativas das principais receitas e despesas relacionadas ao empreendimento, bem como uma previsão de lucratividade.

Receita, despesa e lucro foram elementos utilizados para que o Aquário passasse a funcionar a partir de 2017<sup>82</sup>. As informações financeiras determinaram valores aproximados de despesas, receitas e lucro, definindo uma forma de gestão e gerenciamento semelhante ao privado, para que na hipótese do Estado repassar para o setor privado por alguma modalidade contratual, a atividade pudesse ser contínua.

A outra sugestão que o projeto também menciona é que o Estado, como mentor da estrutura, repasse a administração para uma estatal que venha a surgir.

---

<sup>81</sup> O quadro 2 do projeto faz uma comparação com os aquários de Valência, da Georgia - USA, da África do Sul, de Dubai, do Japão, de Lisboa, de Istambul, de Gênova, do México, da Áustria, da China e o de Mônaco.

<sup>82</sup> Isso se as obras do empreendimento não tivessem sido suspensas.

#### 4.1.1 Receitas segundo o projeto IPECE

As receitas foram propostas a partir do funcionamento do empreendimento<sup>83</sup>, utilizado o funcionamento contínuo de segunda à sexta-feira, das 10h às 18h e, aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 19h.

As receitas seriam oriundas de três fontes: bilheteria, espaços alugados e outras receitas. Foi feita uma estimativa por visitante, de acordo com o tamanho do empreendimento e de fontes comparativas a outros aquários.

**Tabela 2 – Venda de bilheteria**

Fluxo de visitante	Média de visitante	Entradas da sociedade civil	Do Governo para escolas e universidades públicas e demais instituições
1.200.000	3,333 visitantes/dia	1.140.000 milhão de entradas adquiridas pela sociedade civil	60.000

Fonte: Adaptado de IPECE (2015).

Esses dados levaram em consideração também a capacidade de alojar que o Aquário possui de até 1.800 pessoas ao mesmo tempo. A estimativa dos valores dos ingressos é de R\$ 60,00 (sessenta reais), como valor cheio, pois existem ingressos de meia-entrada, numa probabilidade pela metade dos visitantes, ou seja, os ingressantes que pagariam a metade do valores seriam em quantidade menor que 40% (quarente por cento) do total dos ingressantes que pagariam o ingresso inteiro.

Eles levaram em consideração outros ingressos denominados de ingressos especiais, para atrações especiais, além da opção de mergulhos, cinemas, acesso a certos animais, de forma que chegariam a uma receita de bilheteria em torno de R\$62,9 milhões/ano.

Outra fonte de receita está relacionada ao aluguel de espaços físicos no interior do Aquário, como cafeterias, auditórios, salões de exposições, lojas de mercadoria vendáveis, e outros eventos. Esses aluguéis seriam no padrão de *shopping centers* pelo Brasil, tal qual é estabelecido no Centro de Eventos do Ceará,

<sup>83</sup> Dessa análise, percebe-se que todas as despesas são governamentais e o elemento receita só surge em outro momento de realização do empreendimento, a partir de seu funcionamento.

além de espaços publicitários. A bilheteria é o principal componente de receita segundo o projeto.

#### 4.1.2 Despesas segundo o projeto IPECE

Há uma consolidação de despesas estimadas também a partir do funcionamento do Aquário, a incluir impostos diretos, indiretos, insumos, despesas com pessoal, utilidades, propagandas (*marketing* e divulgação), além de despesas com manutenção, seguros e outras despesas. Apresente-se o quadro a seguir:

**Quadro 1 – Previsão das Despesas do Aquário Ceará**

DISCRIMINAÇÃO	MENSAL (R\$)	ANUAL (R\$)	MEMÓRIA (CÁLCULO MENSAL)
<b>1. Impostos Indiretos</b>	<b>334.436,43</b>	<b>4.013.237,12</b>	
1.1 ISS	278.469,36	3.341.632,37	5% renda de bilheteria
1.2 PIS/Cofins	55.967,06	671.604,76	9,25% da receita bruta - créditos (9,25% de insumos, utilidades, despesas de marketing e divulgação, despesas de manutenção, seguros, arrendamento do terreno e despesas com depreciação) [Obs: Regime não cumulativo]
<b>2. Insumos</b>	<b>402.832,96</b>	<b>4.833.995,55</b>	
2.1 Comidas e Remédios	267.356,02	3.208.272,21	Estimativa realizada para a operação do empreendimento
2.2 Material Funcionamento	12.871,24	154.454,84	Estimativa realizada para a operação do empreendimento
2.3 Reposição dos Peixes	122.605,71	1.471.268,50	[US\$ 2.998.00 x Câmbio x 15%] / 12
<b>3. Pessoal e Encargos</b>	<b>1.202.901,84</b>	<b>14.434.822,14</b>	
3.1 Pessoal técnico	264.354,17	3.172.250,04	Estimativa realizada para a operação do empreendimento
3.2 Pessoal Serviços	187.506,46	2.250.077,55	Estimativa realizada para a operação do empreendimento
3.3 Pessoal Administrativo	149.590,29	1.795.083,48	Estimativa realizada para a operação do empreendimento
3.4 Encargos Sociais	601.450,92	7.217.411,07	100% da folha de pagamento
<b>4. Utilidades</b>	<b>804.739,26</b>	<b>9.656.871,17</b>	
4.1 Energia	649.975,98	7.799.711,76	Situação 2 - Um gerador em paralelo estendido com a ENEL
4.2 Água	55.589,42	667.073,04	50 m <sup>3</sup> x 7,01 + [(167,4m <sup>3</sup> x 30 dias) - 50 m <sup>3</sup> ] x 11,11
4.3 Esgoto	92.266,75	1.107.201,00	50 m <sup>3</sup> x 7,73 + [(252,5m <sup>3</sup> x 30 dias) - 50 m <sup>3</sup> ] x 12,21
4.4 Comunicações	6.907,11	82.883,37	Estimativa baseada nas despesas do Centro de Eventos.
<b>5. Marketing e Divulgação</b>	<b>591.344,13</b>		<b>10% da Receita Bruta</b>
<b>6. Despesas de Manutenção</b>	<b>1.314.257,26</b>	<b>15.771.087,15</b>	
6.1 Obras Cíveis	101.270,03	1.215.240,35	1,5% do valor das obras cíveis
6.2 Equipamentos e Instalações	1.212.987,23	14.555.846,79	3,0% do valor dos equipamentos de instalações
<b>7. Seguros</b>	<b>86.109,43</b>	<b>1.033.313,12</b>	
7.1 Obras Cíveis	67.513,35	810.160,19	1,0% do valor das obras cíveis.
7.2 Contra Terceiros	18.596,08	223.152,93	Valor repassado pela Setur, tendo como referência o Beach Park
<b>8. Arrendamento do Terreno</b>	<b>205.120,90</b>	<b>2.461.450,74</b>	Conforme contrato de cessão feito com a União.
<b>9. Outras Despesas</b>	<b>229.926,36</b>	<b>2.759.118,72</b>	5% das demais despesas (excluindo impostos Indiretos).
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>5.171.668,77</b>	<b>62.060.025,25</b>	
<b>10. Depreciação Contábil</b>	<b>1.990.842,78</b>	<b>23.890.113,32</b>	
10.1 Obras Cíveis e Projeto	276.433,64	3.317.203,70	4,0% do valor das obras cíveis e do projeto
10.2 Equipamentos, Instalações e Mobiliário	1.620.903,87	19.430.846,48	4,0% do valor dos equipamentos e instalações
10.3 Ativos Biológicos (Peixes)	93.505,26	1.122.063,14	4,0% do valor dos ativos biológicos (aquisição, transporte, quarentena etc.).

Fonte: IPECE.

Essas despesas foram contabilizadas num parâmetro anual de formação dos preços, considerado ainda o valor de conversão do dólar<sup>84</sup>. Impostos indiretos como ISSQN, PIS e COFINS, despesas com pessoal e encargos trabalhistas, componentes de utilidades como energia, água, esgoto e comunicação, despesas de manutenção, obras, além da remuneração referente à cessão do terreno da União. O valor da cessão acertado com a União foi de R\$191.360,72, o que importaria em R\$ 2,3 milhões por ano.

Foi adicionado ainda um percentual de 5% (cinco por cento) referente a outras despesas não mencionadas na planilha.

#### **4.1.3 Rentabilidade financeira do projeto Aquário**

A prospecção financeira do projeto foi balizada no chamado “ano típico”, ou seja, quando apresenta um fluxo turístico de 1,2 milhão de visitantes/por ano após a estabilidade da operação.

Trouxe, ainda, uma depreciação contábil no cálculo dos impostos federais e atribuiu valores lineares ao longo de vinte e cinco anos, e, “Como o resultado antes do IR e CSSL, subtraído da depreciação não foi positivo, então os valores dos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) foram computados como iguais a zero” (IPECE, 2015, p.58).

O resultado positivo apresentado pelo IPECE foi de R\$8.945.461,99, igualando-o aos parâmetros internacionais de lucratividade de outros aquários.

## **4.2 PRECIFICAÇÃO E CUSTOS INDUTIVOS DO FUNCIONAMENTO DO AQUÁRIO CEARÁ: UMA NOVA ANÁLISE DIANTE DE NOVOS PARÂMETROS**

A simples tarefa de fixar um preço equivale a apenas reagir ao mercado, enquanto precificar estrategicamente significa administrar suas condições (LORANDI; BORGES, 2011). Logo, precificar envolve entender os valores que podem ser cobrados e os custos incorridos, primando pelo equilíbrio entre os elementos que compõem o preço, recaindo sobre os custos uma atenção especial, haja vista sua importância para a competitividade e a rentabilidade.

---

<sup>84</sup> Na época era de R\$3,083/US\$1,00.

Frequentemente, a precificação é realizada com base em um índice de correção aleatório escolhido pelo empresário, o qual é aplicado sobre o valor da compra da mercadoria.

Nesse cenário, o que se evidencia é que são poucas as empresas, sobretudo, quando se referem a negócios de pequeno porte, que exploram o preço como uma vantagem competitiva (BRUNI; FAMÁ, 2012; MORANTE; JORGE, 2009).

Fica claro que a precificação adequada influencia tanto a sobrevivência quanto a rentabilidade do negócio. E, à medida que a complexidade do ambiente e da organização aumenta, a gestão de formação de preços assume papel determinante em seu plano estratégico.

Nessa perspectiva a **apuração, a análise e o controle de custos revelam-se fundamentais** para o processo de tomada de decisão sobre a formação de preços. Contudo, decisões sobre preços requerem avaliar a competitividade da empresa no mercado e a remuneração do capital investido, sem se descuidar das oscilações da demanda.

O acirramento da competitividade tem levado os gestores a buscar alternativas de maximização dos lucros. Como o cenário não permite aumentos constantes de preços, a redução de custos e a manutenção da qualidade dos produtos e dos serviços compõem boa parte dos esforços gerenciais. Assim, um processo confiável de formação de preços, também denominado de precificação, é essencial para a viabilidade econômica do negócio (RAMOS; CRUZ, 2012).

A competitividade referente ao Aquário induz a crer em um ambiente monopolista, levando em consideração o Estado do Ceará e a região nordeste do país. Neste sentido, a formulação das premissas e o cálculo do **preço do ingresso** para visita ao equipamento de lazer e recreação dependerão substancialmente dos custos operacionais e financeiros, além do risco inerente a qualquer investimento deste montante, além das margens líquidas de lucratividade previstas.

Vale acrescentar a preocupação central na determinação de um valor monetário capaz de suprir as necessidades de funcionamento ideal, bem como, uma função de distribuição de renda indireta às camadas mais pobres da região receptiva, tendo em vista a formulação de políticas e práticas de preços

diferenciados. Ching (2006, p. 123) apresenta um roteiro de seis etapas para uma precificação adequada<sup>85</sup>:

- A primeira envolve a determinação dos objetivos que a empresa pretende alcançar com o preço; dentre os quais elencam-se:
  - A obtenção do retorno sobre o investimento público: a taxa de retorno utilizada segue o estudo do IPECE (2012), que estipula o percentual de 9% sobre o capital investido, com as devidas correções inflacionárias nos próximos 20 anos;
  - O dimensionamento efetivo da competitividade frente à concorrência nacional: no Brasil, existem XX equipamentos assemelhados que situam-se em outros estados da federação. Neste caso, a concorrência se dará em função da proximidade existente entre os centros emissores de turistas e o centro receptor, levando em consideração o custo e o tempo para deslocamento, além das variáveis subjetivas que influenciam o consumo deste serviço de lazer e recreação pelos visitantes. São quatro os tipos de benefícios que se pode tentar ampliar para agregar valor ao produto: benefícios funcionais (funcionalidade, qualidade, embalagem), benefícios sociais (impressões pessoais de terceiros sobre a posse de um produto ou utilização de um serviço), benefícios pessoais (sentimentos experimentados pela compra), benefícios experimentais (prazer sensorial obtido com a compra) (LORANDI; BORGES, 2011).
  - A ampliação da educação ambiental das comunidades pagantes e não pagantes (tarifa social): a determinação do público pagante influenciará na composição da tarifa social, que deve chegar a “zero” para as populações carentes, entretanto serão computadas a preços de mercado de alta estação para o retorno do investimento governamental;
  - O aumento da visitação ao destino turístico Ceará será decorrente de diversos fatores;
  - A obtenção de uma **margem de lucro** compatível com a taxa de retorno de mercado (custo de oportunidade). Utiliza-se como parâmetro

---

<sup>85</sup> A Doi: 10.14210/rtva.v18n1.p106-133 Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos) 110

o patamar de 12,0% a.a. sobre a receita efetiva praticada; Esta margem depende do tipo de mercado que o produto/serviço será ofertado;

- No caso do Acquário, têm-se dois mercados distintos a serem tratados: no primeiro, o mercado local, ou seja, a inexistência de outro equipamento turístico assemelhado o torna monopólio; o segundo, no mercado caracterizado pelos visitantes (turistas e excursionistas), que viajam pelo país e pelo exterior.

Neste caso, propõe-se a tipologia de mercado em concorrência monopolística, que é composto por muitos compradores e vendedores que trabalham com uma ampla variedade de possibilidade de preços, decorrentes da possível agregação de valor aos produtos e serviços. Essa diferenciação é percebida pelos consumidores, que aceitam pagar preços diferenciados que entendem ser justo em decorrência do valor agregado percebido.

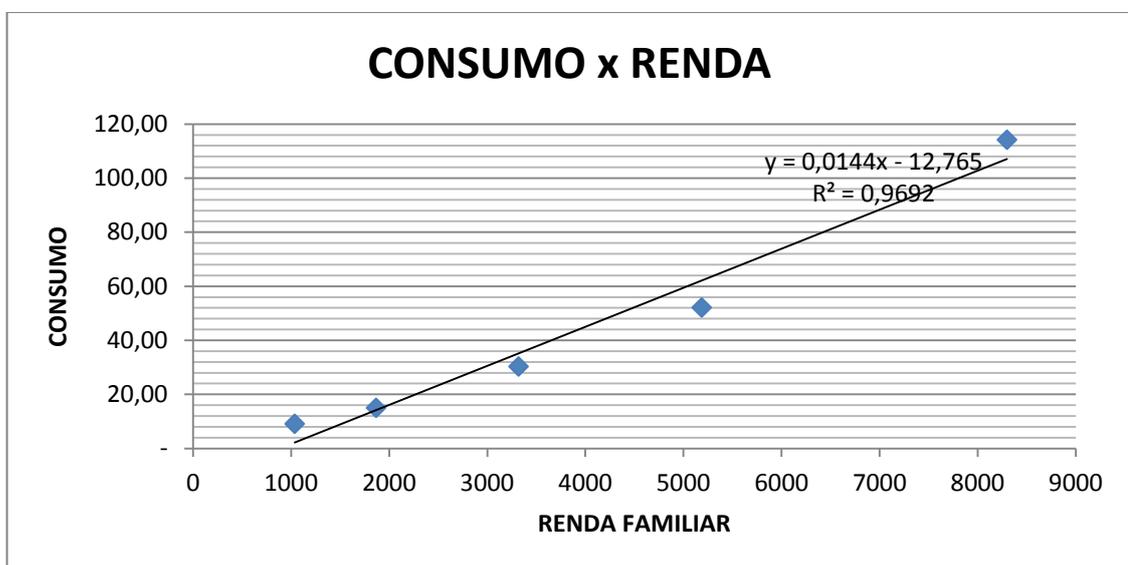
Para Edward Chamberlin, um dos precursores no estudo desse tipo de mercado, a concorrência monopolista ocorre em decorrência dos inúmeros produtos substitutos.

Devido à característica dos produtos não terem fatores marcantes de diferenciação, que lhes garanta a preferência do consumo, os consumidores terão como atributo determinante de compra o fator preço. É nesse mercado, portanto, de participação bastante pulverizada e produtos comoditizados, que ocorrem as maiores guerras de preço, que consiste na busca das empresas por maximizarem seu volume de vendas através da redução do preço de comercialização do seu produto/serviço.

- A redução do **risco de prejuízos** ao longo dos 25 anos de vida do equipamento será computada através das variações (desvio padrão) das taxas de aplicação no mercado financeiro nos últimos 10 anos. Estima-se inicialmente um **risco de 5%** anualmente;
- A compatibilidade com o **poder de compra** de residentes: neste caso, serão considerados potencialmente consumidores aqueles que pertencem ou auferem renda igual ou superior a 2 salários mínimos;

- A proximidade dos fornecedores; a disponibilidade dos insumos a qualquer tempo e hora, e, a taxa de câmbio também provocarão oscilações nos preços dos insumos adotados na operação do Aquário.
- A segunda envolve a compreensão sobre os **fatores determinantes da demanda** por produtos ou serviços, utilizando-se de elementos como o valor percebido pelo cliente; a elasticidade da demanda (0,0144) e a sua sazonalidade;

**Gráfico 4 – Função consumo de viagens no Brasil:  $C_i = f(Y_i, e_i)$**



Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar – 2008/2009 – Fundação IBGE.

A terceira consiste em conhecer os **determinantes de custos**, desde a concepção do produto até sua “morte”, para passar então para análise da concorrência, a fim de constantemente perseguir novas formas de vantagem competitiva.

O método baseado em custos também é chamado de precificação de dentro para fora, em função de ser o único método de formação de preços que considera informações internas (MARTINS, 2010). Formar preços baseados em custos parte do pressuposto que o mercado está disposto a absorver os preços propostos e calculados em cima dos custos e dos investimentos realizados (ROCHA JÚNIOR, 2012).

A quarta etapa refere-se **à capacidade de carga e conseqüentemente a oferta** disponível para o mercado em um dado ano “t”, bem como, as características

do mercado. Trabalha-se um monopólio puro em nível local (Estado do Ceará) e uma concorrência monopolística em nível nacional e internacional.

No primeiro caso, fala-se de um mercado formado por um único vendedor, proveniente de um monopólio governamental ou privado regulado ou não regulado e este seria o mercado à demanda. No segundo, têm-se a presença de concorrentes que se diferenciam pelas características da oferta à disposição dos consumidores.

A quinta etapa se refere à seleção de um método de precificação.

Por fim, serão respondidos os seguintes questionamentos: **Quanto vale o meu produto para o cliente?** (utiliza-se um preço<sup>86</sup> “sombra”, tendo como base a média nacional praticada em outros equipamentos assemelhados). **Como posso comunicar melhor o valor para justificar o preço?** e, **que preço o cliente está disposto a pagar?** (CHING, 2006).

#### 4.2.1 Metodologia de formação de preço

São três os possíveis métodos de análise e uso no processo de definição de preços, a saber: método baseado na concorrência; método baseado no valor percebido pelo consumidor e método baseado nos custos.

##### 4.2.1.1 Método baseado na concorrência

Neste método, a empresa não dá muita atenção a seus custos ou a sua demanda, pois tem na concorrência seu único referencial de preço. Este é o método mais simples, pois consiste basicamente em observar os preços praticados por concorrentes diretos e segui-los ou não de acordo com os objetivos traçados para a empresa.

Segundo Bruni e Famá (2002, p.313) os preços definidos por este método podem ser de “oferta ou de proposta”, em que os preços de oferta consistem no fato de a empresa cobrar acima ou abaixo dos preços praticados pela concorrência e os preços de proposta ocorre quando a empresa fixa seu preço a partir de um julgamento de como os concorrentes fixarão seu preço.

---

<sup>86</sup> Shadow price.

Embora a concorrência, entre vários outros fatores externos, deva ser constantemente monitorada e levada em consideração quando da definição dos preços, segui-la indiscriminadamente não constitui comportamento estratégico por parte da empresa que assim define seus preços, visto que muitos questionamentos vitais à própria gestão e operação da empresa ficarão sem resposta satisfatória.

#### 4.2.1.2 Método baseado no consumidor

Através deste método, o valor percebido pelo consumidor é tomado como parâmetro balizador do preço a ser cobrado pelo produto/serviço. O preço assim definido tem como característica principal o fato de ser ajuste ou adequação ao valor percebido pelo seu público-alvo.

As empresas que definem preços dessa forma já entenderam que o preço é só mais um, e não o único atributo a ser percebido e avaliado pelo cliente. Desta forma, entender o consumidor, suas necessidades e expectativas e, principalmente, o preço que estão dispostos a pagar por um produto que sane essas carências é, sem dúvida, um caminho acertado para a precificação eficiente, pois numa situação real as decisões de compra não são definidas com base num único atributo, mas numa escala de valores que relaciona a atributos diversos em virtude dos benefícios deles decorrentes.

Diversas são as técnicas para identificar o quanto o consumidor está disposto a pagar por um produto/serviço, a saber: técnicas de mensuração de valor do valor percebido, podendo ser indireta ou direta, em que a primeira mensura a pré-disposição de compra a um determinado preço. Neste tipo de pesquisa são feitas perguntas ao consumidor como: “ao preço X você compraria esse produto?”.

No método direto é apresentado um conjunto de produtos aos entrevistados, cada qual a um preço. Então, questiona-se a pré-disposição de compra através de perguntas como: “qual destas alternativas você escolhe a este preço?”. As técnicas centradas no preço podendo ser o “*price sensitive meter*” ou “*gabor-granger*”.

A primeira caracteriza-se por apresentar aos entrevistados um determinado produto ou serviço – geralmente em fase de testes - e este consumidor irá definir, segundo a escala de preços que lhe vai sendo apresentada, a que nível de preço este produto/serviço é considerado caro, muito caro, barato ou muito

barato, indicando, por exemplo, níveis de motivadores ou inibidores de entrada para esse produto/serviço nesse mercado. Já a técnica de *gabor-granger* é caracterizada por apresentar um produto ou serviço ao entrevistado e este indica sua intenção de compra em diferentes níveis de preços, possibilitando inferir a curva de possibilidade de venda e de lucro.

A crítica que se faz a ambas as técnicas refere-se ao fato de considerarem apenas o fator preço como relevante na decisão de compra não refletindo as demais variáveis.

Existem ainda as técnicas relacionadas ao preço, sendo cabível a aplicação do “*point-of-sale*” e “*brand-price trade-off*”. A primeira técnica caracteriza-se pela apresentação dos diversos produtos aos entrevistados, com preços pré-estabelecidos e estes devem indicar sua pré-disposição pelo produto, relacionando assim preços e produtos concorrentes, por exemplo. Os níveis de preços dos produtos e produtos concorrentes são alterados diversas vezes e as questões devem ser novamente respondidas.

A crítica que se faz a esse método é que um ou mais produto apresentado pode não fazer parte do universo de produtos usados/consumidos pelos consumidores, distorcendo assim o resultado da pesquisa.

A segunda técnica envolve a metodologia da análise conjunta no processo de seleção de dados, caracterizando-se por apresentar aos entrevistados, diversas alternativas e estes devem escolher entre estas, produtos com seus preços e atributos específicos aquele que mais lhe agrada. Através dela é possível inferir também as preferências de compra dos consumidores e os pesos (importância) relativa a cada atributo do produto/serviço na decisão de compra.

#### 4.2.1.3 Formação de preços baseado em custos

Quando os preços são formados com base nos custos diz-se que são preços definidos “de dentro para fora”. Neste modelo de precificação, os custos exercem papel fundamental na tomada de decisão para formação do preço de venda, devendo estar claro três itens para a formação do preço de venda, a saber: custo unitário, encargos tributários e margem de ganho desejado. Conforme

apresenta Oliveira (2005, p.33) a margem de ganho pode ser obtida pela receita de vendas ou pelo custo unitário.

Bruni e Famá (2002, p.312) declaram que a precificação com base nos custos são além de simples, pois neste caso não é necessário preocupar-se com ajustes em função da demanda, a formação do preço de venda traz segurança aos gestores pois sabe-se que os custos incorridos estão inseridos no preço.

Na opinião de Assef (2005, p.58-59) “formar preço pelo custo implica repassar ao cliente seus custos de produção, distribuição e comercialização, além das margens propostas para o produto”. Martins (2008, p. 219), por sua vez, coloca que algumas das deficiências de se formar preço com base em custos é “não considerar, pelo menos inicialmente, as adições de mercado, fixar o percentual de cobertura das despesas fixas de forma arbitrária”.

Ainda sobre o mesmo tema, Bruni e Famá (2002, p.314) apresentam as seguintes possibilidades quando a precificação for com base nos custos: custos plenos ou integrais, custo de transformação, custo marginal, taxa de retorno exigida sobre o capital investido, custo padrão e *mark-up*.

Diante dessas perspectivas, Zanella (2011) apresenta uma modelagem para a apuração de custos e preços na hospedagem, a qual se pode ampliar para outros equipamentos que trabalham com a sazonalidade da demanda sempre presente nas estações turísticas, a exemplo de parques temáticos, aquários, dentre outros.

Segundo o autor, esses procedimentos compreendem os seguintes elementos: cálculo da taxa de ocupação, apuração do custo e seu preço respectivo (preço de custo), estabelecimento do ponto de equilíbrio de vendas e análise comparativa da evolução dos custos e dos preços. A taxa de ocupação revela-se como o principal item de controle, a qual consiste na relação percentual entre o número de ingressos disponíveis anualmente e a respectiva demanda efetiva, estimada com base na curva de demanda respectiva ao serviço prestado. Abaixo Fórmula do preço pelo capital investido:

$$1P - 0,122P = \frac{\text{Custos totais} + \text{Despesas totais} + (\text{Capital investido} \times \text{taxa de retorno})}{\text{Unidades vendidas}} \quad (3)$$

Fonte: Elaborado com base em Dubois, Kulpa e Souza (2009) e Ching (2006).

### 4.3 ESTIMATIVA DO TOTAL DE TURISTAS PARA O ANO TÍPICO DE 2016

A estimativa tomou como base a relação linear entre o total de desembarques no aeroporto de Fortaleza e o número de turistas estimado pela Setur/CE.

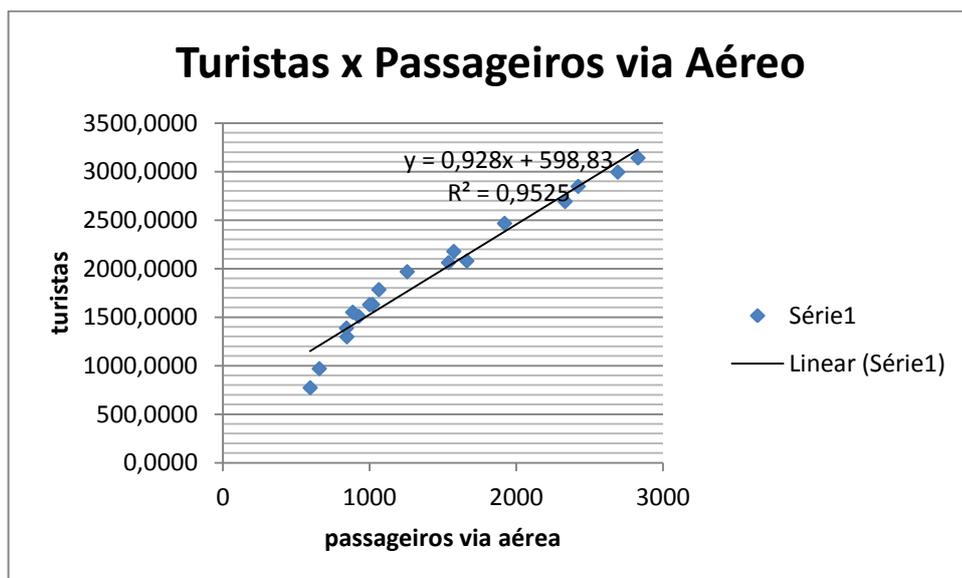
- A linha de regressão amostral é facilmente obtida

$$\widehat{Y}_i = \widehat{\beta}_0 + \widehat{\beta}_1 X_i$$

- O valor médio do resíduo  $\widehat{\epsilon}_i$  é zero
- Os resíduos  $\widehat{\epsilon}_i$  são não correlacionados com  $X_i$  e  $\widehat{Y}_i$ .

O Gráfico 5 ilustra a estimativa pelo modelo linear e seus parâmetros, a partir dos quais projetam-se a demanda turística para 2016:

**Gráfico 5 – Relação turista x passageiros (aéreo)**



Fonte: Ipece/Setur-Ce e cálculos do autor.

Para o ano de 2016 foram estimadas 3.141.386 turistas visitando Fortaleza (portão de entrada por Fortaleza) e demais municípios turísticos nos arredores da capital cearense.

O intervalo de confiança construído deu margem aos seguintes limites, de acordo com as propriedades abaixo:

**Figura 5 – Cálculo de suposições**

**Propriedades dos EMQ**

Se as suposições do método de MQO são válidas, então

- ⑥  $E(\hat{\beta}_1) = \beta_1, \quad Var(\hat{\beta}_1) = \frac{\sigma^2}{S_{xx}} = \sigma_{\hat{\beta}_1}^2.$
- ⑥  $E(\hat{\beta}_0) = \beta_0, \quad Var(\hat{\beta}_0) = \sigma^2 \left[ \frac{1}{n} + \frac{\bar{x}^2}{S_{xx}} \right] = \sigma_{\hat{\beta}_0}^2.$
- ⑥  $Cov(\hat{\beta}_0, \hat{\beta}_1) = -\frac{\sigma^2 \bar{x}}{S_{xx}}$

Fonte:

Intervalo de Confiança (95%):

Limite Inferior: 2.819.318 visitantes.

Limite Superior: 3.462.682 visitantes.

Vale ainda salientar que entre 2014 e 2016 houve uma retração acumulada de 9,88% no número de turistas visitando o Estado do Ceará, indicando os efeitos da crise iniciada no segundo governo da Presidente Dilma Rousseff (2014 a 2016).

#### 4.4 PROJEÇÕES DO TOTAL DE TURISTAS

Visando o cálculo dos impactos fiscais e a melhoria da qualidade de vida dos residentes no Estado do Ceará, optou-se por realizar a projeção do total de visitantes via Fortaleza seguindo a trajetória dos ciclos econômicos divulgados pela Fundação Getúlio Vargas.

Tabela 3 – Ciclo de negócios brasileiros

CRONOLOGIA TRIMESTRAL DO CICLO DE NEGÓCIOS BRASILEIROS - DURAÇÃO E AMPLITUDE *							
Recessões				Expansões			
Período	Duração em trimestres	Cresc. % Acumulado de Pico a Vale	Cresc. % Trimestral Médio (anualizado)	Período	Duração em trimestres	Cresc. % Acumulado de Vale a Pico	Cresc. % Trimestral Médio (anualizado)
Do 1º trimestre de 1981 ao 1º trimestre de 1983	9	-8.5%	-3.9%	Do 2º trimestre de 1983 ao 2º trimestre de 1987	17	30.0%	6.4%
Do 3º trimestre de 1987 ao 4º trimestre de 1988	6	-4.2%	-2.8%	Do 1º trimestre de 1989 ao 2º trimestre de 1989	2	8.5%	17.7%
Do 3º trimestre de 1989 ao 1º trimestre de 1992	11	-7.7%	-2.9%	Do 2º trimestre de 1992 ao 1º trimestre de 1995	12	19.2%	6.0%
Do 2º trimestre de 1995 ao 3º trimestre de 1995	2	-2.8%	-5.6%	Do 4º trimestre de 1995 ao 4º trimestre de 1997	9	8.0%	3.5%
Do 1º trimestre de 1998 ao 1º trimestre de 1999	5	-1.6%	-1.3%	Do 2º trimestre de 1999 ao 1º trimestre de 2001	8	7.3%	3.6%
Do 2º trimestre de 2001 ao 4º trimestre de 2001	3	-0.8%	-1.1%	Do 1º trimestre de 2002 ao 4º trimestre de 2002	4	5.3%	5.3%
Do 1º trimestre de 2003 ao 2º trimestre de 2003	2	-1.3%	-2.6%	Do 3º trimestre de 2003 ao 3º trimestre de 2008	21	30.0%	5.1%
Do 4º trimestre de 2008 ao 1º trimestre de 2009	2	-6.2%	-11.9%	Do 2º trimestre de 2009 ao 1º trimestre de 2014	20	22.8%	4.2%
Desde o 2º trimestre de 2014**	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

“A duração da expansão de 2009-2014 foi semelhante à anterior, ocorrida entre o terceiro trimestre de 2003 e o terceiro trimestre de 2008 (21 trimestres)”. O crescimento médio trimestral de 4,2%, em termos anualizados, foi um pouco inferior ao observado nos dois períodos anteriores de expansão, ocorridos entre o primeiro e o último trimestre de 2002 (5,3%) e entre 2003 e 2008 (5,1%). (Codace, 2015).

Para efetivar a projeção de crescimento do fluxo turístico no país e especificamente para Fortaleza/CE, adotou-se uma taxa média de crescimento de 18,99% (vale ao pico) anualizada para períodos de ciclos ascendentes (20 trimestres ou 5 anos) e descendentes (pico ao vale) de 6,39% (4 trimestres ou 2 anos), conforme comportamento acima especificado no quadro anterior e do comportamento do PIB brasileiro trimestral divulgado pela Fundação IBGE.

**Tabela 4 – Projeção dos turistas que viajam a lazer para Fortaleza/CE**

Ano	Turistas	Lazer	Ano	Turistas	Lazer
2000	1.508.000	777.826	2022	3.461.777	1.785.585
2001	1.631.000	841.270	2023	3.349.406	1.727.624
2002	1.629.000	840.238	2024	3.467.975	1.788.782
2003	1.551.000	800.006	2025	3.590.741	1.852.104
2004	1.784.000	920.187	2026	3.717.853	1.917.669
2005	1.969.000	1.015.610	2027	3.849.466	1.985.554
2006	2.062.000	1.063.580	2028	3.985.737	2.055.843
2007	2.080.000	1.072.864	2029	3.856.358	1.989.109
2008	2.178.000	1.123.412	2030	3.731.178	1.924.542
2009	2.467.000	1.272.479	2031	3.863.262	1.992.671
2010	2.692.000	1.388.534	2032	4.000.021	2.063.211
2011	2.848.000	1.468.998	2033	4.141.622	2.136.249
2012	2.995.000	1.544.821	2034	4.288.236	2.211.872
2013	3.141.000	1.620.128	2035	4.440.039	2.290.172
2014	3.485.838	1.797.995	2036	4.295.913	2.215.832
2015	3.441.923	1.775.344	2037	4.156.466	2.143.905
2016	3.141.386	1.620.327	2038	4.303.604	2.219.799
2017	3.153.952	1.626.808	2039	4.455.952	2.298.380
<b>2018</b>	<b>3.223.338</b>	<b>1.662.598</b>	2040	4.613.693	2.379.743
2019	3.337.445	1.721.454	2041	4.777.017	2.463.986
2020	3.455.590	1.782.394	<b>2042</b>	4.946.124	<b>2.551.211</b>
2021	3.577.918	1.845.490	2043	4.785.570	2.468.397

Fonte: Setur/IPECE – 2000 a 2014; Projeções do Autor: 2015 a 2043<sup>87</sup>.

Para os cálculos de receita que serão efetivados nos tópicos seguintes, os valores da demanda turística levaram em consideração os visitantes por motivo de lazer no período iniciado em 2018 e finalizado em 2042, tendo em vista que esse segmento viaja com a intenção de praticar atividades de recreação, visitação e descanso.

<sup>87</sup> Apesar da tabela estabelecer um

#### 4.5 PROJEÇÕES DOS RESIDENTES NO ESTADO DO CEARÁ VISITANDO O AQUÁRIO

A estimativa da demanda residente por ingressos do Aquário levou em consideração o nível de rendimento das famílias, projetando um número potencial de 4.334.435 pessoas em 2016, com capacidade de pagamento das tarifas a serem cobradas na alta, média e baixa estação.

O quadro abaixo ilustra a distribuição desta população e sua evolução em cinco linhas que representam ciclos de 5 anos cada uma, ou seja, a primeira coluna indica que 40% dos residentes no Estado do Ceará, com poder de compra, visitarão o aquário nos primeiros cinco anos de funcionamento e assim por diante até o 25º ano de vida operacional do equipamento.

**Tabela 5 – Ciclos e população cearense com poder de compra dos ingressos**

Ciclo	Média	C/Poder de Compra (*)	fator	Visitas	Anual
2018-2022	9.176.345	4.436.898	0,40	1.774.759	354.952
2023-2027	9.397.109	4.543.640	0,30	1.363.092	272.618
2028-2032	9.609.304	4.646.240	0,15	696.936	139.387
2033-2037	10.084.469	4.875.989	0,10	487.599	97.520
2038-2042	10.630.254	5.139.884	0,05	256.994	51.399
	9.779.496	4.728.530		4.579.380	915.876
<b>Taxa de Ocupação (%)</b>				<b>96,85</b>	

Fonte: IBGE (projeções da população 2010 a 2032). De 2013 a 2043/ Cálculos do Autor. (\*) – Renda superior a 2 salários mínimos.

Vale acrescentar que, os residentes sem poder de compra, receberão do Governo Estadual um “vale visita” a preço nulo. Este número está estimado em 5.200.116 a serem distribuídos no intervalo de 25 anos (2018 a 2042) e computados pela “tarifa balcão” como crédito à concessionária que irá explorar as atividades do Aquário.

#### 4.6 PROJEÇÕES DAS RECEITAS DO AQUÁRIO COM BILHETERIA

Levando-se em consideração as tarifas estimadas no tópico de precificação apresentado anteriormente, conclui-se pela seguinte distribuição ao longo das estações turísticas.

**Tabela 6 – Matriz tarifária (ano referência - 2016)**

Matriz de Tarifas - Share de Vendas (%)			
Tipo	Alta	Média	Baixa
Cheia	75,00	70,00	50,00
Especial	2,50	5,00	12,00
corporativa	20,00	20,00	30,00
Governo	2,50	5,00	8,00
Total	100,00	100,00	100,00
RECEITAS (R\$)			
Cheia	R\$ 28.162.983,15	R\$ 18.364.140,80	R\$ 3.995.722,50
Especial	R\$ 469.383,05	R\$ 804.851,73	R\$ 747.336,15
Corporativa	R\$ 6.008.103,07	R\$ 4.197.517,90	R\$ 2.397.433,50
Governo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 34.640.469,27	R\$ 23.366.510,42	R\$ 7.140.492,15
Tarifa	R\$ 88,81	R\$ 72,37	R\$ 56,98
Oferta	469.800	557.700	280.500

Fonte: Elaborado pelo autor.

A distribuição dos ingressos nas estações turísticas leva em consideração o número de dias de funcionamento, ou seja, na alta estação têm-se 87 dias em três turnos, ofertando 5.400 ingressos diariamente; na média estação são 169 dias ofertando 3.300 ingressos/dia em dois turnos, e, na baixa estação, 85 dias, também em dois turnos. São reservados 24 dias por ano para manutenção dos equipamentos e descanso para os seres vivos (crustáceos, peixes e demais)<sup>88</sup>.

A tarifa “cheia” ou “balcão” na alta estação, para o ano experimento (2016) é de R\$ 88,81; na meia estação é de R\$ 72,37 e na baixa estação atinge seu ponto mínimo em R\$ 56,98. A tarifa especial representa 50% da tarifa “cheia” em

<sup>88</sup> Essa dedução não foi apresentada pelo projeto do IPECE.

todas as estações, enquanto a tarifa “corporativa” apresenta desconto de 20% nas tarifas de alta e meia estação, e é igual à tarifa mínima acima citada.

Para o ano inicial em questão, são estimados **R\$ 65,15 milhões** a serem faturados pela bilheteria e parcerias (operadoras e agências) atuantes no projeto.

Comparando-se aos custos estimados conforme precificação, têm-se um lucro bruto projetado em **R\$ 3,08 milhões**, sinalizando uma perspectiva de ganho real para a concessionária e o governo, apesar do ano inicial escolhido representar um ano atípico que se caracterizou pelo ápice da crise econômica no Brasil e seus reflexos no mercado de viagens e turismo.

Estes dados são referentes às receitas obtidas com a bilheteria. Os demais itens de venda de serviços durante a visita do Aquário serão incorporados no quadro a seguir delineado.

**Tabela 7 – Resumo das receitas específicas do Acquário – 2016**

<b>Discriminação</b>	<b>Receitas Anuais</b>
<b>1. Bilheteria</b>	
<b>1.1. Acquário</b>	R\$ 65.147.471,84
<b>1.2. Mergulho</b>	R\$ 766.944,00
<b>1.3. Submarino</b>	R\$ 5.817.528,03
<b>1.4. Cinemas</b>	R\$ 3.623.810,40
<b>Sub-Total</b>	<b>R\$ 75.355.754,27</b>
<b>2. Espaços</b>	R\$ 751.349,47
<b>3. Outros</b>	R\$ 3.387.272,19
<b>Total das Receitas</b>	<b>R\$ 79.494.375,94</b>

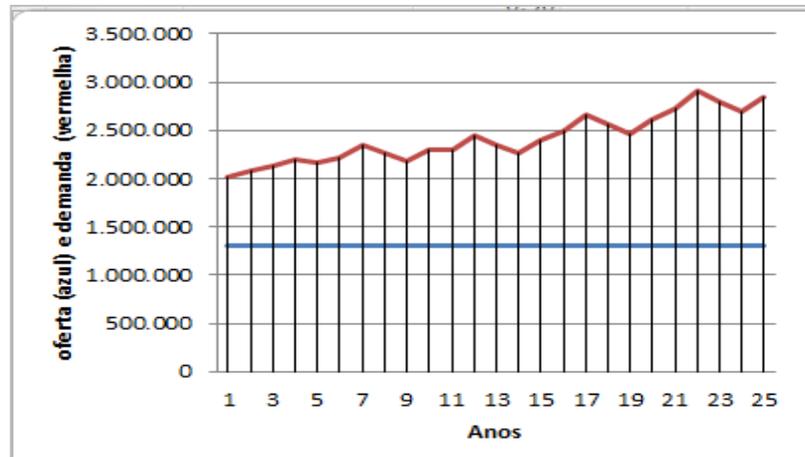
Fonte: Ipece (base=2015) e Cálculos do Autor (correção=cesta de índices).

#### 4.7 ESTUDO PROPOSTO DE VIABILIDADE DO PROJETO AQUÁRIO

Para construção dos resultados finais, apresentam-se o gráfico abaixo, demonstrando que durante o período estudado (projetado) a demanda potencial, formada pela demanda turística por motivos de lazer e pelos residentes no Estado do Ceará com renda superior a 2 salários mínimos supera em todos os anos a oferta inelástica apresentada pelo projeto do Aquário Ceará.

A probabilidade de visitação média dos 25 anos foi estimada em 44,76% da demanda total acima apontada, o que estima uma taxa média de visitação de 82,37% da oferta anual de ingressos.

**Gráfico 6 – Evolução da demanda turística e oferta de ingressos do Aquário**



Fonte: Elaborado pelo autor.

As receitas obtidas levaram em consideração o ano de 2016 para suas projeções, tendo em conta a variação média da cesta de índices de preços divulgados no país (IGP-M, IPCA, INCC e IPC de Fortaleza calculado pela Fundação IBGE), bem como as variações na demanda em função das estações turísticas e ciclos econômicos (ascendentes e recessivos), tendo como série referencial o período de 2000 a 2016 associados ao PIB trimestral amplamente divulgado no banco de dados daquela Fundação.

A Tabela 8 apresenta os resultados a preços constantes de 2018 dos principais indicadores sociais e financeiros obtidos pelas projeções de receitas, despesas e lucro operacional.

Tabela 8 – Resultado operacional

<b>RESULTADO OPERACIONAL - 2018 a 2042</b>	
<b>QUADRO RESUMO FINAL</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>
Lucro Privado	R\$ 115.187.422,11
<b>Lucro Social</b>	<b>R\$ 454.585.826,77</b>
<b>Retorno ao Tesouro</b>	<b>R\$ 115.187.422,11</b>
<b>Lucro total</b>	<b>R\$ 684.960.671,00</b>
Tx Ocupação Real	82,37%
<b>Tx Interna de Retorno</b>	<b>5,37%</b>
Tx de Desconto	9,00%
Investimento Inicial	<b>-R\$ 560.700.000,00</b>
Valor Presente Líquido	R\$ 124.260.671,00
VPL - Governo	R\$ 9.073.248,89

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os valores demonstram a viabilidade financeira e social do projeto com o valor presente líquido positivo e uma taxa de retorno aproximada da taxa média da poupança no Brasil nos últimos anos.

Esses cálculos mantêm um supedâneo diferente do cálculo apresentado inicialmente pelo IPECE, por propor viabilidades financeiras com esteio em indicadores reais e com variações desejáveis.

Há também reflexos fiscais, como decorrência da atração e do efeito de permanência da atividade, seguindo parâmetros percentuais adotados pelo IPECE (2015) e em seus estudos de impacto do Aquário (com 10% de aumento devido ao fator atração e 30% da demanda efetiva, permanecendo por mais 1 dia para visitação. Apresente-se a tabela dos impactos fiscais:

Tabela 9 – Impactos fiscais

<b>IMPACTOS FISCAIS (a preços de 2018)</b>	
<b>QUADRO RESUMO FINAL</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>
Aumento de Receitas <sup>1</sup>	R\$ 1.504.452.484,99
<b>Arrecadação Fiscal</b>	<b>R\$ 478.415.890,23</b>
<b>ICMS</b>	<b>R\$ 213.947.586,11</b>
<b>ISS</b>	<b>R\$ 75.222.624,25</b>
<b>OUTROS</b>	<b>R\$ 189.245.679,87</b>
<b>(1) Efeito Atração</b>	<b>21,79% da Demanda.</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na elaboração da presente tabela de prospecção de impactos fiscais, foi levada em consideração a demanda por lazer como referência de consumidores potenciais face os serviços ofertados pelos equipamentos em questão.

#### 4.8 O AQUÁRIO COMO ENQUADRAMENTO ESTATAL E DE PROTEÇÃO SOCIO-EDUCACIONAL

O projeto originário colocou o estabelecimento da função social do Aquário Ceará como instrumento educativo e de acesso gratuito (subsidiado pelo Estado) à coletividade de escolas e universidades públicas.

A função educacional está presente no projeto e foi computado no enquadramento de despesas previamente assumidas quando de seu funcionamento, além da discriminação na nova precificação apontada acima. Essa atividade não pode ser extraída da função do empreendimento enquanto atividade pública e pertencente à gestão do Estado do Ceará diante das transformações que vem sofrendo.

Isso quer dizer que, mesmo diante das novas bases de gestão administrativa do Brasil e do Ceará, face o Estado gerencial como premissa estatal a partir da Emenda Constitucional nº 19/98, a preservação dos direitos sociais se faz presente e latente na sociedade brasileira como algo continuamente a ser alcançado, o que não se extrai da atuação de empreendimentos realizados e com características privatistas, como é o caso do Aquário.

Nesse diapasão, investimento, direitos sociais e fatores econômicos, a questão toma elevada discussão, pois não pode ser deixada de lado, nem tão pouco analisada de forma isolada, a não se correlacionar com demais elemento. De acordo com Fernanda Silva (2017, p. 1):

O papel da Administração Pública brasileira enfrenta um desafio que propõe uma nova reconstrução da gestão para enfrentar a problemática econômica. A questão que se passa vai além de uma reforma e modernização estatais, mas, de se rever o comportamento do Estado face às transformações ocorridas e pela busca de meios a fim de se adequar às novas necessidades, através de afrontamentos compatibilizados dentro dos preceitos democráticos existentes.

Isso vai significar que a participação das decisões estatais assumem uma feição distinta e ao mesmo tempo interligadas ao fenômeno econômico, pois é por isso que no projeto e no recálculo se mencionam diretrizes sociais do

empreendimento, a serem preservadas e que podem ser incluídas como políticas públicas.

As políticas públicas são instrumentos de atuação dos arranjos institucionais do governo para se fazer governabilidade e condições adequadas para cotejar as diretrizes político-administrativas. Nesse sentido pode-se dizer que:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Assim, as políticas públicas propostas pelo Governo do Estado do Ceará de propor uma política educacional no Aquário, proporcionam perspectivas de melhoria na área educacional de altos estudos, o que não existe na capital cearense.

A proposição é trazer algo que vai além do ambiente escolar, o qual é um sistema de articulação limitada de ensino-aprendizagem em que o aquário apresenta-se também um ambiente educacional, além da atividade turística.

O acesso educacional pode ser também alcançado por universidades públicas do Estado do Ceará como a Universidade Estadual do Ceará – UECE e Universidade Federal do Ceará.

Principalmente a UECE, a qual dispõe de cursos superiores (bacharelado e licenciatura) em Fortaleza<sup>89</sup>, que estariam relacionados com as atividades desenvolvidas pelo Aquário, como Ciências, Ciências Biológicas, Química e Medicina Veterinária, além da possível manutenção de convênio com o LABOMAR para a composição conjunta de profissionais para o aproveitamento científico do empreendimento.

Há outra discussão que não pode ser esquecida sobre o Aquário, é que seria um local de mudanças do espaço urbano de Fortaleza, o qual seria reconhecido pela sociedade local e nacional além da manutenção de um conjunto de

---

<sup>89</sup> A UECE também tem cursos no interior do Estado nas cidades de Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá e Tauá, além da modalidade em EAD que relacionam-se com a atividade do Acquário, como Ciência Biológicas em Aracoiaba, Beberibe, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Quixeramobim e Russas (existem outros cursos nas áreas de humanas e exatas)

relações a serem produzidas nos cenários a serem disponibilizados pelo local (SOJA, 1993).

A funcionalidade é essencial para a evolução construtiva do conhecimento, da tecnologia e da alavancagem do turismo cearense, com a revitalização urbana da área a proporcionar a turistas e moradores locais à acessibilidade do conhecimento da atividade marinha.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi realizado em um quadro comparativo, tomando por base o projeto Aquário Ceará desenvolvido pelo IPECE a ser executado pelo Estado do Ceará, através da Secretaria de Turismo. Para a análise comparativa foram levantados dados durante a pesquisa, os quais foram propostos para um diagnóstico de viabilidade do projeto Aquário Ceará. Nesse sentido, os objetivos investigatórios foram alcançados a partir da apresentação de impactos e de resultados obtidos em diversos setores de acordo com o projeto originário.

A pesquisa trouxe diversos resultados que comprovam que as inversões na área turística correspondem ao estabelecimento de um padrão quantitativo positivo e sua ligação com o setor econômico-estatal, traduzindo, portanto, a identificação arrecadatória e social para o Estado do Ceará. Assim, o investimento Aquário foi estudo sob a ótica financeira como importante elemento de planejamento econômico e de alcance de receitas fiscais, mas também o projeto Aquário foi apresentado sob o prisma social, quando se demonstrou o enquadramento sócio-educacional. Por isso, a expansão turística não pode ser determinada apenas de execução financeira, a entender que as atividades sociais do Estado se concluem como possíveis e realizáveis, juntamente com os investimentos financeiros.

**Tabela 10 – Balanço do governo estadual - Aquário**

<b>BALANÇO DO GOVERNO ESTADUAL - ACQUÁRIO</b>	
<b>QUADRO RESUMO FINAL (a preços de 2018)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>
<b>RECEITAS</b>	
<b>ICMS (efeito atração)</b>	<b>R\$ 213.947.586,11</b>
<b>RETORNO AO TESOURO</b>	<b>R\$ 115.187.422,11</b>
<b>LUCRO SOCIAL</b>	<b>R\$ 454.585.826,77</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 783.720.834,99</b>
<b>INVESTIMENTO REALIZADO</b>	<b>-R\$ 560.700.000,00</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>R\$ 223.020.834,99</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

O levantamento foi realizado a partir de estimativas estatísticas apresentadas pelo pesquisador, com uma visão futurística para o empreendimento, calculado a um lapso temporal de vinte e cinco anos e com uma taxa de visitação mais próxima da realidade, modificando os dados existentes do projeto inicial do

IPECE. Esse novo estudo propôs uma melhora as possibilidades públicas e privadas de gestão e manutenção do empreendimento.

O projeto tem base em argumentos que não levam em consideração problemas econômicos enfrentados pelo Brasil após o ano de 2015, enquanto que todo o referencial financeiro alcançou períodos de elevação da economia brasileira. Assim, apresentam-se esses novos estudos, com base em uma realidade econômica a possibilidade de continuidade do empreendimento.

O trabalho passou por algumas dificuldades, dentre eles, a inexistência do empreendimento, em que os dados apresentados eram com base em estimativas do turismo receptivo nos últimos 10 anos para a cidade de Fortaleza. Além disso, a SETUR-CE se recusou a participar de questionários sobre o Aquário, o que prejudicou a sinalização da situação da construção e de problemas detectados durante a construção.

O projeto apresentado pelo IPECE, a partir de então, demonstrou contribuir para um novo olhar do Estado do Ceará por seus gestores e pelo investimento de retorno, a fim de contribuir para o mercado e a economia estadual, mesmo porque o projeto originário já havia colocado a função social do Aquário Ceará como instrumento educativo e de acesso gratuito (subsidiado pelo Estado) à coletividade de escolas e universidades públicas.

Essa função educacional está presente no projeto originário e foi computado no enquadramento de despesas previamente assumidas quando de seu funcionamento, além da discriminação na nova precificação apontada acima, como atividade a qual não pode ser extraída da função do empreendimento, pois foi considerada como atividade pública e pertencente à gestão do Estado do Ceará diante das transformações sociais que o estado vem sofrendo, mesclando investimento na ordem econômica e na seara social (área de educação). Assim, a expansão turística não pode ser determinada de pronta execução financeira. Por outro lado, as atividades sociais do Estado se perfazem dentro de diretrizes constitucionais, pois a Constituição de 1988 traz uma gama de princípios constitucionais sociais, que vem ser cumprido dentro de seu direcionamento e planejamento em políticas públicas, o que, conseqüentemente, estaria dentro de diretrizes culturais e de lazer a serem alcançadas pelo turismo.

A proposta do Aquário diante desse novo estudo apresentado na investigação é para se demonstrar a existência de grandes benefícios, os quais

foram mensurados em face de nova realidade proposta, ainda que diante de uma obra de elevado custo, mensurando aspectos sociais a serem desenvolvidos. Acredita-se na necessidade de desenvolver pesquisas sociais capazes de identificar as benesses do Aquário, com a inclusão da participação da sociedade local e de diversos interessados.

O projeto de investimento do IPECE apresenta condições e demandas outras da sociedade cearense, mas que o setor merece atenção para melhor o setor turístico, educacional, de empregabilidade, de pesquisas científicas, além da requalificação do espaço urbano e na revitalização da área de localização do empreendimento. Tanto é que na justificativa o projeto do IPECE é apresentado uma evolução do PIB, com valores desde 2002 até 2013.

A demonstração foi exposta com base em níveis expressivos desse período, voltados para os setores de serviços, infraestrutura e as diversas atividades que movimentavam a economia do Estado do Ceará, dentro de uma cadeia produtiva definida em vários negócios, os quais se encontram vinculados ao setor do turismo.

O projeto foi lançado também diante dos programas de aceleração do crescimento – PAC, o qual demonstrou que entre o período entre dezembro de 2013 e abril de 2014, houve um crescimento demonstrado em 10 (dez) balanços no período.

Outro elemento de consideração à existência do Aquário foi o aumento da demanda turística no período, baseado em dados oficiais fornecidos pela SETUR, numa prospecção de gastos que foram realizados pelos turistas nacionais e estrangeiros que mantinham o Ceará como destino turístico.

Isso quer dizer que, mesmo diante das novas bases de gestão administrativa do Ceará, face o Estado tem uma premissa de crescimento presente e latente a ser alcançado, o que se extrai da atuação de empreendimentos realizados e com características privatísticas, como é o caso do Aquário.

A pesquisa trouxe ainda uma depreciação contábil no cálculo dos impostos federais e atribuiu valores lineares ao longo de vinte e cinco anos com resultado positivo apresentado pelo IPECE foi de R\$8.945.461,99, igualando-o aos parâmetros internacionais de lucratividade de outros aquários.

A equiparação a outros aquários não concede nenhuma segurança na demonstração de resultados, mesmo o projeto apresentando resultados na transição entre a consolidação e o fluxo de caixa.

Por fim, para a construção dos resultados finais, foram apresentados gráficos que demonstram que durante o período estudado (projetado) a demanda potencial, formada pela demanda turística por motivos de lazer e pelos residentes no Estado do Ceará com renda superior a dois salários mínimos supera em todos os anos a oferta inelástica apresentada pelo projeto do Aquário Ceará. Além disso, a probabilidade de visita média dos próximos 25 anos foi estimada em 44,76% da demanda total acima apontada, o que estima uma taxa média de visita de 82,37% da oferta anual de ingressos.

Para as receitas obtidas foi levado em consideração o ano de 2016 para suas projeções, tendo em conta a variação média da cesta de índices de preços divulgados no país calculados pelo IBGE, com variações na demanda em função das estações turísticas e ciclos econômicos (ascendentes e recessivos), associados ao PIB trimestral amplamente divulgado no banco de dados daquela Fundação.

Há também reflexos fiscais, como decorrência da atração e do efeito de permanência da atividade, seguindo parâmetros percentuais adotados pelo IPECE (2015) e em seus estudos de impacto do Aquário, com 10% de aumento devido ao fator atração e 30% da demanda efetiva, permanecendo por mais um dia para visita.

Na elaboração das tabelas de prospecção de impactos fiscais elaboradas no presente trabalho foram levados em consideração a demanda por lazer como referência de consumidores potenciais face os serviços ofertados pelos equipamentos em questão.

Por último, a demonstração do enquadramento financeiro estatal e a proteção sócio-educacional do empreendimento e suas relações com universidades e escolas públicas cearenses.

Finalmente, as ideias expostas no decorrer desta investigação sobre a viabilidade do aquário de fortaleza como proposta de dinamização do turismo no Ceará não possuem como objetivo esgotar a discussão sobre o tema, e sim de instigar reflexões sobre este assunto.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Relatório da reunião sobre metodologias de avaliação de programas sociais**. Brasília: CENDEC/IPEA, 1985.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Improving evaluation practices. Best practice guidelines for evaluation and background paper. 1999. Published on the responsibility of the secretary-general of the OECD.

ALBAN, Marcus. Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 8, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENTBL, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDERSON, Charles W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, Washington, v.73, n.3, p.711-23, sep. 1979.

ARAÚJO, Lucas de Carvalho; RODRIGUES, Raphael Vasconcelos Amaral et al. Direito Econômico e natureza jurídica do planejamento estatal. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3981, 26 maio 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28092>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. **Avaliação de políticas: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez IEE/PUC/SP, 1998. p. 29-39.

ASSEF, Roberto. **Manual de gerência de preços: do valor percebido pelo consumidor aos lucros da empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. 8. ed. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Development beyond economics. Economic and social progress in Latin America**. 2000 Report. 2000. Distributed by the Johns Hopkins University Press for the Inter-American Development Bank.

BARDACH, Eugene. The implementation game. Cambridge, MIT, 1977. 4 BARRY, Brian & RAE, Douglas W. Political evaluation. In: GREENSTEIN, F. & POLSBY, N., ed. Handbook of political science. Reading, Addison-

BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

\_\_\_\_\_. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARRY, Brian; RAE, Douglas W. Political evaluation. In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N., (Ed.). **Handbook of political science**. Reading, Addison-Wesley, 1975. v.1: Políticai science: scope and theory, p.337-401.

BENETT, C.A.; LUMSDAIME, A. (Ed.). **Evaluation and experiment**. New York: Academic Press, 1975.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BOOMS, Bernard H. Modelos econômicos na análise de política pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.109-33, abr./jun. 1976.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos:** aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOULENGER, Edward George. **The aquarium book**. London: Duckworth. 1925.

BOUNDON, Raymond. **Efeitos perversos e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BRASIL. Hildemar Silva, **Turismo Saúde e Desenvolvimento Urbano**. ECA/USP. São Paulo: 2007

**BRASIL. Decreto nº 5450, de 31 de maio de 2005.** Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm)>. Acesso em: 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico;** revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro

de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm)>. Acesso em 25 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT. Instituto Brasileiro de Turismo-EMBRATUR. **Desenvolvimento de turismo sustentável:** manual para as organizações locais. Brasília: Ministério da indústria, do Comércio e do Turismo. 1994,

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Programa de prioridades sociais** 1985. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1985.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional.** Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Relatório 2013. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads)>

\_publicacoes/Estudo\_das\_competitividades\_65\_destinos.pdf>. Acesso em: 26 de out de 2015.

BRITO, Hugo Machado de. **Curso de direito tributário**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNNER, Bernd. **The ocean at home: an illustrated history of the aquarium**. New York: Princeton University Press. 2005.

BUTTER, Willen H. Measurement of the public sector deficit and it's implications for policy evaluation and design UFMG Slaff Papers, 30(Z): June 1983.

CAMPBELL, D.T. Reforms as experiments. **American Psychologist**, Washington, v.24, n.4, p.409-29, apr.1969.

\_\_\_\_\_. **Methods for the experirnenting society**. Evanston: Northwestern University, 1972.

CANEVER, Felipe Pereira et al. Formação de preços: um estudo em empresas industriais de Santa Catarina. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p.14-27, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5390/4096>>. Acesso em: 18 out. 2013.

CARRAZZA, Roque Antônio. **ICMS**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CEARÁ. **Lei Complementar Estadual nº 18, de 29.12.1999**. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Fortaleza, cria o Conselho Deliberativo e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM, altera a composição de microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.emplasa.sp.gov.br/Cms\\_Data/Sites/Emplasa/Files/fnem/arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas/RM\\_Ceara/rm\\_fortaleza.pdf](http://www.emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Sites/Emplasa/Files/fnem/arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas/RM_Ceara/rm_fortaleza.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Edital de Licitação de Concorrência Pública Nº 004/2009 /SETUR/CCC SPU - Processo nº. 08569374-0 – **Licitação do tipo menor preço destinado a construção da estrutura de concreto da edificação principal do Acquário Ceará e Praça das águas em Fortaleza-CE**. Disponível em: <<http://licita.seplag.ce.gov.br/pub/114617/EDITAL%20CP%20004-2009-SETUR-AQU%C3%81RIO%20DO%20CEAR%C3%81.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Inexigibilidade de licitação**. Processo nº 10780828-5. Disponível em: <[http://www.tce.ce.gov.br/downloads/SECEX/Grandes\\_Obras/Acquario\\_Ceara/Licitacao/20110616.715319.declaracao.inexigibilidade.contrato\\_17-2011.pdf](http://www.tce.ce.gov.br/downloads/SECEX/Grandes_Obras/Acquario_Ceara/Licitacao/20110616.715319.declaracao.inexigibilidade.contrato_17-2011.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Edital de Pregão Presencial nº 20110017- SETUR. **Aquisição de pranchas metálicas para uso na obra de contenção do terreno onde será construído o prédio principal do Acquario Ceara, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no ANEXO I - Termo de Referência deste edital.** Disponível em:

<<http://licita.seplag.ce.gov.br/pub/163763/PP20110017SETUR.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Edital de Concorrência Pública nº 011/2012/SEINFRA/CCC.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Os impactos econômicos do Acquario Ceará e sua viabilidade.** Informe 48, Fortaleza, p.1-31, dez.2012. Disponível em:

<[http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece\\_Informe\\_48\\_06\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_48_06_dezembro_2012.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **O Projeto Acquário Ceará – Aspectos gerais e Plano de Negócios do Empreendimento.** Edição especial, n.84, jul.2015. Disponível em:

<[http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece\\_Informe\\_84\\_31\\_julho\\_2015.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_84_31_julho_2015.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CHAPIN, F.C. The experimental methods and sociology. **Scientífic Montly**, New York, v.4, p.113-4, 1977.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade gerencial**: novas práticas contábeis para a gestão de negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COOK, T.; CAMPBELL, D.T. The design and conduct of quasi – experiments and true experiments in field settings. In: DUNETLE, M.D. (Ed.). **Handbook of industrial and organizational research**. New York: Rand McNaily, 1975. p.233-326.

CORIOLOANO, Luiza Neide M., VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade-natureza** - realidades, conflitos e resistências. 2. ed. Fortaleza: UECE, 2014.

DAHL, R. **Análise política moderna**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

DANTAS, Eustógio Wandelely Correia. Construção da Imagem turística de Fortaleza/CE. In: **Mercator Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v.1, n.1, p.53-60, jan./jun.2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/195/161>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

DEUTSHER, Irwin. Social theory, social programs and social program evaluation: a metatheoretical note. **The Sociological Quarterly**, Carbondale, 20, éte.1979.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de custos e formação de preços**: conceitos, modelos e instrumentos, abordagem do capital de giro e da margem de competitividade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ELSTER, Jon. **Logic and society**: contradictions and possible worlds. New York: John Wiley, 1978.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Tributação e mudança social**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FERNANDES, Laura M. M. **O turismo no Ceará e os pacotes turísticos das agências de receptivo**: proposta de redesenho. 2002. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

FERRARI, Celso. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Pioneira, 1977.

FIGUEIREDO, Argelina M. Cheibub. **Levantamento e análise das avaliações de políticas sociais**. Campinas: UN1CAMP/NEEP, FINEP, 1985.

FIGUEIREDO, Marcus F.; BALDACHEVSKY, Elizabeth. **A coleta de dados em projetos de avaliação**: notas para a discussão de alguns problemas. São Paulo: IDESP, 1983.

\_\_\_\_\_; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Anal. Conj.**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.107-127, set/dez. 1986; FREEMAN, H.; SHERWOOD, C.C. **Social research and social policy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1970. FREITAS, André Luís Policani. Uma abordagem multicritério para a classificação de hotéis. **Revista de Administração - RAUSP**, Universidade de São Paulo, v. 42, n. 3, p.338-Doi: **10.14210/rtva.v18n1.p106-133 Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos) 132348, jul. set. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=22341743800>>. Acesso em: 23 out. 2013.**

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas: Editora Alínea, 2007.

GOSSE, Philip Henry. **The aquarium: an unveiling of the wonders of the deep sea**. London: J. Van Voorst. 1854.

GUTTENTAG, M.; STRUENING, E.L. (Eds). **Handbook of evaluation research**. Beverly Hills: Sage, 1975.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 2005.

JUNG, Patrícia; DALL'AGNOL, Roberto M. Formação de preços em hotelaria: um estudo de caso. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v.18, n.1, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/8599/4828>>. Acesso em: 12 set. 2016.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos: contabilidade e controle. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HARCK, Érico. As finalidades do tributo: como ele pode ser utilizado como instrumento de arrecadação e busca dos objetivos do Estado. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**, Curitiba, v.3, n.7, p. 135-153, jan/jun. 2012.

HARGROVE, E.C. The missing link - the study of the implementation of social policy. Washington: The Urban Institute, 1975.

KATO, Jerry. **Curso de finanças empresariais: fundamentos de gestão financeira em empresas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

KISLING JR., Vernon N. Old collections and menageries. In: Kisling Jr., Vernon N. (Ed.). **Zoo and aquarium history: ancient animal collections to zoological gardens**. Boca Raton: CRC Press. p.1-48. 2001.

LAPONI, Juan. **Estatística usando Excel**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modelagem Financeira com Excel**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LEE, Seul Ki Lee. Quality differentiation and conditional spatial price competition among hotels. In: **Tourism Management**. n. 46, p.114-122. 2015. Disponível em: <<http://link.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 28 out. 2015.

LIMA JR., Olavo B.; SILVA, An de Abreu; LEITE, Maria Claudia. **Intervenção planejada na realidade social: escopo e limites da pesquisa de avaliação**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

LOIOLA, E.; MIGUEZ, P. Tabuleiros da Festa: Pequenos negócios & muitos negociantes do Carnaval Baiano. In: FISCHER, T. (Org.) **Carnaval Baiano: negócios e oportunidades**. Brasília: SEBRAE, 1996.

LORANDI, Joisse Antonio; BORGES, Thaianne Flor. Processo de precificação estratégica em indústria de roupas de acessórios de neoprene. In: **Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**, 4º, 2011, Florianópolis. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/4CCF/20101109072645.pdf>>. Acesso em 17 out. 2015.

LUNKES, Rogério João. **Manual de contabilidade hoteleira**: aspectos normativos, contabilidade, custos, análise das demonstrações contábeis, legislação fiscal e tributária, orçamento, gestão. São Paulo: Atlas, 2004.

MAMEDE, G. **Direito do Turismo**: Legislação específica aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Luiz Fellipe Arrussul de; MELO, José Airton Mendonça de. Metodologia de avaliação socioeconômica de projetos turísticos integrados - uma aplicação ao projeto de apoio turístico de santa cruz dos Milagres-PI, **Revista Negócios em Projeção**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 15-37, out. 2011.

MELO, Luiz Fellipe Arrussul de; MELO, José Airton Mendonça de. Metodologia de avaliação socioeconômica de projetos turísticos integrados - uma aplicação ao projeto de apoio turístico de santa cruz dos Milagres-PI, **Revista Negócios em Projeção**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 15-37, out. 2011.

MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. **Formação de preços de venda**: preços e custos, preços e composto de marketing, preços e concorrência, preços e clientes. São Paulo: Atlas, 2009.

NACHMIAS, David. **Public policy evaluation**: approaches and methods. NewYork: St. Martin's Press, 1979.

OCEANÁRIO DE LISBOA. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.oceanario.pt/cms/12/>. Acesso em: 5 mai. 2017.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Alessandro Vinícius Marques de; VASSALLO, Moisés. **Determinantes da Demanda dos Turistas que Viajam pelo Brasil**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/DETERMINANTES\\_DA\\_DEMANDA\\_DOS\\_TURISTAS\\_QUE\\_VIAJAM\\_PELo\\_BRASIL.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/DETERMINANTES_DA_DEMANDA_DOS_TURISTAS_QUE_VIAJAM_PELo_BRASIL.pdf)>. Acesso em: 22 de abr de 2016.

PADOVEZE. **Curso básico gerencial de custos**: para cursos de administração de empresas, economia e engenharia. São Paulo: Pioneira Thomson e Learning, 2003.

PEREIRA, Mariana de Jesus. **Prioridades estratégicas e gestão de custos**: a relação conforme a percepção dos gestores nos hotéis de médio e grande porte da Cidade do Salvador - Ba. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D028.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.133 **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, Vol. 18 - n. 1 - jan. - ab r. 2016 ISN: 1983-7151

PINTO, Leonardo José Seixas; MOURA, Paola Cristina Cardoso. Formação do Preço de Venda e Estratégias de Precificação: o Caso da Leader Magazine. In **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, VIII, 2011. Disponível em: < <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/25414331.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2013.

PLANAGUMÀ, Lluís Pratts. JULVE, Jaume Guia. Gestión de precios en un sistema de Revenue Management hoteleiro en línea. In: **Pasos**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v.10, n.5, p.511-520. 2012. Disponível em: < [http://www.pasosonline.org/Publicados/10512/PS0512\\_06.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/10512/PS0512_06.pdf)>. Acesso em 26 out. 2015.

PORTER, Michael. Location, competition and economic development: local clusters in a global economy. **Economic Development Quarterly**. Sage publication periodicals press, 2000, v. 14, n1.

RABAHY, Wilson Abrahão. Aspectos do turismo mundial, situação e perspectivas desta atividade no Brasil. **Revista Observatório de Inovação Turística**. v.1, n.1, p.1-29, ago. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5605/4326>> Acesso em: 12 set. 2016.

RAMOS, Marco Aurélio; CRUZ, Nilza Rodrigues da. Anais. In: III CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 3., 2012, Rio de Janeiro. **A formação de preços em uma empresa do setor hoteleiro do município de Uberlândia**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, 2012. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2012/paper/view/569>>. Acesso em: 08 out. 2013.

REZENDE, Fernando. Estado, turismo e finanças públicas. In: **Revista USP de Finanças Públicas**, p. 75-87. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63954/66706>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

RIECKEN, H'w.; BORUCH, R.F. **Social experimentation**: a method for planning and evaluation social interveotioo. New York: Academie Press, 1974.

ROCHA JÚNIOR, Cristiano Batista. **Precificação estratégica**: um estudo de caso em prestadoras de serviços automotivos. 2012. 65 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis), Departamento de Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103707/Cristiano Batista da Rocha Junior.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103707/Cristiano%20Batista%20da%20Rocha%20Junior.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 30 set. 2016.

RODRIGUES, Adyr A. Balastreti. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ROSSI, P.H. *et alii*. **Evaluation researeh**: ao assesment of theory, praetice and polities. Evaluatioo Quarte1y, Beverley Hills, 1(1), Feb. 1977.

SALGADO, Maurício de Mattos; MARANDINO, Martha. O mar no museu: um olhar sobre a educação nos aquários. In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.3, jul.-set. 2014. p.867-882.

SANTOS, Joel J. **Fundamentos de custos para a formação do preço e do lucro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHAMEL, Guenter. Weekend vs. midweek stays: Modelling hotel room rates in a small Market. In: **International Journal of Hospitality Management**. n. 31. p.1113–1118. 2012. Disponível em: < <http://link.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

SILVA, Fernanda Cláudia Araújo da Silva. **A Nova Gestão Pública: Um desafio a ser enfrentado na atual conjuntura nacional pelas políticas públicas**. In: Conpedi Brasília – Desigualdade e Desenvolvimento: O Papel do Direito nas Políticas Públicas. Brasília, 2017.

SILVA, MARIA OZANIRA DA SILVA E. Execução e Avaliação de Políticas e Programas Sociais. In: **Capacitação Continuada em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília, UnB, 2000.

SILVA, Maria Luísa. O processo de metropolização do espaço no Rio de Janeiro: A (re) produção de um modelo portuário para poucos. In: **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 2013.

SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira**. Relatório Técnico. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas, 2002.

SILVA, Ricardo Toledo. **Eficiência e eficácia da ação governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação**. Relatório Técnico. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas – A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TOLEDO, G.L.; VALDÉS, J.A.; POLLERO, A.C. **Gestão interdisciplinar de turismo no planejamento estratégico regional**. In: Turismo em Análise, São Paulo, v.14, n.1, p.5-19, maio 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63617/66381>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. Problemas e possibilidades do turismo brasileiro. In: GASTAL, Susana, MOESCH, Marutschka Martini (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

TRIPODI, D.; FELLIN, P.; EPSTEIN, I. **Avaliação de programas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa na educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/84708933/Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

TULLOCK, G.; WAGNER, R.E. (Eds.). **Policy analysis and deductive reasoning**. Lexington: Lexington Books, 1978.

VIANA, Celso. **Agências de viagens e operadoras de turismo - tributação e procedimentos fiscais**. Disponível em: <<http://www.idtl.com.br/artigos/402.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

WILDAWSKY, A. The political economy of efficiency: cost - benefit; analysis and program building, In: RANNEY, A. **Political science and public policy**. Chicago, Markham, 1968.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Administração de custos em hotelaria**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ZORNIG, Frederico. **Acerte o preço: e aumente seus lucros**. São Paulo: Nobel, 2007.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

**Entrevista**

**ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FUNÇÃO NO AQUÁRIO:** \_\_\_\_\_

01 – Para a construção do Aquário do Rio de Janeiro foram enfrentados obstáculos judiciais para a construção do empreendimento?

02 - Foi realizado um estudo de viabilidade econômica do Aquário do Rio de Janeiro?

03 – Quais os impactos sociais esperados pelo Aquário?

04 – Há algum programa de empregabilidade gerado pelo Aquário? Se positiva a resposta, qual o alcance da rotatividade de empregos diante de períodos sazonais como férias e carnaval?

05 - A atividade do Aquário atende às regras de proteção ambiental. Diante disso, quais as dificuldades enfrentadas pela administração inicial de atos liberatórios nos órgãos de proteção ambiental?

06 – Há estudos prévios de alcance turístico e sua viabilidade de renda para o Aquário?

07 – Há alguma prospecção fiscal e arrecadatória para o Estado do Rio de Janeiro com o funcionamento do Aquário?

08 – E para o município do Rio de Janeiro? Há prospecção fiscal arrecadatória?

09 – Existem estudos de análise de custos e benefícios para o funcionamento do Aquário do Rio de Janeiro?

10 – Foram utilizados outros estudos de aquários existentes no Brasil ou no exterior para a projeção desse aquário e realizado um quadro comparativo?

11 - Os investimentos e benefícios do Aquário do Rio de Janeiro tem sido analisado sob a ótica temporal? Se afirmativo, quais os investimentos e benefícios identificados a longo e a curto prazo?

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

**Entrevista**

**ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FUNÇÃO NO AQUÁRIO:** \_\_\_\_\_

**PROJETO AQUÁRIO – FORTALEZA/CE**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_. Entrevistado: \_\_\_\_\_ Setur/Ce.

1. Qual a capacidade de carga do equipamento representado pelo Acquário?
2. Qual a expectativa de inauguração do equipamento?
3. Qual o modelo de gestão que será adotado?
4. Até a presente data quanto já se investiu no projeto e construção do equipamento?
5. Quais as ações já realizadas? E a previsão para 2017?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante a implantação do projeto?